

Fernando César Marra e Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E
INICIATIVAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR
PARTICULAR DO TRIÂNGULO MINEIRO:
UMA DISCUSSÃO DAS TENDÊNCIAS NA ÓTICA DE
FORMADORES DE OPINIÃO

SÃO PAULO
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fernando César Marra e Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E
INICIATIVAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR
PARTICULAR DO TRIÂNGULO MINEIRO:
UMA DISCUSSÃO DAS TENDÊNCIAS NA ÓTICA DE
FORMADORES DE OPINIÃO

Dissertação apresentada ao Programa Interdisciplinar em Educação, Comunicação e Administração, da Universidade São Marcos, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva, para obtenção do título de Mestre.

2006

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade São Marcos

M322p	<p>Marra e Silva, Fernando César</p> <p>Políticas públicas de inclusão social e iniciativas de acessibilidade no ensino superior particular do triângulo mineiro : uma discussão das tendências na ótica de formadores de opinião / Fernando César Marra e Silva. .--São Paulo : [s.n], 2006.</p> <p>138p.</p> <p>Dissertação de Mestrado - Universidade São Marcos. Área de concentração: Educação, Administração e Comunicação Orientador: Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva</p> <p>1. Ensino superior – Políticas públicas 2. Inclusão social 3. Gestão universitária I. Título</p>
-------	---

Dedicatória

À Profa. Mariângela
Abrão, grande amiga, principal
estimuladora para que eu pudesse
persistir e vencer mais este
desafio em minha carreira
acadêmica e profissional.

Agradecimentos

Ao Prof. Eduardo de Camargo Oliva, por sua dedicação e comprometimento com este trabalho durante todo o período de orientação. Mais do que um orientador, ficou patente sua postura firme, que muito contribuiu para a qualidade deste trabalho.

Os meus agradecimentos aos Professores Leonel Mazzali e Jomar Barros Filho, pelo que contribuíram ao aprimoramento deste trabalho durante o exame de qualificação.

Aos meus colegas de mestrado, dedico eternas lembranças e agradecimentos pelos momentos vividos nesta experiência. Meu carinho também à amiga Profa. Nayara Tavares Cardoso, que não pode estar conosco no desenvolvimento deste mestrado.

Meu agradecimento a todas as pessoas da Universidade de Uberaba que contribuíram comigo para o alcance de mais este desafio.

Minha gratidão especial à minha esposa Cláudia e aos meus filhos, Henrique e Raquel, por sempre compreenderem as privações de nosso convívio, devido à dedicação para concluir este trabalho.

Resumo

Este trabalho integra a linha de pesquisa Políticas Públicas e Administração no Brasil. Surgiu diante do cenário atual da educação superior no Brasil, apresentando como grande desafio, a inclusão social no ensino superior. Propõe identificar políticas públicas e iniciativas privadas de inclusão social, ambas no ensino superior, bem como apresentar, por meio da visão de gestores e educadores da região do Triângulo Mineiro, tendências dessas políticas de inclusão e de iniciativas de acessibilidade. Diante da enormidade de matizes que envolvem o tema da inclusão social, englobando questões raciais, religiosas, sexuais e financeiras, o foco deste trabalho se refere à inclusão no ensino superior das camadas da população que não têm condições de custear seus estudos. A pesquisa foi elaborada considerando-se uma revisão bibliográfica e um trabalho de campo por meio da técnica Delphi. A primeira objetivou apresentar o cenário educacional brasileiro com relação às respectivas políticas públicas e iniciativas particulares de inclusão social e acessibilidade. Para tanto, apoiou-se, principalmente, nos trabalhos dos autores: Pablo Gentili; José Claudinei Lombardi; Sérgio Castanho; e Maria Eugênia L. M. Castanho, sobretudo no que concerne às relações entre Estado, globalização, sociedade e educação. A segunda caracterizou-se por uma pesquisa Delphi junto a educadores e gestores educacionais da região delimitada para este trabalho. Foi escolhida a pesquisa Delphi, pela sua melhor apropriação ao estudo de tendências, vindo ao encontro do alcance do objetivo proposto. Os resultados da pesquisa indicam como principais tendências das políticas públicas de inclusão social e iniciativas de acessibilidade, que o PROUNI do Governo Federal não será capaz de resolver os desafios da inclusão social no ensino superior, havendo que se considerarem os aspectos da qualidade da educação que se está proporcionando. Quanto às Instituições de Ensino Superior, a adoção de estratégias de gestão que viabilizem o crescimento pela criatividade com qualidade e preço é o caminho visualizado. Do cruzamento das informações colhidas na pesquisa de campo com a revisão da literatura, pode-se notar a importância dos cuidados a serem tomados, com relação às questões da inclusão social no ensino superior, sendo inclusive pertinente o aprofundamento de estudos relativos ao tema, sob a ótica de outros objetivos.

Palavras-chave: Ensino superior; inclusão social; exclusão; políticas públicas; iniciativas privadas; gestão universitária; marketing educacional.

Abstract – key words

This project integrates the research line Public Politics and administration in Brazil. It appeared facing the current scene of the higher education in Brazil, presenting as great challenge, the social inclusion in higher education. It considers to identify to public politics and private initiatives of social inclusion, both in higher education, as well as identifying, by means of the vision of managers and educators of the region of the Triângulo Mineiro, trends of these politics of inclusion and initiatives of accessibility. Due to the diversity that involve the subject of the social inclusion, including racial, religious, sexual and financial questions, the focus of this work relates to the inclusion in the higher education of the share of the population that do not have conditions to defray its studies. The research was elaborated considering a bibliographical revision and a field work by means of Delphi technique. The first one had as a goal to present the Brazilian educational scene with relation to the respective public politics and particular initiatives of social inclusion and accessibility. For in such a way, it was supported, mainly, in the works of the authors: Pablo Gentili; Jose Claudinei Lombardi; Sergio Chestnut; and Maria Eugênia L. M. Castanho, specially when they were talking about relations between State, globalization, society and education. Second one, characterized for together a Delphi research the educators and educational managers of the region delimited for this work. The Delphi research was chosen, for its better appropriation to the study of trends, reaching considered objective. The results of the research indicate as main trends of the public politics of social inclusion and initiatives of accessibility, that the PROUNI of the Federal Government will not be capable to solve the challenges of the social inclusion in higher education, considering the aspects of quality of the education that it is being offered. The adoption of management strategies that wants the growth of creativity with quality and price is the visualized way to particular higher education. From the information gotten in the literature revision and from field research, the importance of the cares to be taken can be seen with relation to questions of social inclusion in higher education, including also pertinent the deepening relative studies to the subject, under the optics of other objectives.

From the information gotten in the literature revision and from field research, the importance of the cares to be taken, can be seen with relation to questions of social inclusion in

Key-words: Higher education; social inclusion; exclusion; public politics; private initiatives; university management; educational marketing.

SUMÁRIO DA DISSERTAÇÃO

INTRODUÇÃO	2
I - ORIGEM DO PROBLEMA	3
II - PROBLEMA DE PESQUISA	5
III - OBJETIVO	5
IV - OBJETO DE ESTUDO	6
V - DELIMITAÇÃO	6
VI - JUSTIFICATIVA	8
VII - LINHA DE PESQUISA	14
VIII - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
Capítulo 1	21
O CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E AS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO	21
1.1 – UMA BREVE RETROSPECTIVA NO CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	21
1.2 – NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO	25
1.3 – A POLÍTICA NEOLIBERAL E A EXCLUSÃO	31
1.4 – AS LIMITAÇÕES DA EXPANSÃO NEOLIBERAL PARA A INCLUSÃO	33
1.5 – QUANDO OS EXCLUÍDOS SE TORNAM OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO	40
1.6 – O MOMENTO ATUAL E OS PROGRAMAS DE ACESSIBILIDADE	42
Capítulo 2	47
INICIATIVAS PRIVADAS DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR NO TRIÂNGULO MINEIRO	47
2.1 – COMPREENDENDO POR QUE O ENSINO PARTICULAR PROMOVER AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL	47
2.2 – O MODELO DE GESTÃO IMPLANTADO NA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO E OS RESPECTIVOS EFEITOS DE INCLUSÃO SOCIAL	54
2.3 – AS INICIATIVAS DE INCLUSÃO DA UNIVERSIDADE DE UBERABA E O PROGRAMA PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO EM ESCOLAS PÚBLICAS – PROEM.	56
Capítulo 3	74
TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DAS INICIATIVAS PRIVADAS DE INCLUSÃO SOCIAL, NO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR NO TRIÂNGULO MINEIRO	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
FONTES	102

BIBLIOGRAFIA	106
APÊNDICES	110
APÊNDICE A – Questionário da 1ª rodada da Técnica Delphi, enviado aos gestores e educadores do Triângulo Mineiro.....	111
APÊNDICE B – Questionário da 1ª rodada da Técnica Delphi, enviado a especialistas em educação na região do Triângulo Mineiro	113
APÊNDICE C – Questionário da 2ª rodada da Técnica Delphi, enviado a gestores, educadores e especialistas em educação na região do Triângulo Mineiro.....	115
APÊNDICE D – Resumo das respostas à primeira pergunta: O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?	120
APÊNDICE E – Resumo das respostas à segunda pergunta: O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?.....	121
APÊNDICE F – Resumo das respostas à terceira pergunta: Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?	122
APÊNDICE G – A região do Triângulo Mineiro - Caracterização.....	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo virtuoso da inclusão de minorias sociais	53
Figura 2 – Mapa Político do Triângulo Mineiro	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas no ensino superior brasileiro entre 1980 e 2003.	34
Gráfico 2 – Evolução comparativa do número de vagas oferecidas e número de ingressantes, por tipo de Instituição de Ensino Superior em 1996 e 2003	35
Gráfico 3 – Aumento do número de vagas e do número de ingressantes no ensino superior brasileiro, entre 1996 e 2003, o respectivo aproveitamento, por tipo de Instituição de Ensino Superior.	37
Gráfico 4 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, com relação à origem.	68
Gráfico 5 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, com relação ao tempo entre a conclusão do ensino médio o início dos estudos em nível superior, antes e pós o PROEM.	68
Gráfico 6 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, por cor.	69
Gráfico 7 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, que trabalham e que não trabalham.	70
Gráfico 8 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, segundo a faixa de renda familiar, antes e após o lançamento do PROEM.	71
Gráfico 9 – Comparativo da renda per capita média familiar, dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, antes e após o lançamento do PROEM.	71
Gráfico 10 – Percentual de respostas à pergunta: O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais características da Técnica Delphi	16
Quadro 2 – IES particulares no Triângulo Mineiro	17
Quadro 3 – Cidades do Triângulo Mineiro	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução comparativa do número de vagas oferecidas e número de ingressantes, por tipo de Instituição de Ensino Superior em 1996 e 2003	35
Tabela 2 – Aumento do número de vagas e do número de ingressantes no ensino superior brasileiro, entre 1996 e 2003, o respectivo aproveitamento, por tipo de Instituição de Ensino Superior.	36
Tabela 3 – Número de jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no Ensino Superior	49
Tabela 4 - Percentual de alunos quanto ao local de origem, antes do advento do PROEM, total e por sexo	61
Tabela 5 – Tempo entre a conclusão do ensino médio e a entrada no ensino superior	61
Tabela 6 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM por cor	62
Tabela 7 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM e que trabalham	62
Tabela 8 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM, por renda familiar	63
Tabela 9 - Percentual de alunos quanto ao local de origem, após do advento do PROEM, total e por	64
Tabela 10 - Tempo entre a conclusão do ensino médio e a entrada no ensino superior	65
Tabela 11 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM por cor	65
Tabela 12 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM e que trabalham	66
Tabela 13 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM, por renda familiar	67
Tabela 14 - Perfil profissional resumido dos entrevistados	75
Tabela 15 – p-valor em relação às questões de controle.	89
Tabela 16 – Resumo das respostas à primeira pergunta: O PROUNI	120

pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?

Tabela 17 – Resumo das respostas à primeira pergunta: O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário? 121

Tabela 18 – Resumo das respostas à primeira pergunta: Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira? 122

Tabela 19 – Cidades do Triângulo Mineiro - Dados 124

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E
INICIATIVAS DE ACESSIBILIDADE NO ENSINO
SUPERIOR PARTICULAR DO TRIÂNGULO MINEIRO:
UMA DISCUSSÃO DAS TENDÊNCIAS NA ÓTICA DE
FORMADORES DE OPINIÃO

INTRODUÇÃO

O tema inclusão social tem ocupado significativo espaço na mídia brasileira, notadamente acerca da inclusão no ensino superior. As abordagens têm se caracterizado pela polêmica, seja quando se discute cotas para minorias, ou diante do tema de metas econômicas e metas sociais.

O destaque do assunto justifica-se, principalmente, porque o país tem alcançado índices avançados em termos tecnológicos e econômicos, mas nas questões sociais, os resultados são inferiores. Tal situação é respaldada por Pochmann(2005)¹ que afirmou: “Hoje, o mercado fica nervoso quando não batemos metas fiscais ou de indicadores econômicos, mas e quando não atingimos desenvolvimento social? Como a sociedade reage?”

Entretanto, as demandas geradas na chamada “sociedade do conhecimento” têm caracterizado as políticas atuais pelo discurso da inclusão, vindo de encontro com a característica elitista que marcou a história do ensino superior brasileiro, mas vindo ao encontro dos anseios da população.

Nesse sentido, surgiram programas governamentais e particulares, visando à inclusão. No ano de 2004, o assunto da inclusão passou a figurar como principal meta da área de ensino do Governo Federal, justificando a criação de programas que objetam mudar o panorama do ensino superior brasileiro.

¹ POCHMANN, Márcio. *et. alii*. **Atlas da exclusão social – Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. In: *Inclusão Social custará R\$7,2 trilhões. O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21/01/2005.

I - Origem do Problema

Este cenário de transformação das políticas de ensino, visando à alteração dos percentuais das classes sociais que estão no ensino superior, motivou o pesquisador a conhecer a visão de educadores e gestores do setor educacional brasileiro, especialmente da região do Triângulo Mineiro. Esta parte do Estado de Minas Gerais, destacando a cidade de Uberaba, tem tradição no setor de educação no Brasil Central, tendo sido no século XX, uma das primeiras regiões do interior do País a desenvolver o ensino superior. Há, funcionando no local, escolas secundárias com mais de cem anos de existência e instituições públicas e particulares de ensino superior, com mais de cinquenta anos de atuação.

Não bastasse a tradição educacional da região, outro aspecto contribuiu para a escolha da delimitação. Há exemplos de iniciativas particulares de acessibilidade ao ensino superior, promovidas pelas instituições da região que merecem destaque. Exemplificando, pode-se citar o Programa para Egressos da Escola Pública – PROEM, da Universidade de Uberaba, que é um programa de acesso ao ensino superior muito parecido com o PROUNI do Governo Federal, porém fora criado por aquela instituição um ano antes da iniciativa governamental.

Também despertaram a atenção do pesquisador, sobre inclusão social no ensino superior, as constantes notícias veiculadas pela imprensa acerca do tema. De acordo com o IPEA, citado pelo Diário Catarinense, numa pesquisa com 130 países, o Brasil posiciona-se em penúltimo lugar entre as piores distribuições de renda no mundo, sendo superado apenas por Serra Leoa, localizada no Oeste da África².

Quanto à abordagem do tema por outros pesquisadores, ao pesquisar em bases de dados nacionais, encontrou-se em Março de 2005, tão somente trabalhos que abordam questões raciais e de acesso ao ensino superior. Na Universidade de São Paulo foram encontrados dois trabalhos envolvendo

² NOSSO BRASIL DESIGUAL. *Diário Catarinense*, Joinville-SC, 02 Jun. 2005.

inclusão e minorias raciais. Por meio do Portal Bireme, na base de dados LILACS – Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, utilizando como palavras chave inclusão, social, ensino e, superior, unidas por pesquisa booleana, foi encontrado também no mesmo mês, apenas um trabalho e, ainda assim, voltado à inclusão de alunos portadores de necessidades especiais. Nas demais bases pesquisadas, quais sejam: SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*; PROSSIGA – Informação e Comunicação para Ciência e Tecnologia, acessado por meio da Biblioteca Virtual de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro; *The Educator's Reference Desk - Eric*, base de dados internacional com referências bibliográficas e resumo na área de educação; *Find Articles* – base de dados com mais de cinco milhões de artigos; UNESDOC – Base de Dados da Unesco na área de Ciências Sociais; e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD, disponibilizado por meio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, também não foram encontradas publicações que versassem especificamente sobre inclusão social no ensino superior, especialmente com foco na inclusão das classes menos favorecidas economicamente. Todo material encontrado, ou referia-se à inclusão de portadores de necessidades especiais ou, em alguns casos, inclusão abordando questões raciais.

Reiniciando a pesquisa, utilizando como palavras-chave, exclusão e educação, encontrou-se um número bem mais significativo de trabalhos, no entanto nenhum deles com características que fossem capazes de responder ao problema desta pesquisa, especialmente pelo fato de, no momento atual, o assunto estar assumindo nova dinâmica no cenário das políticas de ensino e da gestão das instituições de ensino superior – IES, de agora em diante denominadas, simplesmente por IES. Entretanto, dois títulos demonstraram, a princípio, serem úteis aos referenciais teóricos. São eles: Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão

social³, e, Ensino superior nos anos 90: ensino, pesquisa e extensão no cenário medieval⁴.

Também foram encontradas contribuições significativas na revista Educação & Sociedade, volume 23, organizada pela UNICAMP, além de trabalhos dos seguintes autores: Pablo Gentili; José Claudinei Lombardi; Sérgio Castanho; e Maria Eugênia L. M. Castanho, sobretudo no que concerne às relações entre Estado, globalização, sociedade e educação.

Os demais referenciais bibliográficos sobre o tema são vários, mas a maioria aborda as causas ou mesmo a realidade atual, ao passo que este trabalho tem por objeto a identificação de tendências, conforme se pretende apresentar a seguir.

II - Problema de Pesquisa

Diante do exposto no item anterior, o problema de pesquisa é: Qual a tendência das políticas públicas de inclusão social adotadas no ensino superior particular na região do Triângulo Mineiro?

III - Objetivo

- Identificar tendências das políticas públicas e nas iniciativas privadas de inclusão e acessibilidade no ensino superior, sob a ótica dos gestores e educadores das instituições particulares de ensino superior no Triângulo Mineiro.

³ CATANI, Afrânio Mendes. **Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social**, Campinas : Papyrus, 2003.

⁴ MAGNANI, Ivetti. **Ensino superior nos anos 90 : ensino, pesquisa e extensão no cenário neoliberal**. 2000. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação. São Paulo, 2000.

Para melhor compreensão das tendências que se pretende encontrar no objetivo, far-se-á um estudo das políticas públicas de inclusão das minorias sociais no ensino superior brasileiro, bem como uma verificação de iniciativas privadas de acessibilidade no ensino superior particular no Triângulo Mineiro.

IV - Objeto de Estudo

Face ao cenário apresentado, a presente pesquisa tem por objeto de estudo, as políticas de inclusão no ensino superior particular na região do Triângulo Mineiro.

Entretanto, importa ressaltar que, em função da legislação superior brasileira, integrar a grande maioria das IES do Brasil no Sistema Federal de Ensino e, pelo fato das políticas deste sistema influenciarem na postura dessas instituições, sejam elas públicas ou particulares, julgou-se procedente também, estudar as atuais políticas públicas de inclusão no ensino superior, bem como o cenário em que estão inseridas. Entende-se que, a compreensão das principais ações governamentais, voltadas à inclusão no ensino superior, poderá contribuir para a compreensão das iniciativas existentes no setor privado.

V - Delimitação

Tendo em vista a característica do objeto a ser pesquisado, qual seja, políticas de inclusão social no ensino superior particular, nota-se, de acordo com Richardson (1999)⁵, tratar-se da pesquisa de um fenômeno,

⁵ RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. Colaboradores: José Augusto de Souza Peres *.et. alli* – São Paulo: Atlas, 1999.

sendo necessário identificar os elementos deste fenômeno e localizá-lo no tempo e em algum lugar.

Face às mudanças significativas ocorridas no cenário educacional brasileiro a partir da edição da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 9.394/96, esta pesquisa direcionou seu foco para este período, ou seja, de 1996 a 2005.

Diante da extensão das questões associadas à inclusão social, perpassando pelos mais diversos aspectos de exclusão, dentre eles o de pessoas portadoras de necessidades especiais, as questões raciais, religiosas, sexuais e de ordem econômica e financeira, fez-se necessário identificar a fração deste assunto que representará os limites do fenômeno a ser pesquisado. Assim sendo, considerando o objetivo da pesquisa, limitou-se à questão da inclusão social no ensino superior particular, especialmente o da inclusão das pessoas impossibilitadas financeiramente de custear um curso superior, nas instituições particulares na região do Triângulo Mineiro.

Além das razões expostas na Introdução, justificou-se a escolha desta região para a realização da pesquisa, pela importância que representa na geografia econômica brasileira e por ser uma das mais significativas regiões no cenário educacional do Brasil. Observando o Censo 2000 do IBGE, nota-se que o Triângulo Mineiro tem uma população que representa 10,6% da população do Estado de Minas Gerais, no entanto, 13,9% das pessoas que freqüentam o ensino superior nesse Estado, estão no Triângulo Mineiro. A região posiciona-se atrás apenas da região metropolitana de Belo Horizonte, capital do Estado.

Em quatro das principais cidades do Triângulo, quais sejam, Uberaba, Uberlândia, Ituiutaba e Araxá, estão três Universidades, sendo duas Federais, uma em Uberaba e uma em Uberlândia, e uma particular em Uberaba; dois Centros Universitários, sendo um em Uberlândia e outro em Araxá, além de quinze instituições isoladas, incluindo uma Faculdade Federal de Medicina, em Uberaba. No Apêndice G, há uma descrição detalhada da região.

VI - Justificativa

Para se compreender o porquê da relevância desta pesquisa, primeiramente, faz-se necessária a compreensão de alguns dados que compõem o cenário do ensino superior brasileiro.

A partir da simples análise da evolução das matrículas no ensino superior brasileiro ao longo de sua trajetória, percebe-se que apenas uma pequena parcela da população consegue acessá-lo, sendo que até dez anos atrás, nunca se conseguiu que, sequer 3% da população com idade entre dezoito e vinte e cinco anos, estivesse matriculada no ensino superior.

No entanto, as necessidades geradas na chamada sociedade do conhecimento têm caracterizado as políticas atuais pelo imperativo da inclusão.

Desde o advento do ensino superior brasileiro, observa-se a maioria das instituições atuando na geração do conhecimento, porém desvinculadas das exigências e necessidades da sociedade. Nesse sentido, destaca-se o distanciamento das necessidades da inclusão social, porque no Brasil, o ensino superior, principalmente no segmento público, tem se caracterizado por receber, em sua maioria, as camadas mais abastadas da população.

As desigualdades verificadas no ensino superior refletem as desigualdades da própria sociedade como um todo. De acordo com a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura –, a taxa bruta de matrícula no ensino superior no Brasil foi, em 1998, de 14%, representando a metade da verificada no Peru ou na Bolívia, e aproximadamente 1/3 da mesma taxa na Argentina.

Essa elitização do ensino superior não ocorreu por acaso, mas mesmo por transparecer a crença de vários educadores e gestores, que defendem não ser o ensino superior, para todos. Tal fato pode ser observado, por exemplo, em Souza (1991)⁶ que afirmou o seguinte:

⁶ SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro**. São Paulo. Pioneira, 1991, p.68.

O real significado do termo 'Ensino Superior' vai muito além do ensino de terceiro grau, como ficou popularizado principalmente após as reformas das décadas de 60 e 70. O saber superior deve ser adquirido mediante o uso de codificações, sistemas, modelos e símbolos da semântica científica e, por isso, foge à praticidade do dia-a-dia e se reserva aos que disponham de condições especiais para abordá-lo. Por isso, como muitos querem, não pode ser democraticamente acessível a todos. É um ensino, por natureza, elitista, para uma minoria capacitada intelectual e culturalmente e não no sentido trivial de pessoas sócio-economicamente(*sic*) bem postas na comunidade.

Entretanto, a partir de meados do século anterior, percebeu-se uma importância crescente do conhecimento para todos os domínios da atividade humana e para todas as classes sociais, impondo às universidades e aos governos, nas últimas décadas, desenvolver políticas que facilitassem o acesso ao ensino superior.

A UNESCO tem se destacado no sentido de insistir no papel importante do ensino superior para o desenvolvimento das sociedades e, especialmente, enfatizando suas responsabilidades na promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura da paz.

Vale ressaltar que o papel do ensino superior na inclusão social ultrapassa a evidente inclusão de jovens, atingindo também a possibilidade de inclusão de adultos que não tiveram oportunidade de desenvolver este nível de estudo, notadamente num país cuja população envelhece cada vez mais.

Ao lado de iniciativas de escolaridade em outros níveis, o acesso direto ao ensino superior poderia melhorar muito esse quadro, até porque os idosos não têm condições de disputar vagas no vestibular com os mais jovens, já que os parâmetros de competição entre as gerações são completamente diferentes. O melhor instrumento de inserção social e valorização pessoal de que dispomos é a educação. Em um país que ocupará, segundo as projeções, dentro de uma década, o sexto lugar entre os países mais envelhecidos, é essencial pensar com mais carinho na questão e abrir as portas da universidade para um segmento da população sedento de oportunidades.⁷

⁷ SANTOS, J. S. Inclusão e Ensino Superior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jun. 2005.

Por outro lado, embora as discussões acerca do tema da inclusão ocupassem espaço nas esferas públicas, as exigências da sociedade foram mais rápidas. A inovação e a competitividade das corporações influenciaram a vida acadêmica, cobrando agilidade e uma postura diferente de gestão, que facilitassem o acesso ao ensino superior.

A busca por melhores condições de vida por parte das camadas menos abastadas da população tem contribuído para a massificação do ensino, mas os índices de participação das classes menos favorecidas financeiramente, ainda estão distantes dos números das nações desenvolvidas, e até mesmo em relação a alguns países em desenvolvimento.

Os últimos governos estimularam a abertura de vagas no ensino superior, mas em pouco tempo esta medida mostrou-se ineficaz para garantir o acesso ao ensino superior. Isto porque, como a maioria das vagas foi aberta no ensino superior particular, em pouco tempo surgiram vagas ociosas, pois a limitação deixou de ser falta de vagas, passando a ser a condição econômica e financeira dos alunos para custearem seus estudos.

Diante dessa situação, a questão do financiamento do ensino passou a ser o novo desafio, tanto para as públicas, que precisam aumentar as vagas para oferecer acesso às minorias que não podem pagar, quanto para as instituições particulares.

A eficácia do sistema, medida pelo número de concluintes ano, também estaria sendo afetada, provavelmente, pelo desaquecimento da economia. Nesse caso, o impacto maior estaria incidindo sobre o setor privado. Pelo menos duas razões poderiam explicar a menor eficácia da rede privada e, provavelmente, ambas seriam decorrentes da perda do poder aquisitivo dos alunos: *(i)* o prolongamento da duração do curso; e *(ii)* a evasão temporária ou definitiva. Esses dados sugerem que o modelo de expansão do ensino superior, centrado na iniciativa privada, encontra seus limites estruturais no poder aquisitivo de sua clientela potencial. (grifo nosso).⁸

⁸ CORBUCCI, Paulo Roberto. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação**. Texto para discussão do IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0869.pdf> Acesso em: 29 jan. 2005.

Tal quadro atingiu diretamente a gestão pública e particular das instituições de ensino, tornando clara a necessidade de mecanismos criativos que possibilitassem um ensino de qualidade e de baixo custo. Nesse sentido, surgiram programas governamentais e particulares, visando à inclusão. Recentemente, o assunto da inclusão passou a figurar como principal meta do Governo Federal, justificando a criação de programas que objetam mudar o panorama do ensino superior brasileiro.

O próprio Ministério da Educação, agindo sob a égide da presente LDB, vem criando instrumentos que permitam pautar as ações do ensino superior brasileiro, pela previsibilidade e pela inclusão social.

Tendo em vista o caráter interdisciplinar deste programa de mestrado, considerar-se-á, sempre que possível, as ações de *marketing* educacional, notadamente as publicações de eventos e seminários do setor, além de publicações de autores sobre o assunto, visando assim, estabelecer o elo necessário entre educação, administração e comunicação. Também com relação à questão da interdisciplinaridade, ressalta-se a relevância do desenvolvimento de trabalhos dessa natureza para a formação de uma visão sistêmica, capaz de contribuir com a solução dos principais problemas na educação nacional.

De acordo com Abrão (2003)⁹, questões como a autonomia universitária, as políticas de gestão administrativa, os projetos governamentais para o setor, a concepção de novos modelos acadêmicos, a implementação de políticas administrativas e de financiamento, a crescente tendência pela privatização das universidades, a globalização econômica do conhecimento, dentre outras, precisam ser integradas ao debate educacional, por não produzirem efeitos isolados, mas por estarem intrinsecamente ligadas por uma teia de interrelações.

⁹ ABRÃO, M. **Um olhar sobre a avaliação institucional: O Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2003.

A autora ainda afirma que estas são questões de grande complexidade e requerem uma estrutura capaz de congregar os esforços de indivíduos e de articular-se às ações de grupos de discussão existentes no país.

Só assim os destinos da universidade brasileira poderão ser discutidos com a devida seriedade, profundidade e sem restrições ou atrelamentos político-ideológicos. Há hoje, no Brasil, necessidade de um esforço coletivo desta natureza - um esforço de pesquisa interdisciplinar que possa produzir e disseminar o conhecimento necessário à compreensão dos rumos a serem seguidos para a construção de uma universidade brasileira de qualidade.¹⁰

Além dos requisitos deste Programa de Mestrado, o próprio tema incitou o pesquisador para as teias da interdisciplinaridade, visto que, ao tratar da inclusão social no ensino superior, fica claro estar-se lidando com o tema da educação. A partir do momento que se associa o tema com políticas públicas, seja no setor público ou privado, faz-se pertinente também, a abordagem da Administração. Por sua vez, a forma como tais políticas são levadas até à população, bem como a retroalimentação da sociedade com relação a essas políticas, completa os vértices deste triângulo interdisciplinar, associando educação, administração com a comunicação.

Tal raciocínio, pautado em visão múltipla, ao contrário de um foco pontual em apenas um campo do saber, encontra respaldo em Fazenda (1995)¹¹ que diz:

Esse posicionamento nasceu como oposição a todo o conhecimento que privilegiava o capitalismo epistemológico de certas ciências, como oposição à alienação da academia às questões da cotidianidade, às organizações curriculares que evidenciavam a excessiva especialização e a toda e qualquer proposta de conhecimento que incitava o olhar do aluno numa única, restrita e limitada direção, a uma patologia do saber.

¹⁰ ABRÃO, M. **Um olhar sobre a avaliação institucional: O Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2003.

¹¹ FAZENDA, I. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. São Paulo : Ed. Papyrus, 1995. p. 19.

Assim sendo, torna-se relevante uma pesquisa que pretenda conhecer a visão de educadores, sujeitos do processo educacional em uma importante região que integra o cenário descrito acima, acerca das políticas de inclusão social nas IES ali instaladas.

Desse modo, para o alcance do objetivo proposto, este trabalho está organizado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, foi feito um breve histórico da educação do país, desde os seus primórdios até o momento atual, destacando o ambiente possibilitado pela promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1996. Nessa revisão ao longo da linha do tempo, pôde-se conhecer as características de alguns governos quanto à política de educação, desde o Brasil Império até o momento atual.

O segundo capítulo caracteriza-se por apresentar iniciativas particulares de acessibilidade, e por que não dizer, estratégias privadas de acessibilidade que promoveram, de algum modo, inclusão social no ensino superior na região delimitada por esta pesquisa.

Estes dois capítulos iniciais permitem uma visão sistêmica do cenário educacional universitário no país, apoiando-se na literatura existente e, permitindo também compreender possíveis porquês da inclusão e exclusão no ensino superior, compreensão esta, fundamental para análise dos dados coletados pela técnica Delphi, bem como para o alcance do objetivo.

O terceiro capítulo incumbe-se em apresentar os dados colhidos por meio da pesquisa Delphi e em analisar os resultados alcançados, apresentando as tendências nas políticas públicas e nas iniciativas particulares de inclusão social no ensino superior.

Desse modo, não se pretende com este trabalho, desvendar minúcias das políticas públicas de inclusão social no ensino superior, mas tão somente, focar em seu objeto, qual seja, identificar no cenário de políticas de educação, a partir da visão dos educadores inseridos na região delimitada para a pesquisa, as tendências das políticas do ensino superior particular, voltadas à inclusão social. Espera-se também, com esse trabalho, contribuir com quantos possam se interessar, posteriormente pelo assunto, e, com isso, desenvolverem outros estudos.

VII - Linha de Pesquisa

Pelo fato do Programa em Educação, Administração e Comunicação optar por uma diversidade de enfoques teórico-metodológicos e recortes temporais múltiplos, que se organizam num conjunto de disciplinas e atividades articuladas à área de concentração *Cultura, Memória e Tempo Presente* e, pelo objeto do presente trabalho, tem-se como linha de pesquisa, “Políticas Públicas e Administração no Brasil”.

VIII - Procedimentos Metodológicos

Considerando o objetivo desta pesquisa e seu caráter predominante descritivo, para melhor compreender a inclusão social no ensino superior, fez-se necessária uma análise do contexto educacional brasileiro, bem como da legislação pertinente, além da análise das visões de educadores e gestores educacionais na região do Triângulo Mineiro.

Teve também uma abordagem quanti-qualitativa, porque ao analisar o contexto existente, a adoção de uma abordagem estritamente quantitativa poderia contribuir para a perda de informações importantes que poderiam estar ocultas nos limites de qualquer escala de valores a ser estabelecida. Entretanto, para permitir uma visão mais clara sobre a opinião dos educadores e dos gestores educacionais, estabeleceram-se por meio de escalas, padrões dessas opiniões.

Para realização deste trabalho, utilizaram-se como estratégias para coleta de dados, os seguintes instrumentos:

- questionários com formadores de opinião do setor da educação na região do Triângulo Mineiro, por meio da técnica Delphi, explicada mais adiante;
- análise da legislação educacional pertinente;

- leituras de documentos sobre as IES estabelecidas na região do Triângulo Mineiro;
- leituras de documentos publicados sobre inclusão social na educação.

8.1 Técnica Delphi

A técnica Delphi consiste em uma técnica qualitativa de previsão de cenários, a partir da busca de um consenso entre especialistas de uma determinada área ou setor.

Inspirados no oráculo de Delphos, na Grécia antiga, Olas Helmer e Norman Dalker, consultores da Rend Corporation nos Estados Unidos, conceberam a técnica para utilização na administração.

No Brasil, a Universidade de São Paulo, especificamente o Programa de Estudos do Futuro utiliza o método Delphi desde os anos 80, sendo que a partir de 1995 passou também a utilizá-lo na modalidade eletrônica. Essa consiste em criar um ambiente virtual, em que pessoas autorizadas pelo pesquisador possam acessar este local, via internet, e coloquem suas opiniões, possibilitando assim a coleta de dados com amostras de maior volume e com menor custo.¹²

De acordo com Bethlem (2004)¹³, a técnica resume-se na criação de um questionário que será aplicado a um grupo de especialistas, cujas respostas vão sendo agrupadas e servem para a elaboração de novas perguntas, com vistas a encontrar as convergências e divergências entre as opiniões dos entrevistados.

O autor ainda explica que o produto final é uma média das opiniões dos especialistas sobre a probabilidade de ocorrência de certos eventos.

¹² Este assunto é abordado amplamente por Silvia Vergara em Métodos de Pesquisa em Administração.

¹³ BETHLEM, A. S. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. São Paulo : Atlas, 2004, p. 170-171.

O número de vezes em que o pesquisador elaborará novo ciclo de perguntas dependerá da dispersão entre as respostas, da disponibilidade dos entrevistados e do custo. Conforme Vergara (2005)¹⁴, este número de rodadas oscila entre duas e cinco e o nível de concordância entre as respostas é definido pelo pesquisador.

Comunicação por escrito	A pesquisa é documentada pelos questionários que são enviados pelo pesquisador e respondidos pelos especialistas em cada ciclo de perguntas.
Anonimato	Somente o coordenador – pesquisador – deve saber quais especialistas estarão participando das rodadas de perguntas.
<i>Feedback</i> controlado	Caberá ao pesquisador decidir quantas vezes rodar o questionário, integral ou parcialmente.
Resposta estatística do grupo	Resultado dos questionários, apresentando as convergências e divergências encontradas.

Quadro 1 – Principais características da Técnica Delphi

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bethlem (2004)¹⁵.

Conforme comentado anteriormente, esta técnica é empregada quando há falta de dados históricos ou impossibilidade de quantificação. Neste caso, as avaliações devem ser subjetivas, além do que, os entrevistados devem entender perfeitamente o que está sendo perguntado e a resposta deve ser objetiva, refletindo a sua opinião.

A leitura quantitativa das respostas dos especialistas é obtida pela convergência das opiniões acerca de determinado tema. A partir de tal agrupamento, é possível estabelecer análises estatísticas dos resultados, dirigindo, assim, para o alcance do objetivo proposto.

¹⁴ VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. – São Paulo : Atlas, 2005.

¹⁵ BETHLEM, A. S. **Estratégia empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. São Paulo : Atlas, 2004.

Os educadores e gestores educacionais convidados são aqueles que estão à frente das instituições de ensino particulares existentes na região, ou ainda, expoentes que tenham desenvolvido relevantes serviços ao ensino no local delimitado pela pesquisa. Entre eles, há diretores da Secretaria Municipal de Educação, coordenadores de cursos superiores, ex-dirigentes de instituições de ensino, doutores que auxiliaram a implantar pós-graduação na região e pesquisadores na área de educação, constituindo-se ambos os grupos, por formadores de opinião. Na região, funcionam uma universidade, dois centros universitários e quinze instituições isoladas, com as características a seguir:

Instituição	Tipo	Tipo	Cidade
Centro Universitário do Planalto de Araxá – UNIARAXÁ	Centro Universitário	Particular	Araxá
Faculdade de Administração de Campina Verde - Facav	Inst. Isolada	Particular	Campina Verde
Faculdade Triângulo Mineiro – FTM	Inst. Isolada	Particular	Ituiutaba
Instituto Superior de Educação de Ituiutaba - ISEDI	Inst. Isolada	Particular	Ituiutaba
Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba - ISEPI	Inst. Isolada	Particular	Ituiutaba
Faculdade Aldete Maria Alves – FAMA	Inst. Isolada	Particular	Iturama
Centro de Ensino Superior de Uberaba - CESUBE	Inst. Isolada	Particular	Uberaba
Faculdade de Ciências Econ. do Triâng. Mineiro – FCETM	Inst. Isolada	Particular	Uberaba
Faculdade de Talentos Humanos - Talentos Humanos	Inst. Isolada	Particular	Uberaba
Faculdades Associadas de Uberaba – FAZU	Inst. Isolada	Particular	Uberaba
Instituto Superior de Educação -	Inst. Isolada	Particular	Uberaba
Universidade de Uberaba – UNIUBE	Universidade	Particular	Uberaba
Centro Universitário do Triângulo – UNITRI	Centro Universitário	Particular	Uberlândia
Escola Superior de Administração, <i>Marketing</i> e Comunicação de Uberlândia – ESAMC de Uberlândia	Inst. Isolada	Particular	Uberlândia
Faculdade Católica De Uberlândia - CATÓLICA	Inst. Isolada	Particular	Uberlândia
Faculdade de Ciências Aplicadas de Minas – UNIMINAS	Inst. Isolada	Particular	Uberlândia
Faculdade de <i>Marketing</i> e Negócios - UNIESSA	Inst. Isolada	Particular	Uberlândia
Faculdade Politécnica de Uberlândia - FPU	Inst. Isolada	Particular	Uberlândia

Quadro 2 – IES particulares no Triângulo Mineiro

Fonte: MEC e Instituições relacionadas acima.

O convite foi oficializado por meio eletrônico ou correio, reforçado por contato telefônico.

8.2 Análise dos resultados

A partir das respostas obtidas, buscou-se agrupá-las de acordo com as respectivas convergências de opiniões dos entrevistados. Havendo divergências significativas, nova rodada de entrevistas deveria ocorrer, de forma a encontrar um resultado confiável que apresentasse a convergência das opiniões, bem como possíveis divergências devidamente justificadas.

O questionário inicial objetiva, ainda, auxiliar no conhecimento da existência de políticas particulares de inclusão nas IES do Triângulo Mineiro, bem como seus respectivos resultados, possibilitando, assim, analisar além das tendências destas políticas, os efeitos já existentes.

A visão dos educadores e gestores foi fundamental não só para enriquecer a pesquisa com a visão de quem está vivenciando as dificuldades de inclusão, bem como para o alcance do objetivo de identificar tendências com relação às políticas educacionais.

Do mesmo modo, julgou-se pertinente saber dos gestores e educadores as visões deles quanto ao papel do governo e das instituições particulares de ensino superior, além de ouvi-los acerca dos programas governamentais, das iniciativas particulares e, especialmente, quanto às suas visões sobre as tendências dessas políticas de inclusão social.

O questionário da primeira rodada teve uma versão para os gestores, buscando informações cadastrais sobre as instituições por eles dirigidas e mais três perguntas abertas, diretamente voltadas às questões de inclusão social no ensino superior. Estas mesmas três perguntas constituirão a versão enviada aos expoentes do setor. Tendo em vista que os dois grupos de entrevistados são formadores de opinião no setor educacional e, por não haver prejuízo ao objetivo do trabalho, pelo fato de que a diferenciação

entre os questionários é tão somente os dados cadastrais das instituições, a tabulação das respostas dos dois grupos será feita conjuntamente, de forma que, a partir da segunda rodada, uma única versão do questionário foi enviada aos entrevistados.

Conferindo ao trabalho as validações e a confiabilidade necessárias, alguns cuidados com os procedimentos foram tomados durante a coleta de dados, tais como a utilização de múltiplas fontes de evidências, destacando-se a Técnica Delphi e análise documental. Cuidou-se também de estabelecer um encadeamento das evidências, de modo que mais de uma evidência fosse relacionada ao mesmo dado antes de torná-lo uma informação.

Como houve a intenção em utilizar escalas, especialmente as de Likert, para possibilitar a análise quanti-qualitativa, pensou-se inicialmente em trabalhar os resultados por meio de análise fatorial.

Entretanto, face ao tamanho reduzido da amostra, obtida em função da delimitação já justificada deste trabalho, percebeu-se a não recomendação deste caminho.

Assim sendo, por se tratar de uma pesquisa transversal, ou seja, com os dados coletados nas entrevistas no mesmo momento; observacional, ou seja, sem a interferência direta do pesquisador; e pela natureza exploratória da técnica Delphi, para análise dos resultados utilizou-se de técnicas de estatística descritiva, seguidas pela aplicação do teste de Friedman, que permitiu verificar possíveis concordâncias entre as respostas dos entrevistados.

O teste de Friedman, segundo Vieira¹⁶, possibilita testar a hipótese de que as respostas de vários grupos relacionados têm distribuição semelhante.

A pesquisa foi fundamentada por revisão bibliográfica, documentos e outras publicações. A revisão bibliográfica fez-se fundamental ao desenvolvimento da análise quali-quantitativa dos resultados, bem como para o conhecimento da literatura acerca do tema em questão. Por outro

¹⁶ VIEIRA, SÔNIA. **Bioestatística – Tópicos avançados**. Campus – São Paulo, 2003. p. 39

lado, a busca por documentos e publicações, foi feita sempre que necessário para a confirmação de dados colhidos nos questionários, buscando-se assim, a riqueza das informações obtidas por meio da visão dos gestores e educadores, que dificilmente seria possível numa abordagem puramente quantitativa, e ainda, evitar possíveis vieses oriundos de um algum subjetivismo do informante.

Capítulo 1

O CENÁRIO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E AS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO

Para melhor compreensão do assunto, entendeu-se pertinente não só elencar as políticas públicas de inclusão, mas também abordá-las juntamente com a análise do cenário em cada época, envolvendo aspectos políticos, sociais e econômicos que, de alguma forma, influenciaram as políticas para o ensino superior.

Deste modo, pretende-se compreender por que o ensino superior no Brasil surgiu e se desenvolveu sem compromisso com a formação do povo brasileiro, mas, principalmente, focado em atender aos interesses da elite em cada época.

Na mesma linha, abordou-se também, as políticas públicas de ensino superior no período da vigência da atual LDB, sem desconsiderar o cenário em que a educação brasileira está inserida, marcado neste período, pela hegemonia das idéias de globalização e do neoliberalismo.

1.1 – Uma breve retrospectiva no cenário do Ensino Superior Brasileiro

No período do Brasil Império, segundo Cunha (1986)¹⁷, a educação superior era tratada como assunto periférico da burocracia estatal, marcada pelo controle do Imperador sobre as abordagens a serem adotadas pelas faculdades e pelo controle dos professores sobre a postura e ação dos alunos. As políticas tinham como foco, o que era ensinado, sem compromisso com e para quem era a educação. Inclusive, vale ressaltar que o ensino superior surgia, visando atender às elites da época, que se viam impossibilitadas de enviar os filhos à Europa face às invasões do império napoleônico.

¹⁷ CUNHA, L. A. O Ensino Superior na Era Vargas. In: Cunha L. A. *A universidade temporã. O ensino superior da colônia à era Vargas*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 204-295.

Na velha república, diante da decadência dos latifúndios, surgiu instintivamente, de acordo com Teixeira¹⁸, um mecanismo de defesa das elites rurais empobrecidas. A opção que a elas surgia em relação ao futuro de seus filhos, era a da educação para exercer as funções do Estado, da Política e das profissões liberais. Por isso, não era interessante um ensino público abrangente e gratuito, pois abriria as portas a um possível deslocamento das camadas sociais.

Surgia então, propositalmente, um mecanismo de segurança caracterizado pelo estrangulamento da ascensão ao ensino superior, ao oferecer uma escola pública primária gratuita, de oportunidades reduzidas e, no nível médio, dois tipos de escolas: o secundário ou propedêutico aos estudos superiores, ministrado em escolas particulares, destinado àqueles que pudessem custear seus estudos; e a escola normal e a técnico-profissional, em número reduzido, públicas e gratuitas, para o povo.

A posição dos governos não se caracterizava por uma maior ou menor intervenção na educação, mas no estabelecimento de políticas que garantissem a formação superior às elites, promovendo assim, desde o início do país como Estado independente, exclusão social.

Na era Vargas, durante o regime totalitário do Estado Novo, sob a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, um discurso de um ensino superior democrático foi implantado, entretanto, o que se viu foi a criação de uma universidade totalmente voltada às elites. O povo era considerado uma espécie de matéria bruta a ser elaborada pelo saber das elites.¹⁹

Para melhor compreender o cenário neste momento, marcado por políticas nacionalistas, faz-se pertinente compreender o conceito de Estado Nacional.

¹⁸ TEIXEIRA. Anísio. Falsa Elite. **Boletim informativo CAPES**. Rio de Janeiro, n. 60, nov. 1957, p.1-2. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisioteixeira/artigos/falsaelite.html>> Acesso em: 10 Abr. 2005.

¹⁹ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC - Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp001.htm> Acesso em: 10 Abr. 2005.

Para Castanho (2001)²⁰, tal conceito é a organização formada para gerir o modo de produção nascido no fim dos tempos feudais, ou seja, tomar-se-á o conceito de Estado como organização da sociedade para a produção capitalista. Gramsci trata o Estado em duas dimensões: uma ampla que envolve a classe política mais a sociedade, e uma restrita, identificando-o com a sociedade política, ou seja, o governo propriamente dito.²¹

O Estado moderno, ou Estado nacional, constitui-se com as tarefas de definir, ampliar e consolidar sua base territorial, o país; de instituir e fixar no país a nação, sua base humana, conferindo-lhe unidade; de estabelecer, como cimentos dessa unidade, a língua, a cultura e a educação, tornando-as orgânicas em relação ao todo nacional; e de fornecer legitimidade institucional da sociedade, considerada em seus aspectos políticos, econômicos e propriamente sociais, mediante ordenamento jurídico.²²

Ao longo da história brasileira, nota-se que esse conceito de Estado nacional nunca aconteceu de fato no Brasil, pois as bases conceituais, ao atribuir as funções do Estado, estiveram em constante conflito desde o descobrimento até o presente.

O papel do Estado Nacional, entendido a partir das políticas adotadas, começa a ter uma definição mais clara após 1930, com a responsabilidade de servir ao capital internacional e promover a industrialização, ou seja, o Estado Nacionalista, cujo apogeu aconteceu na fase seguinte, 1964 e 1980, voltando a partir daí em nova crise de identidade, deixando-se substituir pela globalização sem fronteiras, sem nacionalismos e multicultural.

O governo de Juscelino assume a proposta de ampliar o sistema de ensino do país e colocá-lo a serviço do desenvolvimento, afirmando que as transformações educacionais acompanham as transformações industriais, para atender às novas necessidades geradas pela indústria.

²⁰ CASTANHO, S. Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, J. C. (org.) **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p.22.

²¹ A teoria gramsciana do Estado foi tratada em *Gramsci e o Estado*, por Christinne Buci-Glucksmann.

²² CASTANHO, S. *Ibidem*, p. 22.

A Lei nº 4.024/61 propunha um debate nacional que oportunizaria a grande mobilização da universidade brasileira como mecanismo de contribuição social e, sobretudo, a participação político-social dos acadêmicos.

Com a contribuição de Darci Ribeiro e Anísio Teixeira, surge a Universidade de Brasília, em 1961, trazendo um novo modelo de universidade, como parte do projeto social nacional-desenvolvimentista.

O governo de Jânio Quadros apresenta um maior estímulo ao ensino técnico-profissional com vistas ao Ensino Superior, com o intuito de dar acesso a todos os trabalhadores à Universidade. Entretanto, a política de democratização do acesso à cidadania a todos os brasileiros proposta por Jânio, não foi implementada em virtude dos acontecimentos políticos que culminam, em 1964, com o advento do governo militar.

No regime implementado nesse período, surge uma expansão no ensino superior baseada em estudos inspirados na escola americana. A proposta desenvolvimentista reuniu, inicialmente, cientistas importantes, no entanto, face à redução de verbas para pesquisas e falta de condições técnicas, a maioria migrou para o exterior.²³

Esta política, de aparente mudança da estrutura universitária com vistas à inclusão, mostrou-se ao longo dos anos ser, tão somente uma forma de atender às necessidades dos governantes da época.

A citada crise de papéis do Estado Nacional atingiu o auge no governo do então presidente Fernando Collor de Mello, em 1990, com as proclamações em torno da abertura econômica, reclamada pela globalização.

Neste período, começam a ser disseminadas as idéias neoliberais da força do mercado sobre as políticas governamentais, postulando que as últimas devem ser desenvolvidas segundo as determinações da primeira.

Depois de Collor, a inserção brasileira no mercado globalizado seguiu sem grandes obstáculos, passando pelo governo Itamar Franco (1992-1995), seguido pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995 e reeleito em

²³ Universidade do Contestado. Disponível em:
<<http://www.cdr.unc.br/cursos/EngenhariaMecatronica/arquivos%20downloads/UNIVERSIDADE%20e%20SOCIEDADE-%20MECATRONICA-Valentini.doc>> Acesso em: 10 Abr. 2005.

1998). Este Presidente governou com características neoliberais, conduzindo a economia e a política em conformidade com as exigências dos países centrais, mais especificamente, dos Estados Unidos da América, pelas imposições do Fundo Monetário Internacional – FMI, do Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID, e do Banco Mundial.

Das orientações gerais do Banco Mundial é possível depreender a prescrição de políticas educacionais que induzem as reformas concernentes ao ideário neoliberal, cuja ótica de racionalização do campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico, sobretudo a partir da adoção de programas de ajuste estrutural.²⁴

Visando melhor compreender este período, mostra-se importante destacar as visões e políticas que advieram das idéias de globalização e neoliberalismo, pertinentes neste trabalho, pela influência direta sobre as políticas educacionais do país.

1.2 – Neoliberalismo, globalização e educação

A partir da abertura de mercados, o assunto globalização marcou o debate sobre os mercados mundiais e sobre as relações internacionais. Mercado aberto e moeda estabilizada, com o Plano Real iniciado em 1994, parcela significativa da economia se viu exposta à concorrência internacional.

Num clima entre euforia pelo acesso da população a bens antes indisponíveis e, medo de determinados setores expostos a competições desmedidas, principalmente com fabricantes orientais, fluía o tema globalização, servindo também, muitas vezes, como justificativa para a implementação de medidas duras e impopulares ou para a inoperância de governos diante de obstáculos sociais. Não raro, o debate tem tendido freqüentemente para a simplificação e a vulgaridade. A análise do quadro mundial é substituída pela propagação de *slogans* e *chavões* de diversos tipos,

²⁴ DOURADO, L. F. **Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90.** Educ. Soc. , Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 235.

algumas vezes de origens duvidosas, ocultando quiçá, a natureza dos processos e problemas, por meio da retórica da globalização.

Difundiu-se a idéia de que há processos globais que dominam inexoravelmente, a economia mundial e tendem a destruir as fronteiras nacionais. Os Estados Nacionais estariam fadados a perder espaço e, não raro, a função diante da força e onipotência do mercado global.

Vista por este ângulo, a globalização não é um processo histórico, mas um acontecimento capaz de impor gostos a outras culturas, de mudar costumes tradicionais, de impor políticas, determinar o que é certo e errado na economia e, por meio de metas impostas por organismos econômicos internacionais, capazes até mesmo de definir o que deve e o que não deve ser trabalhado na educação.

Nos planos econômico e político, a globalização mostra-se eficaz para possibilitar aos países desenvolvidos, exercer maior influência em países economicamente mais fracos, por vezes despreparados para negociar diante dos interesses internacionais dominantes.

A globalização pode ser explicada como um processo no qual se produz tendência à homogeneização de valores e com padronização de formas de pensar e agir. Mas, as tensões e complexidades da era do globalismo implicam dimensões tais como: integração e fragmentação, diversidade e desigualdade. O cenário global não atua só por inclusão, atua também por exclusão; esta nova realidade é múltipla: incorpora regionalismos, nacionalismos e fanatismos religiosos.²⁵

A globalização também se mostra eficaz para conseguir escoar a produção cada vez maior pelo desenvolvimento tecnológico e pelo progresso técnico em áreas, tais como, informática, telecomunicações, biotecnologia e finanças. Essas inovações tecnológicas, associadas à diminuição dos custos de transporte, à regulamentação de diversos mercados e à remoção de controles e barreiras têm facilitado a crescente integração comercial e financeira dos mercados nacionais, bem como a internacionalização dos próprios processos de produção em muitos setores.

²⁵ NOE, A. **Globalização, revolução científico-técnica e a universidade**. *Avaliação – Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Campinas, vol. 2, n. 2, p. 33.

Por outro lado, a possibilidade de acesso a uma nova tecnologia tem tornado o custo de vida cada vez mais caro, fazendo ainda maior a desigualdade entre nações ricas – geradoras de novas tecnologias – e nações pobres – consumidoras de novas tecnologias.²⁶

Entretanto, um simples olhar pela história permite ver que processo de internacionalização em curso, nas últimas décadas, não é nem tão abrangente, nem tão novo. Também não é inexorável e irreversível como lhe atribuem com tanta frequência.

Um dos efeitos notados e mais interessantes da globalização é a difusão, que encontra solo fértil no Brasil, de que a economia nacional encontra-se refém das forças econômicas globais incontrolláveis. A tônica central é a de que as políticas nacionais têm de se curvar aos imperativos da nova ordem global, desconsiderando fatores culturais, diferenças étnicas, entre outras restrições. Países culturalmente fortes, como a Índia, por exemplo, têm feito a abertura de seus mercados de forma controlada, sem se curvarem à imposição externa que possa influenciar negativamente as crenças e valores do país.

Por outro lado, as idéias neoliberais também inspiram estudiosos a não perderem também possíveis oportunidades, embora se acutelando com as possíveis mazelas que delas possam advir. Fernando Henrique Cardoso(1998) aponta que:

Vivemos hoje um cenário global que traz novos desafios às sociedades e aos Estados nacionais [...]. É imperativo fazer uma reflexão a um tempo realista e criativa sobre os riscos e as oportunidades do processo de globalização, pois somente assim será possível transformar o Estado de tal maneira que ele se adapte às novas demandas do mundo contemporâneo.²⁷

Este cenário serve, primeiramente, aos objetivos dos setores e nações que se situam no comando do processo de internacionalização. Têm o

²⁶ Este assunto é amplamente abordado por Dellors em Educação, um tesouro a descobrir.

²⁷ Cardoso, F. H. Reforma do Estado. In: Bresser Pereira, L. C. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.15.

propósito, ou pelo menos o efeito, de desarmar as iniciativas nacionais e de remover resistências sociais e políticas aos interesses econômico-financeiros que operam em escala internacional.

Essa retórica facilita aos Governos que queiram se isentar de responsabilidade e transferi-la para um fenômeno impessoal e vago, fora do controle nacional. Justificam também a adoção de medidas impopulares e regulamentadoras, a geração de novos impostos e a abdicação de tarefas antes a eles atribuídas.

O debate sobre a política econômica e social fica obstruído pela divulgação de avaliações das tendências internacionais, ocultando também a identificação de erros das autoridades governamentais. Muitos governos justificam tanto medidas impopulares, quanto à ausência de resultados das políticas adotadas, ao invocarem uma força maior, à qual estariam supostamente obrigados a se submeterem.

Outras vezes, governantes e mesmo a população em geral, atribuem como causas primeiras dos problemas sociais, fatores externos como a globalização e a força de mercados mundiais, em detrimento de terem uma visão crítica sobre os governos, líderes políticos e suas respectivas políticas fracassadas.

A soberania das nações, cuja identidade é garantida pelo Estado Nacional, enquanto sujeito e princípio articulador, desvanece-se num capitalismo multinacional e transterritorial. O poder econômico migrou do Estado nacional para invisíveis centros econômicos transnacionais e deslocalizados. Com isto, também a substancialidade do econômico tornou-se absoluto e soberano (*sic*), permitindo ao Estado nacional apenas a possibilidade de adaptar-se às suas regras. A factibilidade econômica não é mais determinada pelo Estado nacional, mas pelos interesses de centros econômicos transnacionais.²⁸

Seria impossível isentar da responsabilidade pelas ações, os governantes, quando alegam estarem inoperantes diante das forças globais. A

²⁸ GOERGEN, P. **Prefácio**. In: Kuleza, W. **Comenius: a persistência da utopia em educação**. Campinas Ed. da Unicamp, p. 12.

pouca eficiência das políticas sociais brasileiras tem maior relação com as opções tomadas na área política do que com fatores externos ao Brasil.

Do ponto de vista histórico, globalização é nome dado a um processo que remonta, em última análise, à expansão da civilização européia, a partir do final do século XV, pelo processo de colonização, cujo resultado foi a ampliação das desigualdades entre países colonizadores e os demais. Seria a globalização atual uma forma de colonização travestida pelas vestes da era digital e da comunicação em tempo real?

O ponto de vista defendido neste artigo é o de que a globalização tem a mesma idade que o capitalismo, algo como quinhentos anos. [...] Como país colonizado no início dos tempos modernos, a história do Brasil é a longa história de sua inserção nos quadros do capitalismo mundial.²⁹

Krugman (1996)³⁰ afirma que a migração internacional era muito maior no passado, ocasião em que as américas eram vistas como oportunidade a desafios e prosperidade. Os imigrantes obtinham cidadania com facilidade, sendo rara a necessidade de passaportes. Um contraste notável com a economia global e sem fronteiras de hoje, em que imigrantes originários da África, da América Latina e da Ásia, diferenciados pela cor do passaporte, enfrentam restrições cada vez mais severas para adentrar os EUA, principalmente após o atentado de 11 de setembro de 2001.

Há que se separar, economia global de economia internacional. A primeira caracteriza-se pelo alto grau de integração dos mercados e pelo predomínio das atividades transnacionais. Seria uma economia em que a influência de grandes empresas transnacionais, desvinculadas de bases domésticas, teria chegado a ponto de dissolver, ou pelo menos começar a

²⁹ CASTANHO, S. Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, J. C. (org.) **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

³⁰ KRUGMAN, P. **Globalização e globobagens**. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 208

dissolver, as fronteiras, ao reduzir drasticamente o poder de intervenção dos Estados nacionais.

Por outro lado, a economia internacional caracteriza-se fundamentalmente por processos de intercâmbio entre economias nacionais distintas. As trocas são significativas e crescentes, mas predominam as atividades econômicas internas. A maioria das empresas não perde os vínculos nacionais. Os governos ao agirem isoladamente, ou por meio de acordos, continuam a desempenhar funções econômicas essenciais, principalmente no que tange à proteção do mercado interno.

Neste cenário, o desempenho macroeconômico dos países, em áreas como crescimento, emprego e renda, assim como a competitividade de setores e empresas decorre, principalmente, de processos que ocorrem em nível nacional.

Desse modo, os Estados nacionais não estão enfraquecidos, porque, embora os países tentem se reunir em blocos econômicos, com vistas a ganhos maiores nas relações de troca, não se tem notícia de que o mundo tenha se tornado um único bloco. Entretanto, não se pode afirmar igualmente sobre alguns governantes que, a cada dia, colocam-se mais e mais a serviço dos interesses dos países centrais e prestam um grande desserviço àqueles que os elegeram.

Quanto à educação, imersa no cenário dominado pelas idéias neoliberais, viu-se refém de políticas desenvolvidas a serviço dos organismos internacionais, que impõem aos governos dos países em desenvolvimento, cumprimento de metas e programas, interessantes, muitas vezes, apenas aos chamados países desenvolvidos.

A redefinição do Estado no Brasil, por meio da adoção das diretrizes do Banco Mundial, segundo Leher (2001, p. 162), efetivase na medida em que “os empréstimos estão condicionados à adoção pelo país tomador das diretrizes dos organismos. Sendo o MEC o equivalente a uma subseção do banco, a convergência é completa”.³¹

³¹ DOURADO, L. F. **Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90**. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 235.

Por outro lado, a chamada de Era do Capital Humano³² passa a exigir dos sujeitos que nela atuam, como garantia de sobrevivência, um conjunto enorme de habilidades e competências gerais, abrangentes e, não raro, abstratas.

Um novo mercado de trabalho está surgindo, relacionado à emergência da sociedade do conhecimento, que exige qualificação, audácia e disponibilidade para o aprendizado contínuo.

Diante deste mercado, acha-se a universidade diretamente envolvida com as transformações, de modo que deverá ser um espaço dinâmico e estimulante da expansão intelectual e da autonomia. Assim sendo, a educação apresenta-se, como o maior recurso de que dispõe essa nova sociedade para enfrentar a transformação mundial.

Na seqüência discorrer-se-á sobre a exclusão social no ensino superior, diante das políticas neoliberais.

1.3 – A política neoliberal e a exclusão

Termos como “aprender a aprender”, “apreender os processos e técnicas”, educação continuada, aprendizado vitalício, entre outros, levemente empregados para promover pessoas, têm sido utilizados nos governos pautados pelo neoliberalismo, numa linha de raciocínio massificadora, fazendo, em muitos casos, do ensino superior um processo de produção, tratando o aluno como um consumidor do ensino de qualidade. Ou seja, aqueles que podem comprar e pagar receberão uma educação transformadora, que ensine a ser criativo, a responder dialeticamente, a pensar estrategicamente e a agir localmente.

³² O termo capital humano, citado pela primeira vez em 1962, pelo economista Theodore Schultz, Prêmio Nobel de Economia em 1979. Na oportunidade afirmou que a melhoria do bem estar dos menos favorecidos não dependia da terra, das máquinas, ou da energia, mas, principalmente do conhecimento.

As escolas especializam-se na educação diferenciada, com o objetivo de formar o ser ético, crítico, empreendedor e conhecedor do papel de cidadão socialmente responsável. Embora seja questionável a qualidade do ensino proposto dessa maneira, a situação dos alunos imersos nessa linha de produção ainda mostra-se privilegiada em relação àqueles que não podem pagar para adentrar, ou sequer pagar para se prepararem para o acesso. Deste modo pergunta-se:

E aos excluídos?

A esses restam as possibilidades alternativas, ligadas ao subemprego, que simultaneamente limitam e liberam o indivíduo, por torná-lo dono do próprio destino. Na era do Empreendedorismo, sucesso ou fracasso passam a ser opções de vida, em vez de consequência.

O restante da PEA (entre 45 e 70%) se reproduzirá através de empregos precários ou ficará excluída da economia como desempregados e como exército de reserva, que pressiona a diminuição dos salários dos operários empregados, oferecendo melhores lucros para a concentração de capitais.³³

Embora muitas dessas teorias possam, realmente, ser aplicadas na prática, é notável que as diferenças de oportunidade alterem as chances de pessoas dotadas das mesmas características empreendedoras, sendo elas abastadas econômica e financeiramente ou, sendo elas integrantes das minorias sociais.

O que resulta, na prática, desta apologia ao individualismo, na qual cabe ao sujeito resolver o próprio destino, é que, diante da realidade, as minorias sociais percebem que seus caminhos, na maioria das vezes, já foram de alguma forma traçados por políticas públicas de exclusão.

Analisando a pirâmide social brasileira, observa-se que poucas pessoas, conseguirão galgar alguns postos, na hierarquia das instituições, concentrados, quase sempre, nas atividades operacionais.

³³ GAMBOA, Silvio Sánchez. In: Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais/ José Claudinei Lombardi (organizador). – Campinas, SP: Autores Associados: HISTDBR; Caçador, SC: UnC, 2001. – (Coleção educação contemporânea).

Tornar-se dono do próprio destino requer mais do que vontade, requer preparo. E preparo requer igualdade de oportunidades. Mais uma vez, o modelo serve aos interesses da classe dominante, pois, somente ela, tem condições de comprar tal preparo.

E quanto ao Estado?

Este segue o firme propósito de permanecer engajado na *Aldeia Global*, curvando-se diante de metas estabelecidas por organismos internacionais, comandados por gestores e direcionadores de nossa política pública, contribuindo para aumentar o já intransponível abismo social.

Por outro lado, as políticas neoliberais também promoveram, de alguma forma, algum tipo de inclusão, principalmente pela expansão generalizada de vagas, possibilitando acesso ao ensino superior. É o que se apresenta a seguir.

1.4 – As limitações da expansão neoliberal para a inclusão

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a expansão de vagas no ensino superior alcançou uma velocidade nunca vista antes no cenário educacional brasileiro de ensino superior.

Observando os dados do INEP sobre evolução das matrículas no ensino superior brasileiro, nota-se a estagnação durante o regime militar e o rápido crescimento a partir de 1996. Vale ressaltar que não foram encontrados dados significativos sobre a evolução de matrículas no período anterior a 1980, por isso apresentam-se abaixo os números entre 1980 e 2003, divulgados pelo governo federal.

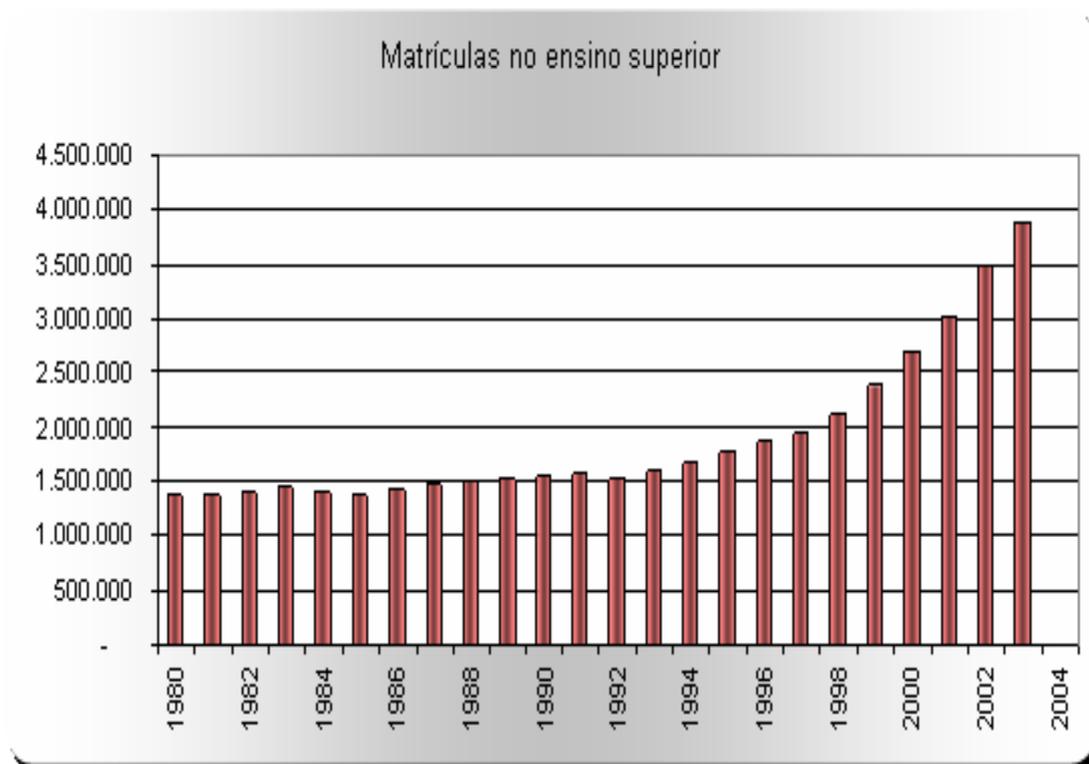


Gráfico 1 – Evolução do número de matrículas no ensino superior brasileiro entre 1980 e 2003.

Fonte: INEP – Adaptada pelo autor

Percebe-se com o apresentado anteriormente, a intrínseca relação entre a Globalização, neoliberalismo e a exclusão social na educação, na bibliografia consultada, muitas vezes justificada pela necessidade de adoção de políticas e metas impostas pela ordem global. Do mesmo modo, o alcance das referidas metas, traduzidas em aumento dos percentuais de crianças na escola e na redução dos índices de repetência escolar, não raro foi feito por questionáveis métodos de aceleração da aprendizagem, muitas vezes simples cumprimento de etapas, descompromissados com o real desenvolvimento dos alunos.

Entretanto, o Governo Fernando Henrique Cardoso, ainda que embasado nas citadas ideologias neoliberais, representou uma significativa mudança no cenário do ensino superior do país. No período que o antecedeu o crescimento de vagas nesse nível de ensino fora pequeno, havendo um rígido controle na criação de novas vagas e novas instituições.

Com Paulo Renato de Souza no Ministério da Educação, uma série de transformações foram implantadas, apoiadas na atual LDB. A abertura de vagas e de cursos superiores aconteceu numa velocidade jamais vista até então. Com isso, o número de vagas no ensino superior deixou de ser impedimento ao acesso de uma parcela significativa da população, que antes se via incapaz de vencer o estrangulamento que era provocado pelos processos de seleção.

Por outro lado, em pouco tempo, observou-se que o aumento das vagas aconteceu principalmente no setor privado de ensino superior e, por isso, pela incapacidade de pagamento das mensalidades por parte das minorias sociais, não resolvia totalmente a questão da inclusão social.

Tabela 1 – Evolução comparativa do número de vagas oferecidas e número de ingressantes, por tipo de Instituição de Ensino Superior em 1996 e 2003

Tipos de Instituição	1996		2003		Aumento %	
	Vagas	Ingressantes	Vagas	Ingressantes	Vagas	Ingressantes
Instituições Federais	84.197	87.086	281.163	267.031	234%	207%
Instituições não Federais	292.872	250.917	1.721.520	995.873	488%	297%
Toral	377.069	338.003	2.002.683	1.262.904	431%	274%

Fonte: INEP – Adaptado pelo autor

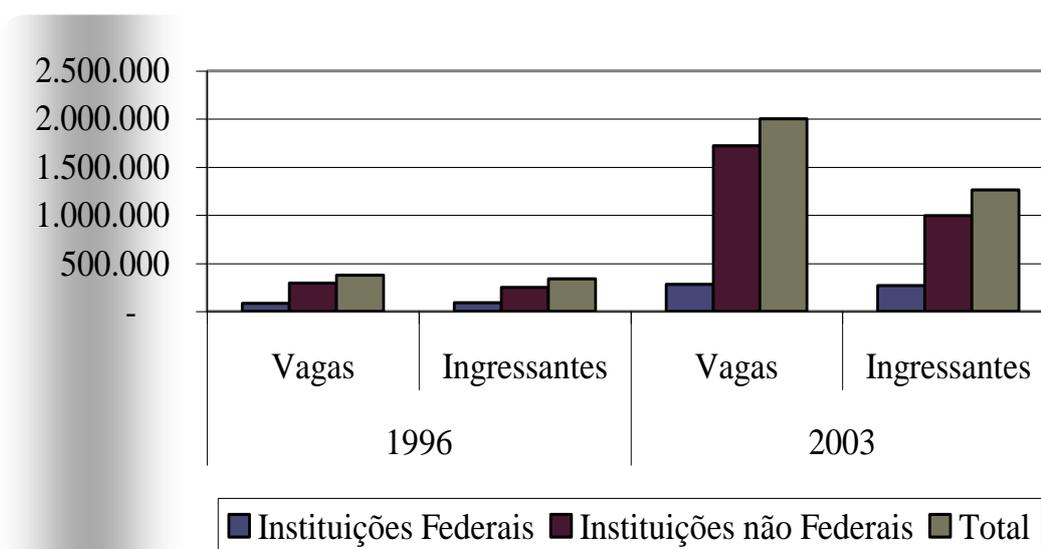


Gráfico 2 – Evolução comparativa do número de vagas oferecidas e número de ingressantes, por tipo de Instituição de Ensino Superior em 1996 e 2003

Fonte: INEP – Adaptado pelo autor

No entanto, a partir da análise dos números, nota-se ter havido uma significativa inclusão. Observa-se no Gráfico 2 que, entre 1996 e 2003, as vagas oferecidas saltaram de 377.079, para 2.200.663, ou seja, um aumento de aproximadamente 431%.

Não obstante, analisando a Tabela 1, no mesmo período, pode-se ver que o número de ingressantes saiu de 338.003, no ano de 1996, para 1.262.904 em 2004, ou seja, um acréscimo de 274%. Dessa forma, nota-se que pela simples expansão do número de vagas, perto de um milhão de pessoas a mais, acessaram o ensino superior.

O fato do aumento percentual de ingressantes ficar bem abaixo do percentual de expansão das vagas pode ser compreendido pela análise da maneira como ocorreram tais expansões.

Observando-se a Tabela 2, nota-se que o grande aumento no número de vagas ocorreu nas instituições não-federais. Nas federais, foram criadas 196.966 vagas, ao passo que, nas demais, 1.428.648 vagas. Enquanto que, aquelas criadas nas instituições federais foram praticamente aproveitadas na totalidade pelos ingressantes, nas não-federais foram aproveitadas apenas 52%, ou seja, 744.956.

Tabela 2 – Aumento do número de vagas e do número de ingressantes no ensino superior brasileiro, entre 1.996 e 2.003, o respectivo aproveitamento, por tipo de Instituição de Ensino Superior.

Tipo de Instituição	Aumento de vagas	Aumento de Ingressantes	% de aproveitamento do aumento de vagas
Instituições Federais	196.966	179.945	91%
Instituições não Federais	1.428.648	744.956	52%
Total	1.625.614	924.901	

Fonte: INEP

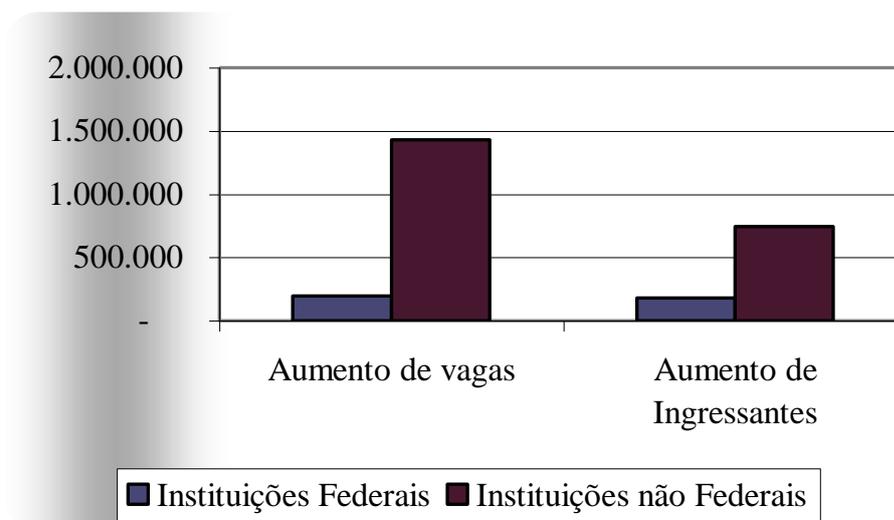


Gráfico 3 – Aumento do número de vagas e do número de ingressantes no ensino superior brasileiro, entre 1.996 e 2.003, o respectivo aproveitamento, por tipo de Instituição de Ensino Superior.

Fonte: INEP

A divergência notada no percentual de aproveitamento das vagas criadas nas duas modalidades de instituições permite a seguinte inferência: Tendo em vista que, a maioria das não-federais não tem ensino gratuito, observa-se que, mesmo tendo havido inclusão, uma parcela significativa da população não consegue acessar o ensino superior por questões de ordem financeira. Diante desse cenário, a questão do financiamento do ensino, possibilitando o acesso das camadas carentes da população, passou a ser o novo desafio, tanto para as públicas, que precisam aumentar as vagas para oferecer acesso às minorias que não podem pagar, quanto para as particulares.

A eficácia do sistema, medida pelo número de concluintes ano, também estaria sendo afetada, provavelmente, pelo desaquecimento da economia. Nesse caso, o impacto maior estaria incidindo sobre o setor privado. Pelo menos duas razões poderiam explicar a menor eficácia da rede privada e, provavelmente, ambas seriam decorrentes da perda do poder aquisitivo dos alunos: (i) o prolongamento da duração do curso; e (ii) a evasão temporária ou definitiva. Esses dados sugerem que o modelo de expansão do ensino superior, centrado na iniciativa privada, encontra seus

limites estruturais no poder aquisitivo de sua clientela potencial.
(os grifos são nossos).³⁴

Observando a partir da visão neoliberal, entende-se que o ensino superior vive, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, uma crise de quantidade, universalização e de extensão.

Neste ponto de vista, a crise nas instituições de ensino é resultado da falta de planejamento na expansão que o sistema vem sofrendo nos últimos anos, desvinculada dos anseios do mercado. Ou seja, uma crise de qualidade decorrente da improdutividade e falta de objetividade que caracteriza as práticas pedagógicas e a gestão administrativa da grande maioria dos estabelecimentos escolares.

Desse modo, a crise origina-se, de forma clara e direta, a partir daqueles que nela trabalham. Para os neoliberais, soluciona-se a questão a partir da introdução de mecanismos de rígido controle que regule a eficiência, a produtividade, a eficácia, em suma: a qualidade. Entretanto, gestão, mais ainda na educação, não deve ser reduzida às tarefas de controle.

De acordo com Gentili (1996), referindo-se à retórica construída pelas tecnocracias neoliberais:

... [] atualmente, inclusive nos países mais pobres, não faltam escolas, faltam escolas melhores; não faltam professores, faltam professores mais qualificados; não faltam recursos para financiar as políticas educacionais, ao contrário, falta uma melhor distribuição dos recursos existentes. Sendo assim, transformar a escola supõe um enorme desafio gerencial: promover uma mudança substantiva nas práticas pedagógicas, tornando-as mais eficientes; reestruturar o sistema para flexibilizar a oferta educacional; promover uma mudança cultural, não menos profunda, nas estratégias de gestão (agora guiadas pelos novos conceitos de qualidade total); reformular o perfil dos professores, requalificando-os, implementar uma ampla reforma curricular, etc.³⁵

³⁴ CORBUCCI, Paulo Roberto. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação.** Texto para discussão do IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0869.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2005.

³⁵ GENTILI, P. **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário.** In: SILVA, T. T. e GENTILI, P. (org.). Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996, p.46.

Melhor explicando a crença neoliberal na hegemonia do ambiente, diz-se que as políticas sociais são ineficazes somente porque não funcionam como o mercado. E ainda, tais ações são erroneamente analisadas, porque os indivíduos desconhecem a necessidade da saudável competição individual, mecanismo único capaz de promover a ascensão pessoal e profissional de qualquer cidadão.

Dessa forma, o que o projeto hegemônico mais busca, sob o comando do mercado, é transferir a educação da esfera pública, de caráter social, para uma condição de propriedade e reenquadrar os indivíduos em: proprietários e consumidores da mercadoria educação. Trata-se da mercantilização da educação, servindo aos interesses das elites, travestida por política e expansão para inclusão social.

Assim, a escola criticada em termos de qualidade, não raro, não consegue melhorar esta qualidade e ainda se torna excludente.

Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade. Nunca a sentença gramsciana teve tanta vigência. Nosso pessimismo da inteligência deve permitir-nos considerar criticamente a magnitude da ofensiva neoliberal contra a educação das maiorias. Nosso otimismo da vontade deve manter-nos ativos na luta contra um sistema de exclusão social que quebra as bases de sustentação democrática do direito à educação como pré-requisito para a conquista da cidadania, uma cidadania plena que só pode ser concretizada numa sociedade radicalmente igualitária.³⁶

Neste cenário, surgem então, especialmente durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, os processos de controle para não fugir do planejado: Comissão de Especialistas, Exame Nacional de Cursos – ENC ou Provão, fim da reprovação, Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES e, Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENAD. Exigências que, em nome da qualidade, atenderão aos preceitos dos organismos internacionais que desejam esse cenário para estender uma

³⁶ GENTILI, P. **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário**. In: SILVA, T. T. e GENTILI, P. (org.). Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996, p.46.

paternal proteção em forma de investimentos e maquiagem a realidade de forma a criar uma sociedade consumidora em potencial.

É indiscutível que tais ações trouxeram algum benefício ao sistema, visto que por haver uma cobrança dos órgãos governamentais, a maioria das escolas passou a despende maior tempo na tentativa de melhoria da qualidade do ensino.

Essa análise mereceria um estudo mais aprofundado, na qual poder-se-ia discutir o impacto do neoliberalismo, na educação. A partir da ótica de Gramsci, citada por Gentili (1996)³⁷, a educação, tida como processo de desenvolvimento social, ligado à melhora da qualidade do ensino, seria oposta à lógica neoliberal, pois para cumprir a função de desenvolvimento social, não poderia apresentar qualquer caráter excludente.

No item seguinte, abordar-se-á a necessidade de promover inclusão nas instituições particulares, como consequência da expansão neoliberal.

1.5 – Quando os excluídos se tornam oportunidade de negócio

Paradoxalmente, a expansão do ensino superior, marcada pela privatização, vista como a expansão do setor educacional privado em detrimento do setor público, para conseguir a própria sobrevivência, passa a assumir uma postura inesperada aos elitistas, pois estas instituições educacionais começam a enxergar que, apenas possibilitando a inclusão das camadas menos favorecidas, poderão encontrar equilíbrio econômico e financeiro que justifique suas existências.

A tradicional forma excludente, permitindo acesso apenas às camadas mais abastadas da população, surge como principal desestabilizador do sistema que ela própria criou. Essa camada da população tornou-se pequena diante da expansão do setor privado permitido pelos governantes neoliberais. Importa salientar que, mesmo o atual Governo Federal, na gestão do Ministro

³⁷ GENTILI, P. **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário**. In: SILVA, T. T. e GENTILI, P. (org.). Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

Tarso Genro, embora tenha paralisado temporariamente o protocolo de pedidos de novos cursos e novas instituições, seguiu com ações que o caracterizam tão neoliberal quanto no Governo antecessor, considerando o número de cursos e instituições novas aprovadas neste mandato. Não se trata de crítica à expansão, que deve ocorrer face ao elevado número de brasileiros que não têm ainda acesso ao ensino superior, mas demonstração de continuidade das ideologias anteriores, embora as propostas sejam diferentes.

Outra conseqüência marcante da subserviência dos governos neoliberais às imposições dos organismos internacionais é a exclusão branda, conforme cita Freitas (2002)³⁸, advinda do cumprimento de metas na redução da repetência escolar. O autor explica que, para cumprir metas de redução de repetência, com vistas a manter o rígido controle sobre os custos da educação, criam-se mecanismos de progressão continuada que, não raro, apenas adiam o processo de exclusão. Isto porque o aluno progride nas séries, sem que esteja apto a vencer os desafios seguintes e sem que haja mecanismos na estrutura educacional para sanar suas deficiências. Deste modo, melhoram-se as estatísticas, mas ao aluno, fica reservado um destino certo, composto por frustrações e dificuldade de real inserção social.

Com isso, as políticas públicas de educação superior no governo Fernando Henrique, caracterizaram-se em expansão das vagas, seguida por uma preocupação pela manutenção e aprimoramento da qualidade. Esses seriam garantidos pelo controle do Estado, por meio de programas como o Exame Nacional de Cursos – PROVÃO, pela implementação de processos de renovação de reconhecimento de cursos e instituições, e pelo estabelecimento de compromissos institucionais estabelecidos por cada instituição de ensino superior em seus Planos de Desenvolvimento Institucional. Tais políticas seguiram seu desenvolvimento no governo seguinte, pela implantação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES.

³⁸ FREITAS, Luiz Carlos. **A Internalização da Exclusão**. In. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade – Vol. 23 – Número Especial – Campinas, SP, Cedes – 2002.

1.6 – O momento atual e os programas de acessibilidade

Em 2003, com a ascensão ao poder de um representante das classes trabalhadoras, Luiz Inácio Lula da Silva, inicia-se uma nova fase da história política brasileira. Lula, embora tenha adotado um discurso de que as políticas sociais seriam prioridades governamentais, tem conduzido-as ainda, sob forte imposição e controle da equipe econômica.

Assim sendo, o conflito das bases que estabelecem os papéis do Estado Nacional continuam. De um lado, radicais do Partido dos Trabalhadores, agora situacionistas, clamando por um Estado mais forte e atuante nas questões sociais e, de outro, expoentes antes ostentadores de idéias de esquerda, uma vez revestidos do poder, transformados em defensores das idéias neoliberais e quase rendidos às ideologias de um Estado curvado à força do mercado.

Nesse contexto, o princípio de escola única nacional, defendido por Gramsci, continua como utopia porque, atualmente, o Estado é mínimo quando financia a escola pública, e máximo, quando centraliza a definição do conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais. Também, quando cede à lógica em todas as esferas do mercado, retira autonomia pedagógica das instituições e das respectivas comunidades acadêmicas.

1.6.1 O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES

Dentre os esforços recentes de políticas públicas de inclusão no ensino superior, com vistas a vencer o desafio do financiamento, destaca-se o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES. Instituído em Maio de 1999 pela Medida Provisória 1.827 e pelas Portarias 860 e 861, tem como objeto conceder financiamento a estudantes regularmente matriculados no ensino superior não gratuito, além de estar em cursos avaliados positivamente pelo Ministério da Educação. A legislação entende como

cursos com avaliação positiva, àqueles que não tenham obtido conceitos D ou E em três avaliações consecutivas no extinto Exame Nacional de Cursos, assim como não tenham tido conceito CI – Conceito Insuficiente – nas avaliações das condições de oferta do ensino.

O FIES foi criado para substituir o antigo Crédito Educativo – CREDUC, que havia se tornado inviável pelos altos índices de inadimplência. Dessa forma, a nova proposta trouxe como principais novidades, a necessidade de fiador, renda mínima e compartilhamento do risco entre instituição financiadora e instituição de ensino. Tais mecanismos de precauções, embora necessários para a manutenção do programa, dificultaram o alcance ao crédito, especialmente entre as camadas mais carentes, que, muitas vezes, não conseguiam comprovar renda e demais garantias.

As regras de funcionamento, acima expostas, fizeram com que os inscritos, em inúmeras situações, estivessem diante de um paradoxo: de um lado, o critério de seleção privilegia os alunos mais carentes, levando em conta a menor renda *per capita* familiar; a existência de outro membro do grupo familiar cursando ensino superior não gratuito; a existência de membro da família com doença crônica; além de melhor pontuar aqueles candidatos, cuja residência era alugada. De outro, a necessidade de renda mínima e de apresentar fiador, proprietário de imóveis.

Apesar das dificuldades de alcance do financiamento, o objetivo do Ministério da Educação era de que o financiamento fosse destinado principalmente às camadas carentes da população, pois de acordo com Corbucci³⁹, 84,1% dos alunos contemplados no primeiro Processo Seletivo para o FIES provinham de famílias com renda *per capita* entre um e cinco salários mínimos.

Outra limitação do programa é o fato do estudante poder financiar até 70% da mensalidade, ou seja, há a necessidade de poder custear os demais 30%. Assim sendo, o acesso aos cursos mais caros tornava-se inviável para a

³⁹ CORBUCCI, Paulo Roberto. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação**. Texto para discussão do IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0869.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2005.

população de baixa renda, gerando, por isso, exclusão. Como exemplo, pode-se citar um curso de Medicina, com mensalidade aproximada de dois mil reais. O estudante ou sua família deveria ter renda para pagar os trinta por cento que, neste caso, seria de seiscentos reais, além de poder pagar trimestralmente os juros referentes ao financiamento.

Há que se destacar também a limitação gerada pela própria concepção do programa, sendo ele um financiamento que, além de ser reembolsado pelo aluno após a formatura, exige a presença de avalistas nos contratos. Pelas características culturais brasileiras, de horizonte econômico de curto prazo, não só pode desestimular os possíveis fiadores, mas também os candidatos, diante da necessidade de restituição do financiamento, logo após a conclusão do curso.

Visando alcançar um número maior de alunos, as verbas do FIES são distribuídas às unidades da Federação, de forma diretamente proporcional à demanda existente e inversamente proporcional ao valor da mensalidade. Se, por um lado, um número maior de candidatos pode ser contemplado, o último critério, que se refere à preferência pelos cursos de menor mensalidade, pode mais uma vez dificultar a escolha da graduação segundo a vocação, a necessidade do mercado e o interesse do candidato.

1.6.2 O Programa Universidade Para Todos – PROUNI

Em 2004, o Governo Federal lançou uma proposta mais abrangente de inclusão no ensino superior. Batizado de Programa Universidade para Todos – PROUNI, foi criado pela Medida Provisória n.º 213, de 10 de setembro de 2004, e pelo posterior Decreto Presidencial n.º 5.245, de 15/10/2004, que, além de instituir o programa, tornaram possível sua definitiva implantação.

O programa pretende, conforme procedimentos estabelecidos por meio da portaria n.º 3.268 de 18/10/2004, a distribuição, pelas universidades públicas e privadas, de bolsas de ensino integrais e parciais. Na ocasião da publicação da Portaria, a previsão para o ano de 2005 era a distribuição de 70.000 bolsas de estudo.

Como critério para se beneficiar do PROUNI destacam-se a obrigatoriedade dos alunos serem egressos do ensino médio de escolas públicas, ou da iniciativa privada, desde que tenham estudado com bolsa integral, além de exigir um percentual mínimo de desempenho para permanecer no programa. Nesse sentido, vale ressaltar que, diante dos possíveis insucessos da progressão continuada, adotada nos últimos anos como política para o ensino fundamental e médio, pode se tornar o programa em mais uma frustração, ao promover a citada exclusão branda.

O programa também prevê possibilitar a formação superior a professores da rede pública, não formados neste nível de ensino.

Observa-se, assim, que o PROUNI não se preocupa apenas com a distribuição de bolsas para pessoas de baixa renda, mas na formação e melhoria da capacitação de professores, promovendo assim, um alcance ainda maior na sua proposta de inclusão.

A melhoria da qualidade de ensino objetiva também a melhoria do aprendizado dos alunos do ensino básico e, posteriormente, fundamental. Com mais e melhor aprendizado na infância, a possibilidade da inclusão desses alunos no ensino superior pode ficar sensivelmente maior, aumentando a possibilidade da inclusão social. Outra abrangência do Programa se refere a portadores de necessidades especiais. Tais objetivos constam da legislação correlata ao PROUNI.

A medida provisória que instituiu o programa PROUNI de 10/09/2004, o decreto lei nº. 5.245 de 15 de outubro de 2004, que regulamenta a medida e sua respectiva portaria de 18 de outubro de 2004, são recentes, sendo cedo para avaliar a real eficácia da proposta.

Por outro lado, vale ressaltar que o PROUNI não ficou livre de críticas porque, sendo as bolsas concedidas também pela iniciativa privada, custeadas por isenção tributária no valor da concessão, não faltou quem dissesse ser uma forma de resolver problemas das instituições particulares de ensino superior.

São muitas as debilidades do PROUNI. A mais grave, sobretudo num governo que alegava defender a escola pública, é que representa a desreponsabilização do governo federal com a expansão do ensino superior público e o incentivo à iniciativa

privada, que contou e conta ainda com muitos estímulos por parte do Poder dito Público(*sic*).⁴⁰

Tal crítica não mostra qualquer surpresa, visto ser claro que, na situação atual do ensino superior brasileiro, em que as instituições públicas têm praticamente a totalidade de suas vagas ocupadas e o setor particular mal consegue preencher a metade das vagas oferecidas, somado aos problemas orçamentários para promover a expansão do ensino público, no curto prazo, medidas quantitativas de inclusão passam, necessariamente, pelo setor privado de ensino.

Desse modo, após a análise das atuais políticas públicas de inclusão social, bem como do cenário em que a educação está inserida, passa-se, no capítulo seguinte, a discorrer sobre algumas políticas de inclusão social no ensino particular brasileiro.

⁴⁰ DAVIES, N. **O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria?** *In:* Caderno 3 – Reforma Universitária, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional. Disponível em: <www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=2983>. Acesso em: 20 jan. 2005.

Capítulo 2

INICIATIVAS PRIVADAS DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR NO TRIÂNGULO MINEIRO

Neste capítulo discorrer-se-á sobre iniciativas inovadoras de inclusão desenvolvidas por instituições particulares de ensino superior na região do Triângulo Mineiro. Entretanto, para melhor compreensão, far-se-á, primeiramente, uma discussão sobre por que surgem iniciativas privadas de inclusão social no ensino superior.

Na seqüência, serão abordados dois casos de sucesso de iniciativas ocorridas na região delimitada para esta pesquisa. A primeira é um modelo de gestão de uma faculdade isolada que possibilitou, a partir da gestão eficiente de recursos e da eficaz comunicação com o mercado, a inserção de jovens de baixa renda, não só no ensino superior, mas também no mercado de trabalho. A segunda, se refere a programa de acessibilidade ao ensino superior, desenvolvido por um universidade particular, que mudou radicalmente o perfil dos alunos que freqüentam esta instituição.

2.1 – Compreendendo por que o ensino particular promover ações de inclusão social

Iniciando a compreensão do cenário educacional em que estão inseridas as IES particulares, é pertinente lembrar que no Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, com as características neoliberais que o embasaram, percebeu-se um significativo avanço de um fenômeno já iniciado anteriormente, qual seja, a publicização. Trata-se de um processo de transferir à esfera não governamental, tarefas não exclusivas do setor estatal, conferindo o caráter público à entidade de direito privado.

O Estado passa de executor ou prestador direto de serviços para regulador, provedor ou promotor destes, principalmente dos

serviços sociais, como educação e saúde, mas não apenas destes, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano. Como provedor desses serviços, o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade.⁴¹

O cerne da discussão reside no fato de, muitas vezes, não se verificar a permanência do caráter público de tais serviços, restando claro um processo de exclusão.

Assim sendo, ganham espaço na prestação dos serviços públicos, as instituições não governamentais, as fundações, as associações, as sociedades sem fins lucrativos e outras do gênero. Vale ressaltar que, a publicização sempre esteve presente, tendo em vista, por exemplo, as instituições confessionais e as sociedades sem fins lucrativos, que atuam no setor desde seus primórdios.

No entanto, percebe-se que o realce dado ao fato, desde o Governo FHC, deve-se à aceleração permitida neste período ao crescimento da parcela não governamental das IES. De tais números, já detalhados no capítulo anterior, destacam-se o crescimento de 234% nas vagas das instituições federais diante do vertiginoso crescimento 488% das vagas nas não federais no período entre 1996 e 2003.⁴²

Diante dos números apresentados, bem como pela criação da figura educacional “instituição com fins lucrativos”, na vigência da atual LDB, analisados paralelamente à incapacidade das instituições públicas abrigarem a demanda existente pelo ensino superior, nota-se não ter havido tão somente um processo de publicização da educação, mas, principalmente, a mercantilização do ensino. Tal pensamento é respaldado pelos organizadores da revista Educação & Sociedade – N. 84 – Direito de Cidadania a Mercadoria, que escrevem:

Não surpreende, pois, que a mercantilização dos serviços (antes, direitos) educacionais esteja há quase uma década na ordem do dia

⁴¹ PAULA FILHO, Osvaldo Guimarães. **A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A PUBLICIZAÇÃO E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**. Disponível em: <http://www.ibrap.org.br/info_14.htm>. Acesso em: 17 jul. 2005.

⁴² Ver Tabela 1, página 35.

de AGCS/OMC – desde as propostas americanas, australianas e neozelandesas para sua regulamentação – nem que a imprensa nacional noticie que “Fundos de investimento externos pretendem adquirir instituições [universidades] para depois vender participação”, de modo similar ao que estaria ocorrendo com empresas de serviços de saúde, como redes de farmácias e laboratórios, ou comerciais, como as de comunicação e de energia, ou industriais, como as de alimentos e de *agribusines*.⁴³

Por outro lado, as instituições privadas têm como um de seus objetivos a auto-sustentabilidade do capital. Desse modo, diante da incapacidade do setor público em atender à demanda pelo ensino superior, paralelamente à citada busca pela auto-sustentabilidade, o setor privado de ensino superior encontrou na gestão Paulo Renato no Ministério da Educação, um terreno propício para o crescimento de sua participação entre os matriculados no país.

Tabela 3 – Número de jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados no Ensino Superior

Jovens com idade entre 18 e 24 anos	Ano 2000
Matriculados no Ensino Superior	3.887.771
Não matriculados no Ensino Superior	20.829.694
Total	24.717.465

Fonte: IBGE

Com base nos dados do IBGE no censo 2000, há 20.829.694 brasileiros em idade de freqüentar o ensino superior, sendo que, mesmo considerando haver um percentual significativo desses jovens que sequer completaram o ensino médio, também há os que não podem cursar este nível de ensino por razões financeiras.

Ressalta-se também que dos 3.887.771 matriculados no ensino superior, apenas 1.137.119 estão nas instituições governamentais, ou seja, só 29,25% deles.

Independentemente de qualquer ideologia sobre as correntes neoliberais, observa-se que o ensino superior privado assume também a tarefa

⁴³ EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, Campinas, UNICAMP, v. 24, n. 84, set 2003, p. 727

de promover a inclusão. Convergindo com esta necessidade, estão os citados objetivos de auto-sustentabilidade das instituições privadas. Objetivando compreender as origens da promoção de inclusão social no ensino privado, é pertinente abordar o *Marketing* Educacional.

Assim sendo, nesta etapa do trabalho, serão utilizadas terminologias adotadas por autores do assunto que, no meio educacional, não são admitidas com tanta naturalidade, sendo até entendidas como sinais de mercantilização do ensino. No entanto, como este assunto já fora abordado no capítulo sobre políticas públicas e por não caber neste momento discutir as razões da mercantilização, mas tão somente compreender as ações de inclusão do ensino superior particular, o tema será tratado sem maiores reservas.

Segundo Kotler (1994)⁴⁴, as instituições de ensino passaram a dar maior atenção ao *Marketing* face à dificuldade de captar alunos, no caso das particulares, ou devido à necessidade de obtenção de fundos para o custeio, no caso das públicas.

O autor afirma que a maioria das pessoas entende *marketing* apenas como ações de venda e propaganda. No entanto, explica que o conceito é muito mais abrangente, tendo a ver com a avaliação das necessidades, pesquisa de mercado, desenvolvimento de produto, preço e distribuição. Ou seja, o *marketing* culmina com a comunicação com o ambiente, mas, para chegar neste ponto, todo um conjunto de estratégias deve ter sido planejada e implementada.

Marketing é análise, planejamento, implementação e controle de programas cuidadosamente formulados para causar trocas voluntárias de valores com mercados-alvo e alcançar os objetivos institucionais. *Marketing* envolve programar as ofertas da instituição para atender às necessidades e aos desejos de mercados-alvo, usando preço, comunicação e distribuição eficazes para informar, motivar e atender a esses mercados.⁴⁵

Como “ofertas da instituição”, no caso de uma instituição de ensino, entendem-se os cursos e serviços por ela oferecidos. A própria legislação

⁴⁴ KOTLER, P. *Marketing estratégico para instituições educacionais*. São Paulo : Atlas, 1994, p. 24.

⁴⁵ KOTLER, *Ibidem*, p. 50.

atual e as diretrizes curriculares prevêm a importância de atendimento das necessidades regionais, que os autores denominam mercado.

Nesse sentido, a utilização do *marketing* na gestão das IES vem ao encontro dos objetivos previstos nos projetos políticos-pedagógicos e nos planos de desenvolvimento institucional, quais sejam, o de planejar o fazer administrativo e pedagógico da instituição, respeitando as necessidades da sociedade em que está inserida. Não se trata apenas de divulgar e vender produtos, mas uma ação significativamente mais responsável e pertinente. A oferta de programas totalmente desvinculados das necessidades da sociedade, podem, em determinados casos gerar frustrações, com a colocação no mercado de profissionais capacitados a desenvolver uma profissão que uma sociedade ou uma época não necessita mais.

Dando seqüência ao assunto *marketing* educacional, o mesmo autor destaca a importância de conhecimento dos possíveis mercados de atuação. Nesta linha, a instituição de ensino deve conhecer o tamanho do mercado, a demanda existente e selecionar dentre os diferentes públicos que o compõem, qual irá ou quais irão compor o chamado mercado-alvo, ou seja, aquele para quem os serviços deverão ser destinados. Conhecer tal público contribui significativamente para a consecução dos objetivos acadêmicos e pedagógicos. Nesse sentido, se uma instituição identifica que a maioria de seu público-alvo é formada por alunos que trabalham durante o dia para custear seus estudos no período da noite, deverá prever no respectivo projeto pedagógico que, atividades normalmente previstas para acontecerem no período diurno devem ser planejadas para atender a realidade deste público.

O conhecimento do potencial do mercado, somado à necessidade de auto-sustentabilidade do segmento particular de ensino superior, tem sido o principal fator responsável pelo advento de políticas de inclusão nas IES particulares. Isto se deve ao fato de que, a expansão das vagas ultrapassou o número de estudantes que podem pagar seus estudos.

Para preenchimento das referidas vagas e garantia da sustentabilidade institucional, percebeu-se claramente que as classes de baixa renda passam a ser a principal fatia deste mercado, ou seja, o público-alvo. O desafio passa a

ser então, descobrir como financiar o acesso e a permanência destes estudantes de baixa renda no ensino superior.

Este assunto tem sido alvo de discussões nos principais encontros do ensino superior particular, destacando-se o Fórum promovido pelo Sindicato das IES Particular do Estado de São Paulo – SEMESP, realizado em São Paulo, em 2002, quando o então presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras, Cláudio de Moura Castro, abordou a questão do financiamento do ensino superior. Segundo o educador, houve um aumento da oferta vagas no ensino superior privado que tornou crucial a questão do financiamento para o aluno. Castro levantou algumas possibilidades como a liberação do uso do FGTS e empréstimos de bancos de desenvolvimento para financiar.⁴⁶

Assim, uma vez que as classes de menor poder aquisitivo passaram a ser vistas como garantia de sustentabilidade para instituições, começaram a surgir compostos de marketing que acabam por promover inclusão social.

Kotler (1994)⁴⁷ define compostos de *marketing* ou componentes de *marketing* como sendo o conjunto de ações e estratégias que compõem o *marketing* da instituição, sendo em linhas gerais: planejamento de programas educacionais; formulação de preço dos programas educacionais; disponibilidade, características e adequações das instalações físicas; estratégias de comunicação com o público-alvo; e propaganda de programas educacionais.

Portanto, definido o público-alvo como as classes de baixa renda, surgem os mecanismos de desconto para egressos de escolas públicas, os programas de bolsas, as movimentações políticas para que os governos invistam na iniciativa privada com a justificativa de promoção de inclusão social.

Os programas de bolsas, normalmente, são viabilizados pelo fato de um expressivo número de IES ser de caráter filantrópico. Para manter este *status*,

⁴⁶ UNIVERSIA BRASIL. O futuro da educação superior particular no Brasil. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=978>>. Acesso em: 18 jul. 2005.

⁴⁷ KOTLER, P. *Marketing estratégico para instituições educacionais*. São Paulo : Atlas, 1994, p. 255-359.

a legislação atual exige que a isenção de tributos concedida a esta natureza de instituição, seja correspondida pela garantia de que a IES invista até 20% de sua receita em gratuidade. Dessa forma, vê-se uma política pública, estabelecida pela legislação, estimulando uma política privada de inclusão social.

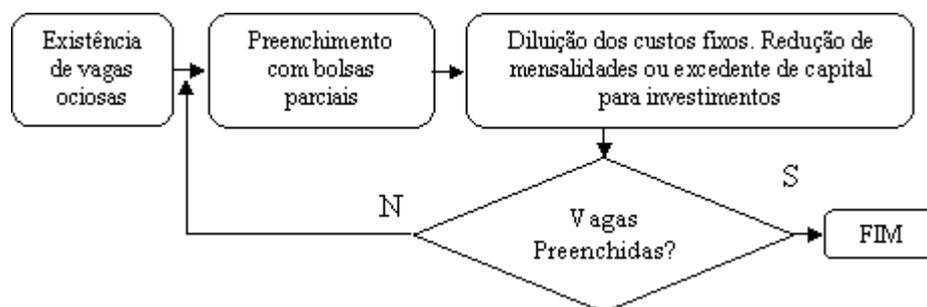
Por conseguinte, caso a instituição privada não se beneficie diretamente pela isenção, uma vez que deve repassá-la integralmente em gratuidade, poder-se-ia optar pela perda da condição de filantrópica.

Já os programas de concessão de descontos para egressos da escola pública, ou para determinada classe de pessoas, têm ligação com a otimização dos recursos existentes, ou seja, principalmente no aproveitamento de vagas ociosas e na utilização de docentes contratados em regime de tempo integral.

Vale observar que procedendo à análise na legislação educacional que estabelece os mecanismos de formação de preços das mensalidades no ensino particular, percebe-se que as referidas mensalidades são formadas a partir da soma das despesas e investimentos para a manutenção das atividades e promoção da qualidade do ensino, dividida pelo número previsto de alunos matriculados.

Com isso, a inserção de novos alunos, preenchendo vagas existentes, mesmo pagando valor menor que a mensalidade integral prevista, promove a redução do percentual dos custos institucionais em relação à receita, permitindo a manutenção de valores mais baixos para as mensalidades, o que por sua vez promove novamente a possibilidade de inclusão.

Figura 1 – Ciclo virtuoso da inclusão de minorias sociais



Fonte: Elaborada pelo autor

Trata-se de um momento singular no ensino superior em que criar produtos voltados para os que podem pagar pouco, passa a ser o foco principal da gestão. Singular porque, pela própria necessidade de sustentabilidade do capital, promovem-se políticas de inclusão social.

É possível também que parte das políticas de inclusão implementadas possam ter sido criadas por razões puramente ideológicas, mas a pretensão é destacar que promover a inclusão passa a ser uma atitude inteligente de gestão, além de totalmente integrada com as necessidades sociais.

Para melhor exemplificar os efeitos positivos da implementação das políticas de inclusão no ensino superior, discorrer-se-á sobre duas iniciativas de sucesso na região delimitada por este trabalho, cujos dados foram obtidos por entrevistas, observação participante e análise de documentos.

2.2 – O modelo de gestão implantado na Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro e os respectivos efeitos de inclusão social

A FCETM – Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro, mantida pela ACIU – Associação Comercial e Industrial de Uberaba, caracteriza-se por uma grande interação com o setor empresarial. Quando de sua criação, no ano de 1965, a pretensão dos mantenedores era a de formar mão-de-obra qualificada para o comércio e para a indústria local. Nesta linha de raciocínio, a instituição sempre teve política de preços orientada para a população de baixa renda.

Ao longo de sua existência, a faculdade foi se consolidando pela qualidade de serviços prestados e, pela evolução natural, o foco deixou de ser a formação de mão-de-obra qualificada, passando a ser a de formação de gestores, porém sem perder totalmente a característica de preços baixos em seus cursos.

Com isso, por esta faculdade de 40 anos de existência, oferecendo atualmente cinco cursos superiores, passou uma parcela significativa da juventude da cidade, visto que graduaram-se, neste período, milhares de alunos.

Culturalmente, embora a legislação educacional garanta o direito às instituições de não rematricularem alunos inadimplentes, a FCETM manteve, ao longo dos anos, um sistema de financiamento próprio para alunos que, durante o curso perderam a condição de custear seus estudos, de forma que é comum ver dentre os egressos, alunos que cursaram a faculdade em quatro anos, mas que pagaram em cinco ou seis anos. Esta postura, além de garantir a otimização das vagas existentes, chegando a ter 100% das mesmas preenchidas no ano de 2001, tem contribuído para a permanência de um expressivo número de jovens no ensino superior.

Esta política foi fortalecida a partir de uma pesquisa desenvolvida por um ex-diretor da instituição que verificou, ao entrevistar alunos que abandonaram os estudos, ser a falta condição financeira, a principal causa do abandono. A partir desta informação foram estabelecidas estratégias para concessão dos benefícios, sem comprometimento do fluxo de caixa. Pelo contrário, uma vez estabilizada a carteira de pagamentos dos inadimplentes, a política adotada, além de garantir a permanência destes jovens na escola, tornou-se um significativo reforço do caixa, possibilitando a manutenção de preços baixos na mensalidade, significativos investimentos na infra-estrutura das salas de aula e biblioteca, além de custear programas de mestrado e doutorado para os docentes.

A recuperação de inadimplentes possibilitou redução de abandonos, e, por isso, houve um excedente de receita que permitiu a instalação de computadores e aparelhos de TV em todas as salas de aula e investimentos anuais na biblioteca superiores à soma dos investimentos existentes nos dez anos anteriores à adoção dessas políticas.

A importância deste tipo de política também pode ser percebida pela sua interrupção nos últimos três anos, a partir de uma mudança na diretoria da mantenedora. A nova direção instalou políticas que desestimularam a realização de acordos com inadimplentes, gerando imediatamente a perda de centenas de alunos e o conseqüente surgimento de vagas ociosas.

Outra política adotada pela instituição que, se não inclui, ao menos garante a permanência dos alunos no curso superior, é uma grande aproximação com o meio empresarial, possibilitada, principalmente, por ser a

mantenedora uma entidade representativa da classe empresarial. Este relacionamento tem facilitado a inserção de centenas de jovens no mercado de trabalho, sejam como contratados ou na condição de estagiários e, com isso, passam a custear os estudos.

2.3 – As iniciativas de inclusão da Universidade de Uberaba e o Programa para Alunos do Ensino Médio em Escolas Públicas – PROEM.

Inicialmente, antes de apresentar as iniciativas existentes de inclusão, especialmente o Programa para Egressos do Ensino Médio em Escolas Públicas - PROEM, faz-se pertinente descrever um pouco da história da Universidade de Uberaba, por haver em sua trajetória, uma série de ações que auxiliam a compreender o porquê da decisão de seus gestores de criarem este programa.

A Universidade tem como mantenedora a Sociedade Educacional Uberabense, cujas raízes estão na antiga Sociedade de Educação do Triângulo Mineiro, sociedade civil, sem fins lucrativos, criada por Mário Palmério, em 16 de dezembro de 1950. Mário Palmério buscava com a constituição desta Sociedade, abrigar sob um mesmo eixo econômico-administrativo, a Faculdade de Odontologia e o Colégio do Triângulo Mineiro, visando, além do ensino, a prática da filantropia.

Posteriormente, o Colégio fora desativado e outros cursos superiores foram criados na modalidade de faculdades isoladas. Na década de 80, a referida mantenedora incorporou a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino – FISTA, passo fundamental para transformar as faculdades isoladas em faculdades integradas.

Prosseguindo a marcha de crescimento e desenvolvimento, Mário Palmério conseguiu a transformação das Faculdades Integradas de Uberaba – FIUBE, em Universidade de Uberaba - UNIUBE, obtendo ainda, em 1988, o reconhecimento da IES.

A evolução para Universidade contemplou o desejo do seu fundador de desenvolver a qualidade de ensino superior em Uberaba, expandir o número

dos favorecidos pela educação de terceiro grau e exercer as atividades filantrópicas propostas desde as diretrizes que orientaram a sua criação.

A Mantenedora e a Universidade são percebidas como um só organismo, uma só instituição, em que a Mantenedora exerce a atribuição diferenciada e estrutural de oferecer os caminhos administrativos legais e financeiros para a realização dos fins e da missão formativa da Universidade de Uberaba.

As ações de natureza filantrópica da Sociedade Educacional Uberabense foram realizadas ao longo do tempo, por meio da concessão de bolsas de estudos a alunos selecionados por uma comissão formada por professores, alunos da Universidade, representante do Ministério Público Federal e da Secretaria de Ação Social da Prefeitura Municipal de Uberaba.

A filantropia é exercida, também, por meio de atendimentos gratuitos nas áreas de saúde e assistência jurídica à população de baixa renda. Esses serviços são prestados na Policlínica Odontológica, na Clínica de Psicologia, na Clínica de Nutrição, na Clínica de Biomedicina, na Clínica de Fisioterapia, na Clínica de Fonoaudiologia, na Clínica de Pedagogia Especial e no Núcleo de Práticas Jurídicas. Muitas ações, orientadas para o desenvolvimento e qualidade da população de Uberaba, são realizadas por meio dos programas de extensão universitária.

Dentre as atividades de extensão, podem-se citar os atendimentos realizados na Unidade Básica de Saúde – UBS – George Chirré Jardim, no Hospital Universitário e no Hospital Veterinário.

Percebe-se então, que ações de inclusão social, sejam nos bancos universitários ou por meio da oferta de saúde e outros serviços à população carente, sempre estiveram na pauta de ações da Universidade de Uberaba.

Entretanto, visando alcançar uma parcela mais significativa da população, na oferta de ensino superior, os gestores da Instituição, liderados pelo atual Reitor, Ms. Marcelo Palmério, filho do fundador, iniciaram estudos em busca da criação de novos mecanismos de inclusão.

2.3.1 O Programa para alunos do Ensino Médio em Escolas Públicas - PROEM

No início de 2004, nasceu o Programa para alunos do ensino médio em escola pública – PROEM. Logo na primeira edição, o programa surpreendeu pelos números e pela receptividade da população nas cidades onde estão situados os seus dois *campus* – Uberaba e Uberlândia. A procura acima dos patamares esperados motivou a ampliação do número de vagas oferecidas no primeiro processo seletivo, realizado no final de janeiro. Como resultado, mais de 1.400 alunos matricularam-se por esta modalidade, tendo como benefício, a garantia de bolsa de 50% durante todo o curso escolhido.

O objetivo inicial do programa era preencher somente as vagas remanescentes de parte dos cursos oferecidos, incluindo graduação, tecnológicos e seqüenciais. Entretanto, mesmo tendo contado com uma modesta campanha de divulgação e apenas uma semana para as inscrições, o número de candidatos surpreendeu, chegando a aproximadamente 5.000 inscritos.

O processo mostrou a existência de uma demanda reprimida na cidade de Uberaba e região. Uma pesquisa encomendada pela Uniube e realizada no dia das provas apontou que a maioria dos entrevistados se inscreveu no PROEM por causa do benefício que reduziria em 50% o valor das mensalidades, tornando-as compatíveis com seus rendimentos familiares. Registrou ainda, entre os aprovados, vários jovens que por mais de uma vez, foram selecionados em vestibulares tradicionais, no entanto, impossibilitados de prosseguirem os estudos por razões de ordem financeira.

Apesar da recente implantação, a Universidade aprimorou o PROEM já no início de 2005, com a inclusão de toda a graduação, todos os tecnológicos e seqüenciais, com um número fixo de vagas, acrescidos das possíveis posições remanescentes das outras três modalidades de acesso existentes na Universidade. Na primeira edição, o Programa contemplou dezenove cursos no *campus* de Uberaba e cinco em Uberlândia, além de outros quatro cursos de curta duração.

A similaridade de objetivos entre o PROEM e PROUNI permite inferir o que poderá ser o resultado desta política pública de inserção social por meio da rede privada, pois, na Universidade de Uberaba já é possível avaliar o impacto da iniciativa no perfil socioeconômico dos alunos. Os perfis dos discentes antes e após o advento do PROEM serão apresentados a seguir, permitindo analisar a extensão dos efeitos do programa.

Paralelamente, analisando o Censo do INEP, é possível observar a existência de vagas ociosas nas universidades privadas do país, surgidas após o início da política de expansão do ensino superior, apoiada na expansão do setor privado.

Como o acesso ao ensino público é, paradoxalmente, muito mais difícil para a população de baixa renda, poder-se-á também observar que um programa dessa natureza pode realmente contribuir para a solução do problema da inclusão. Isto porque, mesmo que não tenha em sua concepção, fixado cotas que atendam especificamente determinadas minorias. Inclusive, os gestores da Universidade acreditam que, combatendo o que para eles é a principal causa de exclusão social, qual seja a dificuldade financeira, a Universidade de Uberaba estará abrindo a toda essa população, a possibilidade de alcance do tão sonhado ensino superior.

2.3.2 A pesquisa sobre os impactos do PROEM no perfil dos alunos da Universidade de Uberaba

Em dezembro de 2004, foi realizada uma pesquisa com os alunos do curso de Administração, visando conhecer os impactos do PROEM no perfil dos alunos da Universidade de Uberaba. Naquele ano, a Uniube vivia o primeiro ano da implementação do PROEM. Era notável que havia um impacto, mas discutia-se a extensão realmente alcançada. Por isso, decidiu-se fazer a pesquisa, escolhendo um dos cursos de maior número de matrículas, contribuindo este número para minimizar possíveis vieses de amostragem, caso a escolha fosse feita em cursos menores.

Inicialmente, julgou-se pertinente escolher as categorias de análises, para que o cruzamento das informações tornasse factível. Desse modo, cinco categorias orientaram a elaboração do questionário e as coletas de evidências: período em que começou o curso; origem do discente; idade do aluno; cor; e perfil socioeconômico do aluno.

A primeira categoria de análise – período em que começou o curso – foi importante para definir se o aluno adentrou a Universidade, antes ou após a criação do PROEM, que foi iniciado no primeiro semestre de 2004.

A segunda categoria visou apontar se o advento do PROEM alterou o percentual de alunos locais, além de possibilitar identificar dentre estes, de que bairro são provenientes, permitindo verificar uma possível alteração na participação das camadas oriundas das periferias ou das cidades vizinhas.

A terceira categoria – quando terminou o ensino médio – foi fundamental para permitir análises sobre o impacto do programa nas pessoas que paralisaram estudos há vários anos e, se com ele puderam retornar aos estudos.

A quarta categoria – cor – teve como principal objetivo verificar se o advento do PROEM facilitou o acesso às minorias raciais, como pretende o programa do Governo Federal, qual seja, o PROUNI.

Por último, a quinta categoria – perfil socioeconômico – ocupou lugar de importância, por possibilitar a análise de possível impacto no perfil dos alunos da Universidade de Uberaba, após a implantação do PROEM.

2.3.3 O perfil socioeconômico dos alunos da Unibe anteriormente à criação do PROEM

Procedendo à análise dos questionários, para identificar os alunos que adentraram a Universidade antes da oferta do PROEM, foram separados os alunos que estavam cursando a partir do terceiro período, ou seja, haviam começado o curso antes de 2004.

Dos 120 alunos que foram entrevistados e que entraram na Universidade antes da oferta do PROEM, 64,2% residiam na própria sede da Universidade, ou seja, em Uberaba, enquanto que 35,8% vinham de fora. Desses 64,2%,

63,6% eram do sexo masculino, enquanto que dentre os 35,8% que representam os alunos de fora, 72,1% eram homens. Percebe-se então que a participação de representantes do sexo feminino é menor dentre os alunos que vêm de fora para estudar. Estes alunos, em sua maioria, são da região e viajam todos os dias para assistir as aulas, ou então, moram em repúblicas, na sede da Universidade.

Tabela 4 - Percentual de alunos quanto ao local de origem, antes do advento do PROEM, total e por sexo

Categoria de Análise: Origem	%	
	M	F
Procedência de Uberaba	64,2%	
	63,6%	36,4%
Procedência de fora de Uberaba	35,8%	
	72,1%	27,9%

Fonte: Elaborada pelo autor

A próxima categoria analisada tem maior relevância para este estudo, pois leva em conta o tempo existente desde a conclusão do ensino médio até o início do curso superior.

Observou-se no grupo de alunos anteriores ao PROEM, que 57% iniciaram seus estudos em nível superior com menos de três anos após a conclusão do ensino médio. 33% ficaram na classe entre três e dez anos e, por fim, 9,9% interromperam seus estudos por mais de dez anos.

Tabela 5 – Tempo entre a conclusão do ensino médio e a entrada no ensino superior

Tempo	%
Menos de 3 anos	57,0%
Entre 3 e 10 anos	33,1%
Mais de 10 anos	9,9%
Total	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor

A terceira categoria levou em conta a cor dos alunos, visando analisar possíveis inclusões de minorias raciais. Observa-se no grupo anterior ao PROEM, que 73,6% dos alunos se declararam brancos, 9,1% negros, 2,5% amarelos, 9,1% pardos e, 5,8% disseram não serem de nenhuma das categorias anteriores. Importa salientar que a soma de negros, amarelos, pardos e outros compõem o que se chama de minorias raciais, somando neste caso 26,4%.

Tabela 6 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM por cor

Cor	%	%
Brancos	73,6%	73,6%
Negros	9,1%	26,4%
Amarelos	2,5%	
Pardos	9,1%	
Outros	5,8%	
Totais	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor

Analisou-se o percentual de alunos que trabalham, sendo identificado no grupo anterior ao PROEM que, 79,3% desenvolvem alguma atividade profissional remunerada. É importante salientar que a pesquisa foi feita com alunos do curso noturno, uma vez que na Universidade de Uberaba, há uma turma de Administração multiperiódico, porém foi iniciada juntamente com PROEM, não sendo possível estabelecer comparações com uma situação anterior.

Tabela 7 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM e que trabalham

Situação	%
Trabalham	79,3%
Não trabalham	20,7%
Total	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor

Por fim, analisou-se um dos aspectos mais relevantes à pesquisa, qual seja, a renda familiar.

Dentre os alunos que iniciaram o curso antes do PROEM, observou-se que apenas 0,8% pertenciam a famílias cuja renda familiar era inferior a R\$500,00. Em seguida, há um grupo composto por 15,1% dos alunos, cujas famílias têm renda familiar na faixa entre R\$500,00 e R\$1.000,00. A maior concentração de alunos está na faixa seguinte, com intervalo entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00, somando 46,2% dos alunos. Na quarta faixa, das famílias com renda entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00, encontram-se 20,2% dos discentes. Por último, identificou-se no grupo de alunos que iniciaram antes do PROEM que 17,6% pertencem a famílias com renda superior a R\$5.000,00.

Tabela 8 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM, por renda familiar

Faixa de Renda	%
Até R\$500,00	0,8%
de R\$500,01 a R\$1.000,00	15,1%
de R\$1.000,01 a R\$3.000,00	46,2%
de R\$3.000,01 a 5.000,00	20,2%
Acima de R\$5.000,00	17,6%
Total	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor

Também foi analisada a renda *per capita* média familiar, tomando-se a renda familiar informada e dividindo-se pelo número de integrantes da família. No caso dos alunos que iniciaram antes do PROEM, este número ficou em R\$734,85.

Assim sendo, pode-se dizer que o aluno do curso de Administração da Universidade de Uberaba, que iniciou seus estudos na Universidade antes do advento do PROEM, é predominantemente de Uberaba, em sua maioria do sexo masculino, concluiu o ensino médio há menos de três anos e é branco. Trabalha para custear seus estudos e pertence a uma família com renda entre R\$1.000,00 e R\$5.000,00 mensais. Em seguida é apresentada a mesma

análise, porém com o grupo de alunos que iniciaram o curso a partir da oferta do PROEM.

2.3.3 O perfil socioeconômico dos alunos da Uniube em 2004

Neste item é apresentado o resultado encontrado na pesquisa, junto aos alunos que iniciaram em 2004, ou seja, nas turmas que contêm alunos beneficiados pelo PROEM.

Dentre estes alunos, 70,6% moram na própria sede da Universidade, ou seja, em Uberaba, enquanto outros 29,4% vêm de fora. Dentre os alunos residentes em Uberaba, 46,4% eram do sexo masculino, e dentre os alunos de fora, 51,4% são homens. Assim sendo, nota-se um percentual levemente maior de mulheres com relação aos homens. Importa salientar que o aumento da participação do sexo feminino no corpo discente do curso de administração não está associado tão somente à oferta do PROEM, uma vez que na pesquisa verificou-se que, dentre os alunos beneficiados pelo programa, 54,6% são mulheres, enquanto que o aumento de participação, comparando o número apresentado no item anterior, formado em sua maioria por homens, foi mais significativo, sendo precisamente de 36,4% para 53,6%, no caso das alunas residentes em Uberaba e, 27,9% para 48,6%, dentre as alunas que vêm de fora da sede da Universidade.

Tabela 9 - Percentual de alunos quanto ao local de origem, após do advento do PROEM, total e por sexo.

Origem	%	
Procedência de Uberaba	70,6%	
	M	F
	46,4%	53,6%
Procedência de fora de Uberaba	29,4%	
	M	F
	51,4%	48,6%

Fonte: Elaborada pelo autor

Quanto ao tempo entre a conclusão do ensino médio e a entrada no ensino superior, analisando o grupo de alunos que iniciaram a partir da oferta do PROEM, observa-se que apenas 35% adentraram a Universidade com menos de três anos após o término do ensino médio. 57,5% ficaram na classe entre três e dez anos e, por fim, 7,5% interromperam seus estudos por mais de dez anos.

Tabela 10 - Tempo entre a conclusão do ensino médio e a entrada no ensino superior

Tempo	%
Menos de 3 anos	35,0%
Entre 3 e 10 anos	57,5%
Mais de 10 anos	7,5%
Total	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação à análise da inclusão de minorias raciais, observa-se no grupo dos alunos beneficiados pelo PROEM, ou seja, aqueles que começaram o curso em 2004, 68,1% se declararam brancos, 8,6% negros, 3,4% amarelos, 17,2% pardos e, 2,6% disseram não serem de nenhuma das categorias anteriores. Vale salientar que a soma de negros, amarelos, pardos e outros, compondo as minorias raciais, somam neste caso 31,9%.

Tabela 11 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM por cor

Cor	%	%
Branco	68,1%	68,1%
Negros	8,6%	31,9%
Amarelos	3,4%	
Pardos	17,2%	
Outros	2,6%	
Totais	100,0%	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor

Analisando o percentual de alunos que trabalham, identificou-se no grupo de alunos que começaram a partir da oferta do PROEM, que 82,1% desenvolvem alguma atividade profissional remunerada, ao passo que 17,9% não trabalham.

Tabela 12 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM e que trabalham

Situação	%
Trabalham	82,1%
Não trabalham	17,9%
Total	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisar o perfil dos alunos com relação à renda familiar, observou-se que 8,5% dos alunos pertenciam a famílias cuja renda familiar era inferior a R\$500,00. Em seguida, 31,4% dos alunos, cujas famílias têm renda familiar na faixa entre R\$500,00 e R\$1.000,00. Importa salientar que, no item anterior, ao apresentar esses números com relação aos alunos que iniciaram antes do PROEM, os dois grupos somavam apenas 15,9%, enquanto aqui somam 39,9% nessas duas faixas de renda. A maior concentração de alunos também está na faixa seguinte, qual seja entre R\$1.000,00 e R\$3.000,00, somando 44,9% dos alunos. Na quarta faixa, das famílias com renda entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00, encontram-se 11,0% dos discentes. Por último, no grupo de alunos que iniciaram a partir da oferta do PROEM, 4,2% pertencem a famílias com renda superior a R\$5.000,00.

Tabela 13 - Percentual de alunos que entraram antes do PROEM, por renda familiar

Faixa de Renda	%
Até R\$500,00	8,5%
de R\$500,01 a R\$1.000,00	31,4%
de R\$1.000,01 a R\$3.000,00	44,9%
de R\$3.000,01 a 5.000,00	11,0%
Acima de R\$5.000,00	4,2%
Total	100,0%

Fonte: Elaborada pelo autor

Para estudar a renda *per capita* média familiar, tomou-se a renda familiar informada e dividiu-se pelo número de integrantes da família, no caso dos alunos que iniciaram a partir do PROEM, encontrou-se o valor de R\$474,01.

Assim sendo, pode-se dizer que o aluno do curso de administração da Universidade de Uberaba, que iniciou seus estudos a partir do advento do PROEM, é predominantemente de Uberaba, com leve maioria de mulheres, tendo concluído o ensino entre três e dez anos antes de iniciar o curso superior, é branco, trabalha para custear seus estudos e pertence a uma família com renda abaixo de R\$3.000,00 mensais.

A partir da análise do perfil dos alunos, em cada categoria apresentada nos dois itens anteriores, podem-se tirar algumas conclusões diretas, além de se fazer algumas inferências.

Observando o gráfico 4 a seguir, nota-se que, a partir do advento do PROEM, o percentual de alunos que moram na sede da Universidade aumentou de 64,2% para 70,2%. Desse número, considerando também a renda *per capita* média nos grupos antes e pós PROEM, tendo em vista que o custo do ensino superior para os alunos de fora da sede é significativamente maior do que o custo para aqueles que moram em Uberaba, pode-se inferir que o aumento percentual teve influência dos benefícios do PROEM, ao permitir o acesso a alunos que antes não podiam pagar as mensalidades.

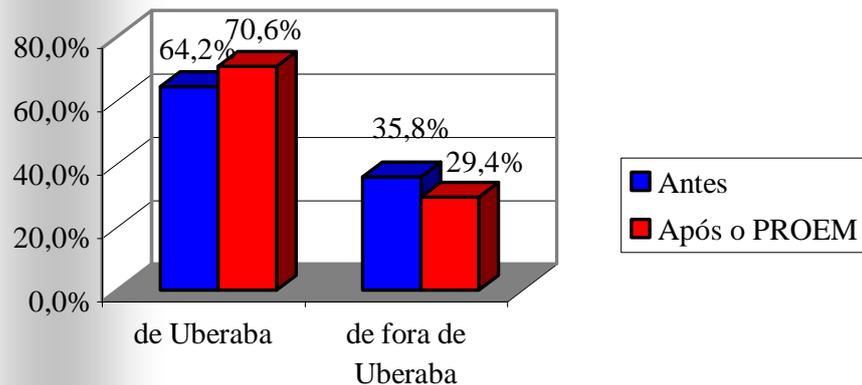


Gráfico 4 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, com relação à origem.

Fonte: Elaborado pelo autor

Na seqüência, analisando a Gráfico 5, observa-se a influência do PROEM na inclusão de alunos que haviam abandonado seus estudos há vários anos. Com fulcro na validação da pesquisa, foram entrevistados alguns desses alunos e, todos sem exceção, afirmaram que, ao concluir o ensino médio, anos atrás, não tiveram condições financeiras de custear o ensino superior, obrigando-os a paralisar os estudos. Com o advento do PROEM, adequando a mensalidade à possibilidade de seus custos familiares, puderam retornar aos bancos escolares. No gráfico, pode-se notar a inversão dos percentuais nas duas primeiras categorias, tendo em vista os grupos, antes e pós PROEM.

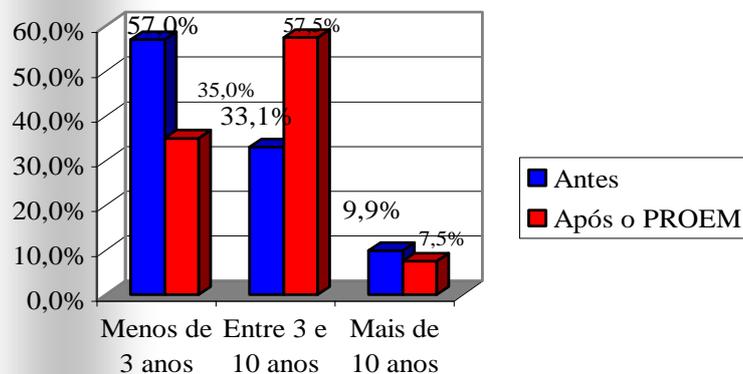


Gráfico 5 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, com relação ao tempo entre a conclusão do ensino médio o início dos estudos em nível superior, antes e pós o PROEM.

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação à inclusão de minorias raciais, observa-se que a partir da oferta do PROEM, embora a participação de brancos seja ainda a expressiva maioria, os grupos que integram as minorias aumentaram de 26,4% para 31,9%. Se os números relativos não tiveram grande crescimento, quanto a números absolutos o resultado tem maior relevância. Ocorre que a partir do PROEM, as vagas foram multiplicadas por cinco no ano de 2004, de modo que, no primeiro e segundo períodos, estão mais da metade dos alunos do curso. Dessa forma, o número absoluto de estudantes que compõem as minorias raciais, ou seja, negros, amarelos, pardos e outros, e que iniciaram os estudos em 2004, é maior que a soma dos alunos que integram a mesma categoria, nos demais seis períodos do curso.

Ainda considerando a necessidade das múltiplas fontes de evidência, os pesquisadores fizeram também uma observação, tendo verificado que a maioria dos alunos que iniciaram em 2004, não frequenta a cantina da Universidade na mesma proporção dos alunos que iniciaram antes do PROEM. Nas entrevistas, pôde-se verificar que isso se deve à baixa renda, não sendo possível lanchar nos intervalos, mesmo em muitas situações, tendo vindo de um dia de trabalho e não feito qualquer refeição antes de vir para a Universidade.

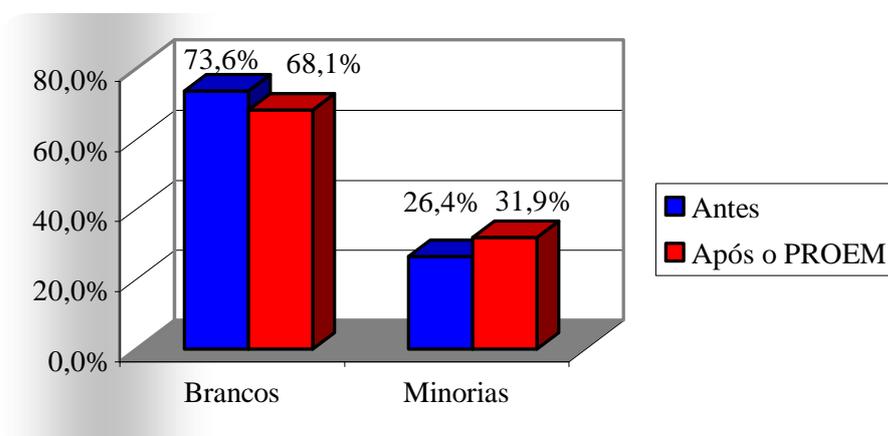


Gráfico 6 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, por cor

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando o percentual de alunos que têm alguma atividade laboral, observa-se que não houve mudança significativa. Tal fato é compreensível, uma vez que a pesquisa foi feita no curso noturno, tendo como característica, independentemente de qualquer programa de bolsas, um elevado percentual de alunos que trabalham.

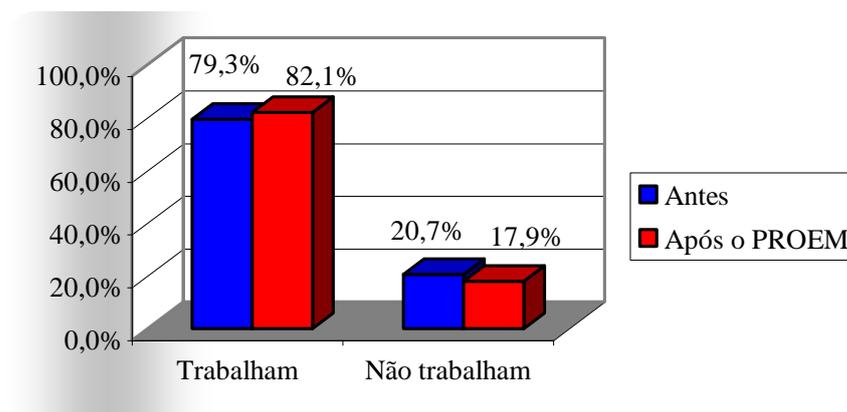


Gráfico 7 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, que trabalham e que não trabalham.

Fonte: Elaborado pelo autor

Entretanto, ao analisar a categoria renda familiar, observa-se a importância do PROEM para inclusão social. Neste aspecto, a diferença dos perfis é notável. Enquanto que, entre os alunos que iniciaram o curso antes do surgimento do PROEM, 82,7% estão nas três faixas de renda superior, no grupo que iniciou a partir do PROEM, 84,8% dos alunos estão nas três faixas de menor renda, alterando totalmente o perfil dos alunos do curso. Vale ressaltar inclusive a variação da renda *per capita* média familiar, que caiu de R\$734,85 para R\$474,01.

Embora a observação e as entrevistas sinalizassem para resultados que apontassem efeitos positivos de inclusão a partir do PROEM, somente a pesquisa e a análise dos números possibilitaram um real dimensionamento do alcance do Programa.

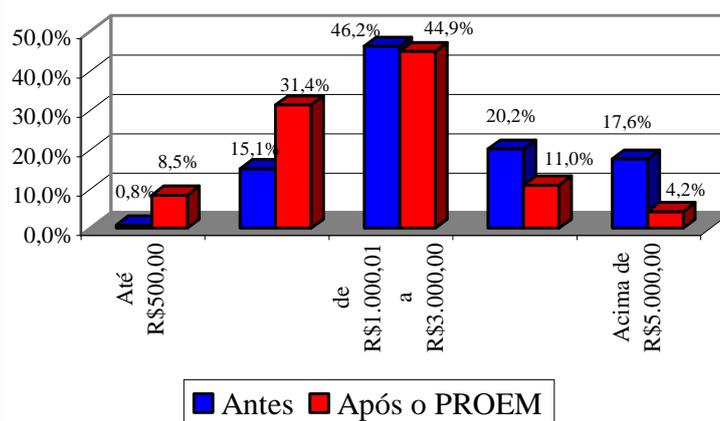


Gráfico 8 – Percentual comparativo dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, segundo a faixa de renda familiar, antes e após o lançamento do PROEM.

Fonte: Elaborado pelo autor

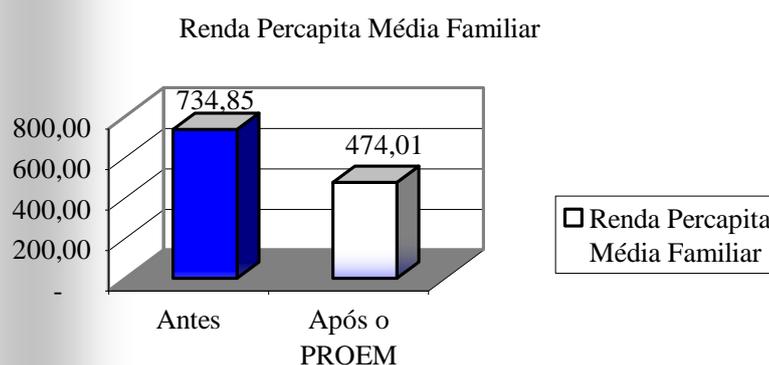


Gráfico 9 – Comparativo da renda *per capita* média familiar, dos alunos do curso de Administração da Universidade de Uberaba, antes e após o lançamento do PROEM.

Fonte: Elaborado pelo autor

Importa ainda ressaltar, os reflexos do PROEM nos resultados da Universidade. Quando o Programa foi lançado, a procura extrapolou todas as expectativas. Diante da receptividade favorável por parte da comunidade, ainda que o primeiro processo seletivo tenha contado com apenas uma semana de divulgação, a Universidade deliberou aumentar as vagas para atender à demanda social. A idéia inicial era tão somente a de preencher as vagas ociosas existentes.

Ocorre, porém que, mesmo em se tratando de uma instituição sem fins lucrativos, a boa utilização dos recursos disponíveis é um dever dos gestores até mesmo para justificar os benefícios existentes para essa modalidade de instituição.

Com o total aproveitamento das vagas, a Universidade decidiu fornecer para todos os alunos do curso de administração, de todos os períodos, três livros da bibliografia básica, na forma de um banco de livros, inclusive sem qualquer diferenciação de tratamento entre os alunos contemplados ou não pelo PROEM.

O documento da Unesco, “**O ensino superior no século XXI: visão e ações**”, sintetizando alguns eixos da Conferência Mundial, destaca os itens, qualidade, gestão e finanças. Quanto aos eixos **gestão e financiamento**, afirma que devem ser considerados como um conjunto de subsistemas (objetivos, estruturas, recursos, cultura, gerenciamento...), inteirados com o ambiente interno e externo. O relatório da Unesco ainda aponta que a gestão não pode se resumir a aspectos econômicos e contábeis, devendo estar atenta à pertinência social das atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando a uma gestão equilibrada. Para tanto, há que superar as tensões entre o econômico – a instituição de ensino superior concebida como empresa – e o cultural – a instituição concebida como responsável pela conservação e pelo desenvolvimento do saber.

O PROEM, como se pode observar pelos resultados da pesquisa, é uma iniciativa de gestão que, além de otimizar a utilização de recursos, possibilita o atendimento das necessidades sociais, fortalecendo a importância da Universidade para a sociedade onde está inserida.

Ao lançar o Programa, houve entre a comunidade acadêmica uma preocupação com relação à qualidade dos alunos ingressantes, tendo em vista a maioria vir de escolas públicas. Por isso, a Universidade criou duas ações paralelas. De um lado estruturou, utilizando seus cursos de licenciatura, programas de reforço de aprendizagem. De outro, analisou as médias auferidas pelos alunos no Processo Seletivo. Para surpresa geral, observou-se que, embora as médias estivessem baixas, não houve diferença significativa entre as médias dos alunos contemplados pelo PROEM em relação aos demais.

Por isso, ofereceu o programa de reforço a todos os alunos, além de promover pequena alteração curricular, visando à homogeneização das turmas e à redução dos índices de repetência.

Na seqüência, passa-se a discutir os resultados da Pesquisa Delphi, cujo objetivo principal é o de identificar as tendências das políticas públicas e iniciativas particulares de inclusão social no ensino superior particular no Triângulo Mineiro.

Os aspectos apresentados neste capítulo, quais sejam, por que o setor privado promove iniciativas de inclusão, assim como as experiências relatadas da Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro e da Universidade de Uberaba constituirão uma base que apoiará a interpretação dos resultados alcançados. Da mesma forma, integrará este sustentáculo o conteúdo discutido no capítulo 1.

A visão sistêmica sobre o setor educacional brasileiro, em especial o da região delimitada por este trabalho, deverá contribuir para a interpretação dos resultados de cada rodada da Técnica Delphi, de modo a esperar que, ao final, o objetivo seja alcançado.

Capítulo 3

TENDÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DAS INICIATIVAS PRIVADAS DE INCLUSÃO SOCIAL, NO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR NO TRIÂNGULO MINEIRO

A partir dos resultados encontrados na pesquisa, por meio da Técnica Delphi, apresentar-se-ão, ao longo deste capítulo, as tendências das políticas públicas e das iniciativas privadas de inclusão social, nas instituições particulares de ensino superior, na região do Triângulo Mineiro.

Para a pesquisa, foram enviados questionários para dezesseis gestores das instituições de ensino do Triângulo Mineiro e para mais nove especialistas, totalizando vinte e cinco formadores de opinião. O envio das respostas foi também estimulado por contato telefônico deste pesquisador com cada instituição e com cada especialista. Conforme explicado na Introdução, os dois questionários diferenciavam-se apenas por conter, no dos gestores, perguntas sobre dados cadastrais das IES. Dos vinte e cinco entrevistados, dezesseis responderam prontamente às solicitações de informações.

Os entrevistados escolhidos constituem-se de pessoas que ocupam ou ocuparam recentemente cargos ligados à tomada de decisão em nível estratégico nas instituições de ensino particular e no setor educacional público. Todos têm experiência de vários anos atuando na região, de forma que conhecem o cenário educacional em estudo, além de nele influenciarem diretamente.

Cargo	Nº
Pró-Reitores	6
Diretores Administrativos	3
Diretores de Expansão	2
Diretores de Áreas Estratégicas	4
Diretores de Curso	5
Ex-Secretário de Educação e Diretor de Secretaria Municipal de Educação	2
Consultores Acadêmicos	3

Tabela 14 - Perfil profissional resumido dos entrevistados

Fonte: Elaborada pelo Autor

Os dados foram coletados no período compreendido entre Agosto e Setembro de 2005, no caso da primeira rodada e, entre Dezembro de 2005 e Janeiro de 2006, no caso da segunda rodada da Técnica Delphi.

Das instituições particulares de ensino superior da região, percebeu-se que todas oferecem vagas pelo PROUNI, pelo FIES, sendo que, pelo menos quatro possuem políticas próprias de inclusão de alunos menos favorecidos financeiramente.

Para a organização da primeira rodada da pesquisa por meio da Técnica Delphi, foram elaboradas três perguntas abertas, criadas a partir da revisão da literatura. São elas:

- O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?
- O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?
- Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?

A primeira pergunta foi elaborada tendo em vista o apresentado no capítulo 1, em relação à expansão do ensino superior com base no ensino privado (1990)⁴⁸, tornando inviável o acesso e a permanência de uma parcela significativa da população, incapaz de custear as mensalidades. Sendo o PROUNI um programa que tem como um dos principais pilares de sustentação, a concessão de bolsas parciais e integrais em escolas particulares, para população de baixa renda, a questão visa conhecer a visão dos formadores de opinião, em relação à efetividade da proposta.

A segunda pergunta objetiva verificar a existência pela visão dos formadores de opinião, de um elo entre inclusão social e desenvolvimento do ensino superior particular. É a busca da pertinência da inclusão social como sustentabilidade das instituições, entendida como uma estratégia de *marketing*, conforme respaldado em Kotler (1994)⁴⁹ e discutido ao longo do primeiro capítulo.

A terceira visa conhecer a visão dos formadores de opinião, acerca de alternativas que levem à inclusão social e à própria sustentabilidade do sistema particular de ensino superior.

- Síntese das respostas à primeira pergunta – O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?

A seguir, das dezesseis respostas recebidas, destacam-se seis padrões de resposta: uma afirmativa e as demais negativas. São eles:

- O especialista que respondeu afirmativamente apoiou-se na crença de que o principal problema da inclusão social no ensino superior é a falta de condições financeiras para entrar e nele permanecer.

⁴⁸ CORBUCCI, Paulo Roberto. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação**. Texto para discussão do IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0869.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2005.

⁴⁹ KOTLER, P. *Marketing estratégico para instituições educacionais*. São Paulo : Atlas, 1994.

- O segundo, é dos que acreditam que o PROUNI é apenas um paliativo, sendo uma forma de financiamento das instituições privadas de ensino, que conseguem viabilizar suas vagas ociosas por meio da pseudo-inclusão social. Ou seja, o privado apodera das funções do público e ações de políticas sociais passam a ser mercantilizadas. E, conquanto, não rendam muito no curto prazo, face ao capital investido, no longo prazo, tornam-se um sustentáculo para o crescimento e a manutenção.
- Para os que acreditam que o PROUNI seja apenas um programa de acesso ao ensino superior, a inclusão social abrange muitas outras questões além da educação. Destacou-se a afirmação de que, “ESTAR DENTRO” nem sempre é o mesmo que “ESTAR INCLUÍDO”, havendo múltiplos processos de inclusão/exclusão na sociedade. Portanto, entendem que nenhum “programa”, por mais amplo que seja, conseguirá resolver os desafios da inclusão, devendo a inclusão social ser encarada como paradigma social e não apenas como “projeto de governo”.
- O quarto padrão de resposta apóia-se na premissa de que os desafios da inclusão social somente serão vencidos com ensino de base de qualidade e para todos, sendo indispensável que se pense no ensino fundamental em todos os seus aspectos, para que possa haver Universidades e profissionais competentes, ao contrário de medidas "populistas" e demagógicas. Valorizam também a alternativa do ensino técnico e só após, a inclusão no ensino superior teria seu espaço pensado.
- O penúltimo padrão de resposta posiciona-se entendendo ser o PROUNI, um programa de inclusão, uma ação objetiva para o desenvolvimento social de classes de estudantes menos favorecidas, porém, ainda modesto, e, portanto, ineficaz, diante da grande massa de excluídos. O problema de inclusão social do Brasil estaria longe de ser solucionado, devido, principalmente, a fatores culturais. Para este grupo, vale a premissa: A Universidade pode estar aberta para todos, mas nem todos estão preparados para a Universidade.

- Finalizando, o último grupo acredita que as questões financeiras que impedem o acesso e a permanência no ensino superior, não se circunscrevem às mensalidades. Haveria outros custos dificultadores da inclusão, tais como gastos com transporte, aquisição de livros, alimentação, digitação de trabalhos, entre outros. Isto inviabilizaria a total efetividade do PROUNI.

Procedendo à análise primária dos resultados, visto que haverá outra rodada da pesquisa Delphi, vale destacar, primeiramente, o percentual significativo de respostas negativas em relação à efetividade do PROUNI para a solução dos problemas de inclusão social no ensino superior. Apenas um entrevistado acredita que o PROUNI poderá resolver essa questão.

Assim sendo, observou-se que 94% dos respondentes não vêem no programa a eficácia e a efetividade esperadas.

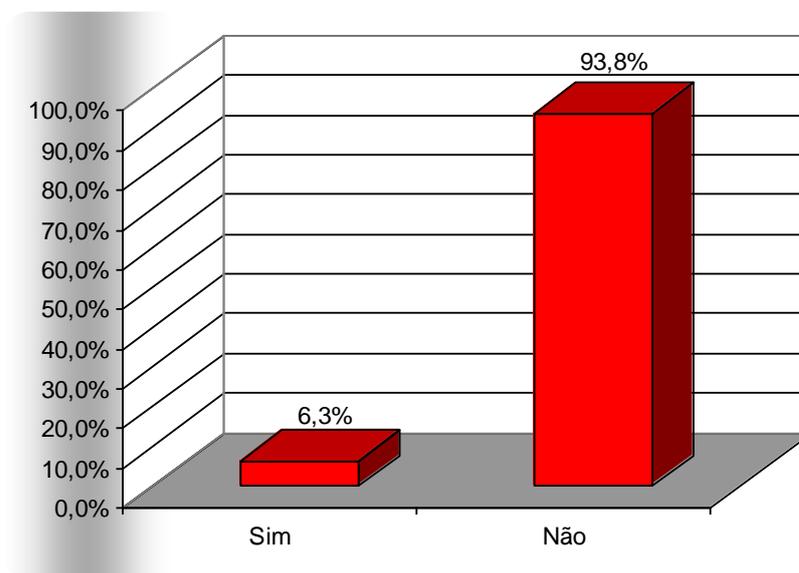


Gráfico 10 – Percentual de respostas à pergunta: O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?

Fonte: Elaborada pelo autor

Portanto, a partir da análise dos padrões de respostas fornecidos pelos especialistas, obtiveram-se cinco razões principais para o PROUNI não ser visto como solução para as questões de inclusão social no ensino superior.

A primeira resposta denuncia a mercantilização do ensino superior, ocultada pelo processo de publicização da educação. Esta abordagem foi apresentada no capítulo 1, respaldada por Davies(2005) e Gentili(1996). Entretanto, a resposta não apresenta claramente uma negativa aos efeitos do PROUNI na inclusão no ensino superior, atendo-se, principalmente, a questionar a legitimidade do programa. No artigo, Financiamento do Ensino Superior no Governo Lula, Davies destaca a questão da publicização:

São muitas as debilidades do Prouni. A mais grave, sobretudo num governo que alegava defender a escola pública, é que representa a desreponsabilização do governo federal com a expansão do ensino superior público e o incentivo à iniciativa privada, que contou e conta ainda com muitos estímulos por parte do Poder dito Público(*sic*).⁵⁰

A segunda resposta destaca que estar no ensino superior não significa estar nele incluído. Tal afirmação foi abordada quando se falou da exclusão branda, sendo o processo de pseudo-inclusão, ocasionado especialmente pelos processos de progressão continuada, baseados tão somente no cumprimento de metas de redução da retenção escolar, sem compromisso com o real aprendizado dos discentes. O aluno avança, mas, a partir de certo ponto, ele se vê diante da total incapacidade de progredir, face à ausência de competências e habilidades que deveriam ter sido alcançadas em etapas anteriores.

Ainda dentro da segunda resposta, afirma-se que um programa não pode resolver uma questão tão complexa como a inclusão no ensino superior. Neste caso, ressalta a complexidade da questão da inclusão social, conforme discutido anteriormente, que tem suas raízes no início da colonização do país e nos valores que orientaram as políticas públicas desde os primórdios do país, notadamente distantes dos objetivos de inclusão social.

⁵⁰ DAVIES, N. **O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria?** In: Caderno 3 – Reforma Universitária, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional. Disponível em: <www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=2983>. Acesso em: 20 jan. 2005.

O terceiro padrão de respostas não vê eficácia no PROUNI por entender que a verdadeira inclusão social deve resultar de uma política de longo prazo, a partir de um ensino de qualidade em todos os níveis, garantindo a chegada ao ensino superior de pessoas em reais condições de cursá-lo. No capítulo 1, quando se discutiu as políticas públicas de inclusão, ressaltou-se a fala de Abrão(2003), ao defender uma visão sistêmica da realidade do ensino superior brasileiro, obtida a partir de um amplo debate sobre políticas administrativas, de financiamento, de privatização do ensino, além de planejamento e gestão das IES.

Só assim os destinos da universidade brasileira poderão ser discutidos com a devida seriedade, profundidade e sem restrições ou atrelamentos político-ideológicos. Há hoje, no Brasil, necessidade de um esforço coletivo desta natureza - um esforço de pesquisa interdisciplinar que possa produzir e disseminar o conhecimento necessário à compreensão dos rumos a serem seguidos para a construção de uma universidade brasileira de qualidade.⁵¹

O quarto, embora veja o PROUNI como uma ação efetiva de inclusão de pessoas carentes no ensino superior, não o vê suficiente para solucionar o problema, em face de questões culturais. Defende haver uma parcela significativa da população que não está pronta para aproveitar os benefícios da inclusão. Este posicionamento tem respaldo em Souza(1991), citado no primeiro capítulo, que afirma ser o ensino superior, “por natureza, elitista, para uma minoria capacitada intelectual e culturalmente e não no sentido trivial de pessoas socioeconomicamente bem postas na comunidade.”⁵²

O quinto padrão de resposta associa a ineficácia da proposta do PROUNI a questões de ordem financeira, referindo-se a custos não contemplados pelo programa, tais como transporte, livros e outros.

⁵¹ ABRÃO, M. **Um olhar sobre a avaliação institucional: O Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2003, p. 33.

⁵² SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro**. São Paulo. Pioneira, 1991, p.68.

– Síntese das respostas à segunda pergunta – O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas, após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão um sustentáculo a seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?

Do mesmo modo do tratamento dado à pergunta anterior, as respostas foram agrupadas de acordo com padrões de semelhança, da seguinte forma:

– **A Universidade como agente de transformação social.** A ênfase no conhecimento e na ação coletivos deve imprimir os rumos dos programas de inclusão social. Ultrapassando o ensino e os estudos fragmentados e setorializados, é necessário propor uma abordagem lastreada no pensamento sistêmico, seja no ensino público ou no privado, mediante equipes multidisciplinares e o diálogo com os profissionais de outras áreas. Esses devem habilitar os participantes dos programas de inserção para a atuação em conselhos, fóruns, grupos de trabalho, parcerias, enfim, em todas as formas de organização social com potencial de mobilizar e motivar a população a assumir suas responsabilidades, resgatar sua cidadania e possibilitar ascensão social.

– **Agente de inclusão.** Uma vez que o governo não tem verba suficiente para ampliar as vagas na quantidade requerida, em escolas públicas. A solução de financiar vagas em escolas particulares, através de renúncia fiscal, é muito mais barata e rápida. Também, através de outros programas particulares de inclusão, ofertando vagas para alunos que cursaram o ensino médio na rede pública, abre caminhos de acesso ao ensino superior para as camadas sociais economicamente menos favorecidas.

– **As IES particulares atuando em áreas não cobertas pelas públicas e gerando, muitas delas, ensino de qualidade.** O que se resente é da falta de uma política de ensino ampla, que privilegie, simultaneamente, qualidade e acesso. As IES, particulares ou não, têm uma responsabilidade social grande na busca da permanência do “aluno carente” em seu interior, além da melhoria da qualidade da educação que oferece.

– **Responsabilidade na expansão das oportunidades sociais.** O papel desenvolvido pelas IES particulares contribui para a diminuição das barreiras sociais, facilitando a inclusão, mas a um preço alto para a qualidade da educação, para a população e para o governo.

Nesta pergunta, os resultados foram agrupados em quatro padrões de resposta. A primeira destaca potencialidades do ensino superior, atribuindo às IES e mesmo às instituições públicas de ensino superior, uma responsabilidade na construção da transformação social, além de simples agente de inclusão. A tônica deste padrão de resposta está não só no papel do ensino superior particular, mas no papel do ensino universitário, seja ele privado ou público, criando a partir de uma visão sistêmica de mundo, uma geração consciente que internalize em seus valores o combate às causas de exclusão social.

No capítulo 2, apoiando-se no documento da UNESCO, “O ensino superior no século XXI: visão e ações” destacou-se a importância da pertinência social das atividades universitárias, enfatizando suas responsabilidades na promoção do desenvolvimento sustentável e da cultura da paz. Do mesmo modo, a necessidade de ampliação do debate sobre o ensino superior, assumindo uma visão sistêmica, foi respaldada no primeiro capítulo, por Abrão(2003)⁵³, ao defender um amplo debate sobre a gestão e as políticas do ensino superior, além do foco em pesquisas interdisciplinares, face à complexidade da teia de interrelações entre universidade e sociedade.

O segundo padrão de respostas apresenta-se favorável à publicização da educação, diante da incapacidade do setor público em desenvolver os objetivos de inclusão social por meio da estrutura das universidades públicas. Também defende a oferta de programas particulares de acesso ao ensino superior, como forma de promover a inclusão social. Esta ótica fora apresentada no capítulo 1 em que, Moura Castro (2002)⁵⁴ aponta

⁵³ ABRÃO, M. **Um olhar sobre a avaliação institucional: O Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2003.

⁵⁴ UNIVERSIA BRASIL. O futuro da educação superior particular no Brasil. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=978>>. Acesso em: 18 jul. 2005.

possibilidades de promoção de acesso ao ensino superior por meio da injeção de recursos públicos na cobertura de vagas ociosas no setor privado, bem como por Kotler (1994) no mesmo capítulo, ao defender a adequação dos componentes de produto/serviço compatíveis com o segmento do mercado a quem estão destinados.

Marketing é análise, planejamento, implementação e controle de programas cuidadosamente formulados para causar trocas voluntárias de valores com mercados-alvo e alcançar os objetivos institucionais. *Marketing* envolve programar as ofertas da instituição para atender às necessidades e aos desejos de mercados-alvo, usando preço, comunicação e distribuição eficazes para informar, motivar e atender a esses mercados.⁵⁵

No capítulo 2, ao apresentar os resultados preliminares do PROEM da Universidade de Uberaba, percebem-se também as possibilidades de resultados de programas privados de acessibilidade no ensino superior. Ali se destacou a questão da renda familiar média dos alunos da universidade, antes e depois da implantação do programa de inclusão social. A partir da criação do programa, a renda média família que se concentrava nas faixas mais altas de renda, passou imediatamente a se concentrar nas faixas mais baixas, denunciando o acesso de alunos que antes não podiam custear o ensino superior.

As demais respostas evidenciam a importância das IES como agentes de inclusão, mas julgando alto o custo desta inclusão, ou mesmo, no caso do penúltimo padrão de resposta, questionando a falta de políticas que privilegiem não só a acessibilidade, mas também o desenvolvimento da qualidade.

Prosseguindo, serão apresentados os resultados obtidos com a terceira pergunta, a saber:

– Síntese das respostas à terceira pergunta – Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?

⁵⁵ KOTLER, P. *Marketing estratégico para instituições educacionais*. São Paulo : Atlas, 1994, p.24.

Esta pergunta deverá, juntamente com o embasamento obtido com as questões anteriores, contribuir com relevância para o alcance do objetivo deste trabalho. As respostas foram agrupadas em seis padrões.

– **Desenvolvimento das estratégias atuais.** Estimular a acessibilidade por meio do desenvolvimento dos atuais programas de bolsa.

– **Qualidade, criatividade e preço.** A instituição que pretenda continuar no mercado deve se primar pela qualidade e ter preço compatível. Cursos de baixo investimento inicial e que possibilitem uma melhor qualificação do egresso para inserção no “mercado de trabalho”. O desenvolvimento da idéia da educação continuada, o ensino a distância são possibilidades inclusivas e que garantem sustentabilidade ao setor privado que é muito mais flexível e sensível às mudanças do ambiente e às leituras de cenários.

– **Promover a cultura da inclusão.** Toda a sociedade deve estar voltada para a construção da mentalidade da inclusão, pois são muitas as situações de exclusão vividas atualmente na sociedade. É preciso disseminar a “cultura da inclusão”. Assim, a educação (pública ou privada), em qualquer nível, fará seu papel num sentido amplo, desde a participação cidadã longe de concepções elitistas e fechadas, como elemento propulsor dos direitos humanos e, conseqüentemente, como fator de inclusão e de justiça social.

– **Qualificação dos gestores para a responsabilidade social.** A responsabilidade social é inerente às atividades das IESs e estas são um grande celeiro para a promoção do bem estar social. Porém, é necessária a conscientização quanto ao grande e importante papel das IES. Os gestores institucionais ainda não estão dando a devida atenção às ações de responsabilidade social. Além das bolsas de estudos para alunos carentes, diversas ações de responsabilidade social, diretamente relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão podem ser desenvolvidas sem custos significativos e com grande resultado social.

– **Educação para a transformação.** Pensar políticas que possam se afirmar como fator de “real” inclusão social, de desenvolvimento econômico, de melhora de padrão-de-vida, com geração de trabalho e distribuição de renda, baseada na concepção de qualificação entendida como uma construção social. Tais políticas fariam um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho, em que sucesso e fracasso sejam opção de vida e não resultado de uma conjuntura social, política e econômica.

– **Acessibilidade e serviços de apoio.** Cada IES particular possui uma característica e situação econômica e financeira. Dessa forma, as instituições devem criar programas que dêem condições de ingresso e manutenção dos estudantes economicamente menos favorecidos, oferecendo não só condições especiais de pagamento, como também assistência psicológica e material de apoio acadêmico, desde que tais programas não comprometam a continuidade da instituição.

Procedendo à análise dos padrões de respostas apresentados, vale antes ressaltar que a pergunta busca identificar caminhos que contribuam para a sustentabilidade econômica e financeira das IES, além de promover a inclusão social.

A primeira resposta defende a continuidade das estratégias atuais, mais ainda, defende o desenvolvimento das atuais estratégias. A partir da segunda rodada da pesquisa Delphi, poder-se-á melhor analisar estas respostas, pois, por meio da análise quantitativa, poderá ser confirmada ou não, esta aprovação às estratégias atuais, principalmente tendo em vista as respostas apresentadas à primeira e à segunda perguntas.

Poder-se-á também inferir que, embora haja críticas à publicização do ensino, o fato dele já estar publicizado poderia inviabilizar a retomada das políticas de inclusão social por meio de outras estratégias no curto prazo. Conforme apresentado, as vagas no ensino particular já estão criadas e estão ociosas, ao passo que no setor público, não há estrutura para absorver a

demanda. Os números apresentados na Tabela 3, no capítulo 2, deixam clara a complexidade da questão.

O segundo padrão de resposta, qualidade, criatividade e preço, segue na direção apresentada no capítulo 1, em relação ao *marketing* de instituições de ensino. Kotler defende que a sustentabilidade das instituições particulares, garantida pela captação de alunos, pode ser alcançada ao se estabelecer produtos e preços compatíveis com o público para qual são direcionados. Estes produtos também devem ser capazes de motivar este público, o que respalda a inserção da criatividade neste contexto.

O terceiro padrão de resposta defende a promoção de uma cultura de inclusão social. Esta idéia vem ao encontro do que foi verificado na pergunta anterior, quando a educação foi apontada como agente de transformação social. É a crença de promover a inclusão a partir do combate às causas de exclusão, amplamente discutido anteriormente, apoiando-se nas falas de Gamboa (2001)⁵⁶, Pochmann (2001)⁵⁷ e Castanho (2001)⁵⁸.

A quarta resposta destaca a importância da capacitação da gestão das instituições de ensino, no que diz respeito à conscientização e às oportunidades da inclusão social. Mais uma vez, o documento da UNESCO (1998)⁵⁹ abordado no capítulo 1, apresenta de forma clara a importância do desenvolvimento da gestão das IES para qualificá-las para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a quinta resposta retoma a discussão da educação para a transformação social. Conforme analisado nas respostas às perguntas anteriores, neste item, a educação como transformação é apresentada como

⁵⁶ GAMBOA, Silvio Sánchez. *In: Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais/ José Claudinei Lombardi (organizador)*. – Campinas, SP: Autores Associados: HISTDBR; Caçador, SC: UnC, 2001. – (Coleção educação contemporânea)

⁵⁷ POCHMANN, Márcio. *et. alii. Atlas da exclusão social – Agenda não liberal da inclusão social no Brasil*. *In: Inclusão Social custará R\$7,2 trilhões. O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21/01/2005.

⁵⁸ CASTANHO, S. Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos. *In: LOMBARDI, J. C. (org.) Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

⁵⁹ UNESCO. Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. O ensino superior no século XXI: visões e ações. Paris, 1998.

forma de sustentabilidade das IES, especialmente pelo desenvolvimento da importância de seu papel na construção da sociedade.

O último padrão de resposta à terceira pergunta aproxima-se do primeiro, pois sugere a criação de novos programas de acessibilidade, bem como a associação de prestação de serviços que auxiliem não só acesso, mas também a permanência de alunos no ensino superior.

Os padrões de respostas apresentados acima nas três perguntas, constituíram a base de elaboração do questionário da segunda rodada da Técnica Delphi – veja APÊNDICE C –, sendo apresentado aos gestores, educadores e especialistas, associados a uma escala Likert, permitindo fazer, a partir desta fase, um tratamento também quantitativo das respostas. Assim sendo, puderam escolher entre cinco alternativas: concordo totalmente; concordo parcialmente; nem concordo, nem discordo, discordo parcialmente; e discordo totalmente. Para não perder qualquer contribuição, foi reservado também um espaço ao final do questionário, possibilitando ao respondente apresentar, caso julgue necessário, comentários em relação à questão.

A partir das respostas da segunda rodada, foi possível decidir pelo fechamento da pesquisa, partindo-se para a análise final dos resultados, à luz dos referenciais teóricos.

A segunda rodada da técnica Delphi foi realizada com os mesmos respondentes da primeira. Tendo em vista ser esta etapa da pesquisa, de natureza fechada, conforme previsto anteriormente, utilizou-se do teste de Friedman⁶⁰ para analisar possíveis concordâncias entre as respostas recebidas.

Nesta etapa, os padrões de resposta identificados a partir da primeira rodada da Técnica Delphi, foram apresentados aos respondentes. Isto porque, na rodada inicial, eles ofereciam suas visões sobre a pergunta, sem conhecer a opinião dos demais, ao passo que, na segunda etapa, as respostas de todos, eram socializadas e apreciadas por cada um.

Para a tabulação das respostas, tomando-se a escala Likert que embasou a estrutura dos questionários (APÊNDICE C), atribuiu-se uma pontuação de 1 a 5, respectivamente, para cada alternativa de resposta, quais sejam: concordo

⁶⁰ O teste de Friedman foi explicado na página 19.

totalmente; concordo parcialmente; nem concordo nem discordo; discordo parcialmente; e discordo totalmente. Isto permitiu a análise quantitativa, por meio da obtenção de médias, coeficiente de variação e moda das respostas apresentadas pelos respondentes.

Procedendo à análise dos questionários, por meio do teste de Friedman, observou-se que os respondentes demonstraram que tiveram zelo ao responder os questionários, conferindo assim, importante parcela da confiabilidade da pesquisa.

Utilizando o software SPSS procedeu-se à análise estatística das respostas da segunda rodada da Técnica Delphi, iniciando-se pela aplicação do teste de Friedman nas questões de controle, visando verificar a seguinte estrutura de hipóteses:

Ho – As afirmativas tiveram o mesmo padrão de respostas;

Ha – As afirmativas tiveram padrões de resposta diferentes.

O teste foi realizado com uma significância de 5%, de forma que os “p-valores”⁶¹ abaixo de 5% poderiam indicar indícios de falta de coerência nas respostas dos entrevistados.

Na primeira pergunta da entrevista, foram apresentadas aos entrevistados dez afirmativas, das quais três eram de controle. Logo, esperava-se que as afirmativas: 01 e 07; 02 e 09; e 03 e 04 tivessem padrões semelhantes de resposta. Do mesmo modo na segunda questão, o controle seria garantido pelo padrão de semelhança das respostas às afirmativas: 01 e 05; 02, 07 e 08; e 04 e 06. Finalizando, na terceira pergunta, os pares de controle foram as respostas às afirmativas: 04 e 08; e 06 e 09 ⁶².

⁶¹ O valor-p, o nível de significância observado, é uma medida da plausibilidade dos resultados da amostra quando a hipótese nula é assumida como verdadeira. Quanto menor o valor de p, menos provável é que os resultados da amostra venham de uma população onde a hipótese nula é verdadeira. Anderson, David R. Estatística Aplicada à Administração e Economia. Tradução da 2. ed. Norte-americana Luiz Sérgio de castro Paiva. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2002, p. 331.

⁶² As afirmativas estão numeradas no Apêndice C.

Tabela 15 – p-valor em relação às questões de controle.

Pergunta	Afirmativas	p-valor
01	01 e 07	9,6%
	02 e 09	13,2%
	03 e 04	18,0%
02	01 e 05	25,7%
	02, 07 e 08	30,3%
	04 e 06	13,2%
03	04 e 08	8,3%
	06 e 09	41,4%

Fonte: Elaborada pelo autor

O teste foi realizado para verificar a possibilidade das pessoas terem respondido o questionário sem o necessário cuidado. Isso seria constatado se as respostas às afirmativas de controle pudessem ser comprovadamente diferentes. Pela tabela acima, observa-se que todos os p-valores são superiores a 5%, o que caracteriza que as diferenças não são estatisticamente significativas, validando assim as respostas.

Ao analisar o resultado dos questionários em relação às afirmativas da primeira pergunta – O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro? –, observou-se uma tendência entre os respondentes de que este programa do Governo Federal não é capaz de resolver os desafios da inclusão social no ensino superior.

A média das respostas às afirmativas de que o PROUNI não é capaz de resolver totalmente a questão da inclusão social no ensino superior foi de 4,16, estando, portanto este valor na escala, entre “concordo totalmente” e “concordo parcialmente”. Para a mesma análise, encontrou-se um desvio padrão de 1,073 e uma margem de erro de 4% em relação à média.

Por outro lado, com base nas respostas a cada afirmativa elaborada a partir da análise dos dados da primeira rodada da Técnica Delphi, observa-se que a maioria dos respondentes considera o PROUNI como um programa que

gera benefícios sociais. Entretanto, o grupo de respondentes não é unânime quanto à sua legitimidade, por ser um investimento público no setor privado, absorvendo este setor, responsabilidades anteriormente exclusivas do setor público.

As maiores variações estão nas afirmativas 01 e 09, sendo que a primeira fala da questão do privado se apropriar de recursos públicos e a segunda de que nenhum programa poderia resolver as questões da inclusão social.

O resumo de todas as respostas a esta questão pode ser visto no APÊNDICE D.

Observando as respostas à primeira pergunta, com uma visão sistêmica, percebe-se a preocupação dos respondentes com a base do ensino brasileiro, colocando o sucesso do ensino fundamental e médio para que seja desenvolvido um ensino superior de qualidade e acessível à população.

Houve praticamente unanimidade entre os respondentes quanto a esse quesito – afirmativa 04 –, pois a média das respostas foi 4,9, tendo por isso o menor coeficiente de variação dentre as opiniões acerca de cada afirmativa.

Esta opinião vem ao encontro do que se observa com relação aos resultados alcançados recentemente em avaliações do ensino fundamental e médio brasileiro.

Exames como o Pisa ou o Pnud/Unesco, que aferem a qualidade do ensino de matemática e ciências, apontam sempre um desempenho desastroso para o Brasil, colocando-nos nas últimas posições entre os países comparados. Ora, a matemática é a linguagem por excelência da ciência. Sem conhecê-la, como faremos pesquisa? Como o conhecimento se tornará prática e ação? Como avançaremos nas áreas tecnológicas?

A situação das Humanidades não é melhor. Aqui os termos de comparação não são fáceis, porque língua, história e geografia variam conforme os países. Contudo, a formação é perigosamente deficiente, centrada sobretudo no processo informativo, com mais memorização que reflexão. Esse é um dos grandes problemas de nossa educação.⁶³

⁶³ GUIMARÃES, J. A., RIBEIRO, R. J. Reforma da educação superior. **Diário da Tarde**, 26/04/2005 - Belo Horizonte MG.

Tal fato confirmado pela segunda rodada da pesquisa Delphi, foi abordado no capítulo 1, destacando a visão de Abrão(2003)⁶⁴ sobre a complexidade da realidade educacional brasileira, inviável de ser resolvida por simples programa de acessibilidade.

Observa-se, por essa ótica, que a questão da inclusão no ensino superior é ainda muito mais abrangente. Não se circunscreve a incluir os que não têm acesso, mas principalmente incluir a educação do país nos níveis de qualidade mundiais, de sorte a reduzir a discrepância entre o potencial econômico brasileiro e o potencial educacional dos brasileiros.

Entretanto, é válido ressaltar que o problema não é privilégio das nações em desenvolvimento, em especial do Brasil. Os legisladores norte americanos têm apresentado preocupações sobre o mesmo tema, em relação à formação matemática nos Estados Unidos da América, nitidamente em patamar inferior aos índices alcançados por países como Índia e China.

Os interesses conjuntos de grupos econômicos, científicos e até de um bilionário de Wall Street estão trazendo de volta imagens da Guerra Fria para convencer as autoridades dos EUA a gastar milhões para formar professores de matemática de alta qualidade. O argumento foi de que, assim como um foco em matemática fez os EUA passarem o Sputnik da União Soviética para trás, levando um homem à Lua, o país precisa melhorar a educação matemática para ganhar a corrida econômica contra Índia e China, e uma batalha contra o terrorismo pela segurança nacional. Os grupos temem ser incapazes de conseguir a atenção dos políticos sem algo como o Sputnik, que foi o fato crucial para que os EUA acelerassem seus esforços em matemática e ciência.⁶⁵

Distante de preocupar com as causas da questão, por não integrar o objetivo deste trabalho, é notável a preocupação com a qualidade do ensino em todos os níveis, seja para a inclusão social ou mesmo para o desenvolvimento econômico do país, podendo este mesmo desenvolvimento econômico contribuir para o acesso ao ensino superior.

⁶⁴ ABRÃO, M. **Um olhar sobre a avaliação institucional: O Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2003.

⁶⁵ BRASIL. Lobby nos EUA quer fazer da matemática uma prioridade nacional. **Agência Estado**, 30/01/06 – São Paulo – SP. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2006.

Outra preocupação significativa dos respondentes, evidenciando ineficácia do PROUNI para resolver os problemas da inclusão no ensino superior, se refere à existência de outros custos além das mensalidades escolares. Custos como transporte, compra de livros e alimentação, seriam empecilhos para a grande parte da população carente se manter no ensino universitário.

Neste quesito – o de número 10 –, as respostas aproximaram da unanimidade, alcançando média de 4,8 pontos e coeficiente de variação de 9,8%.

Na região delimitada por este trabalho – o Triângulo Mineiro – há um exemplo importante de caminho encontrado para solucionar parcialmente este problema. Parcialmente porque a solução encontrada circunscreve-se aos custos com livros didáticos. Na Universidade de Uberaba, um programa piloto nos cursos de Administração e Ciências Contábeis relegou a segundo plano os índices mínimos de qualidade do acervo de bibliotecas, estabelecidos pela Secretaria de Ensino Superior SeSu, do Ministério da Educação. Ao contrário do índice de um exemplar da bibliografia básica para cada nove alunos, a Universidade optou por criar um banco de livros, adquirindo um livro para cada aluno, estando o mesmo não só disponível para consulta na biblioteca, mas junto ao aluno ao longo de cada semestre. Com isso pode-se observar um aumento nos investimentos em livros, porém uma redução da necessidade de maiores investimentos em espaço físico nas bibliotecas, além da certeza de que o aluno terá o livro nas mãos, sempre que precisar.

Também ficou evidenciada nas respostas a questão da pseudo-inclusão, ao analisarem a afirmativa que “estar dentro nem sempre significa estar incluído”. Este fato corrobora com as análises anteriores, tanto no que se referem à qualidade do ensino em todos os níveis, quanto à questão dos outros custos além das mensalidades.

Conforme foi abordado no capítulo 1, o fato do PROUNI possibilitar um maior acesso ao ensino superior, não significa que resolveu o problema da inclusão. Questões como, a política educacional de progressão continuada, estabelecida principalmente para possibilitar ao país alcançar índices de alfabetização exigidos por organismos econômicos mundiais, contribuem para

colocar no ensino superior, um aluno incapaz de ser sujeito de seu processo de aprendizagem.

Está análise pode comprometer a seriedade e a confiabilidade nos indicadores divulgados, pois, a partir da discussão colocada no capítulo 1, somada aos resultados verificados nas respostas da pesquisa Delphi, há que se compreender as diferenças entre acessibilidade e inclusão. É inegável haver mérito no PROUNI quanto à acessibilidade ao ensino superior. Por outro lado, quanto à promoção de inclusão social, a análise se torna mais complexa.

Com relação à mercantilização do ensino superior, os respondentes concordaram parcialmente que o PROUNI seja uma tomada das funções públicas pelo privado. Provavelmente porque não é apenas o privado que resolve o problema das vagas ociosas com as bolsas do PROUNI, mas principalmente o governo federal também resolve, ainda que parcialmente, o problema da incapacidade gerencial e orçamentária para dotar as universidades públicas de condições para promoverem a necessária inclusão das minorias sociais.

Em média, com base na análise quanti-qualitativa das respostas nota-se que os respondentes entendem ser o PROUNI um programa efetivo de acesso ao ensino superior. Não há negativa direta quanto a esse ponto, no entanto entendem ser também o programa, incapaz de resolver por si só, as questões da inclusão social no ensino superior, havendo que se preocupar também, com a qualidade da educação em todos os níveis e com os demais custos que envolvem o custeio de um aluno no ensino superior.

Passando-se à análise das respostas às afirmativas da segunda pergunta, – O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário? –, tendo em vista que as afirmativas ressaltam a importância do ensino superior no atual cenário educacional do país, nas mais diversas formas, observa-se que os respondentes reconhecem tal papel, mas distam de serem unânimes diante dos diversos matizes apresentados. Isto porque, a média das respostas foi exatamente 4,0 – concordo parcialmente –, sendo ainda a margem de erro em relação à média, de 4%, o que significa mais ou menos 0,18. Diante

da afirmativa 02, que versa a respeito da indisponibilidade financeira do Governo para promover a inclusão social, o coeficiente de variação foi de 40%, estando neste item o principal ponto de divergência entre as respostas.

No apêndice E, apresentam-se os resultados de cada afirmativa.

Na análise global das respostas, percebe-se a consciência dos respondentes com relação à importância do papel da universidade como agente de transformação social. Esta visão ratifica o apresentado na revisão bibliográfica, nos capítulos 1 e 2, a partir dos documentos da UNESCO que afirmam a importância do ensino superior com agente transformador da sociedade. Restou clara também a responsabilidade social das IES na busca e na manutenção dos alunos carentes no ensino superior, tendo este item alcançado uma média 4,0 entre os respondentes.

Com fulcro na análise quanti-qualitativa da pesquisa, faz-se pertinente ultrapassar a simples análise das médias e desvios, transpondo o raciocínio para uma notável convergência do encadeamento das visões, quando se analisa as respostas às afirmativas das questões 1 e 2 simultaneamente. Da questão 1, observou-se a necessidade de pensar o ensino como um todo. Para tanto, mostrou-se necessário mais que um programa de acessibilidade para resolver a questão da inclusão na universidade, destacando principalmente, a necessidade do estabelecimento de um ensino fundamental de qualidade, permitindo assim, uma transformação da sociedade e, por conseqüência, dos alunos que chegam ao nível superior.

Por outro lado, das respostas à questão 2, surge a evidência de que esta transformação social precisa ter como agente de partida, a universidade, por sua característica em essência, de formação do pensamento social. Como exemplo, pode-se recorrer às inúmeras notícias da existência de situações no país em que alunos são ensinados por professores que sequer têm completos o ensino médio, quanto mais, formação para o ensino. O próprio Fundo da Educação Básica – Fundeb – estaria sendo criado para atender a demanda de 230 mil professores sem a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.⁶⁶

⁶⁶ Nery, Flávia. Lula pede colaboração do congresso para aprovar Fundeb. Portal MEC, 14/06/2005. Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2006.

O pensamento e o fazer universitário seriam as bases da inclusão e da transformação social, havendo neste cenário espaço para programas de acessibilidade, mas com uma abrangência muito maior que estes.

Na seqüência, passa-se a analisar as respostas às afirmativas da terceira pergunta, que tem como objetivo identificar a visão dos gestores e educadores com relação às tendências das políticas de inclusão social no ensino superior particular.

Neste item, não se faz pertinente analisar o resultado global das respostas, visto tratar cada uma delas de tendências encontradas na primeira rodada da técnica Delphi e, submetidas ao grupo de respondentes, visando encontrar as principais respostas.

Da mesma forma das questões anteriores, o resumo das respostas está apresentado nos apêndices, especificamente no APÊNDICE F.

Da análise das respostas, nota-se como principal tendência apresentada pelos gestores e educadores das instituições de ensino superior, o imperativo da busca de qualidade, criatividade e preço. Isto porque, sendo o ensino superior particular sustentado basicamente pela mensalidade dos alunos, surge a necessidade de estabelecer preços compatíveis com a capacidade de pagamento dos estudantes.

Tal necessidade fora amplamente apresentada no capítulo 2 e se justifica pelo fato de haver aproximadamente vinte milhões de jovens em idade de cursar um ensino superior e que estão fora deste sistema.

No mesmo capítulo 2, quando foi abordada a visão do *marketing* educacional, a partir das proposições de Kotler, ficou evidente a necessidade da criação de produtos – cursos – que atendam às necessidades e às possibilidades do mercado.

Por outro lado, indo ao encontro da afirmativa um da pergunta dois, que versa a respeito de ser a universidade um agente de transformação social, outro ponto de significativa convergência entre os respondentes foi em relação à afirmativa nove da terceira pergunta. Ali restou evidente a opinião de que a universidade não deve pautar apenas por atender os anseios do mercado. Para ser o agente de transformação, deve formar um ser integral, voltado não só a atender às necessidades imediatas, mas alguém consciente das possibilidades

de ser um indutor de transformação social. Neste item, a média dos respondentes foi de 4,7 e o coeficiente de variação de apenas 10,2%.

É importante ressaltar também que, ao responder à afirmativa um, houve convergência entre os gestores no que diz respeito à importância da manutenção e desenvolvimento das estratégias atuais de inclusão. A média das respostas foi 4,2 e o coeficiente de variação, 13,0%. Isto denota que, somada à visão das respostas às outras perguntas, as políticas de acessibilidade somente não são suficientes para resolver as questões de inclusão social, mas têm importância reconhecida.

Em linhas gerais, observa-se que todas as tendências apontadas na primeira rodada, ao serem submetidas à apreciação de todos os respondentes na segunda rodada, foram tidas como válidas, pois, em praticamente todas as respostas, a média foi superior a 4,0.

Assim sendo, com base nas respostas apresentadas, pode-se dizer que as tendências das iniciativas privadas de inclusão social no ensino superior, deverão passar pelo desenvolvimento e manutenção das estratégias atuais de acessibilidade e permanência no ensino. Isto demonstra estarem elas seguindo um rumo positivo em relação à promoção da inclusão, além de estarem desenvolvendo ações que permitam a manutenção da auto-sustentabilidade econômica e financeira, por meio de iniciativas de inclusão. As IES deverão também estar cada vez mais conscientes de seu papel de responsabilidade social e de promover uma cultura de inclusão, sendo principalmente, um agente de transformação da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.
(Gregório de Matos)

Fritjof Capra, em *O Ponto de Mutação*⁶⁷, defende a existência e a relação entre as partes integrantes da natureza, como um universo de interconexões. Nessa linha de pensamento, para identificar tendências das políticas públicas e privadas de inclusão social, buscou-se primeiro fazer uma breve análise do cenário educacional brasileiro, de forma que o todo pudesse facilitar a compreensão da parte, com destaque para problema de pesquisa: qual a tendência das políticas públicas de inclusão social adotadas no ensino superior particular na região do Triângulo Mineiro?

Posteriormente, ainda no capítulo introdutório apresentou-se como objetivo deste trabalho o seguinte:

- identificar tendências nas políticas públicas e privadas de inclusão social sob a ótica dos gestores e educadores das instituições particulares de ensino superior no Triângulo Mineiro.

Para tanto, especificou-se também a necessidade de abordar uma análise de políticas públicas de inclusão das minorias sociais no ensino superior, além de identificar iniciativas privadas de acessibilidade no ensino superior particular no Triângulo Mineiro;

Assim sendo, começou-se por pesquisar a linha histórica da educação no país, sob a ótica da inclusão e da exclusão social. Isso permitiu compreender que as raízes do problema da inclusão social no ensino superior remontam os tempos da colonização e, mesmo no século anterior, vivendo o período do

⁶⁷ Capra, F., *O Ponto de Mutação*, Cultrix, S. Paulo, 1982.

Brasil República, as diversas propostas políticas mostraram-se elitistas, contribuindo para o crescimento das bases da exclusão.

Nesta fase inicial, compreender o processo de abertura de vagas no ensino superior, que tem caracterizado o período sob a égide da atual LDB, muito contribuiu para o alcance do objetivo do trabalho. A abertura constituiu uma política de inclusão, porém com tenros efeitos da massa de excluídos que não podem acessar o ensino superior, principalmente por não poderem custear seus estudos nas instituições particulares.

Sob a batuta dos governos neoliberais, avançou o ensino privado, facilitando o acesso ao ensino superior, mas criando um outro problema: o de criar mecanismos para sustentar a nova estrutura crescida, ao longo do tempo. Pouco se passou e crises financeiras tomaram conta de várias instituições, devido a um paradoxo: número de vagas maior do que os podem pagar ensino superior, embora o número de interessados pelo ensino superior, em muito superem as vagas existentes.

Por algum tempo, a solução neoliberal se apoiava na necessidade de planejamento e gestão das instituições que deviam também primar por mais qualidade. Não que isso não fosse correto, mas distava de solucionar o problema, tanto da inclusão, quanto da sustentabilidade do setor privado de ensino.

Novas políticas de acesso são criadas, com destaque para o PROUNI. Paralelamente, o setor particular busca soluções internas, criando suas próprias políticas de inclusão. Usando de estratégias que contemplaram desde as tradicionais bolsas de estudo, até ações mais arrojadas, utilizando ferramentas de *marketing*, de recuperação de crédito, da criação de diferenciais competitivos e, até mesmo, antecipando-se ao governo federal ao criar programas que mais tarde seriam assemelhados pelo PROUNI.

Na busca pela identificação dessas políticas, encontrou-se na região delimitada por este trabalho, iniciativas que foram capazes de alterar o panorama educacional, bem como de incluir uma parcela significativa da população que, sem tais políticas, veriam distante o sonho do ensino superior.

Entretanto, ao perseguir o objetivo desta pesquisa, qual seja identificar tendências das políticas públicas e privadas de inclusão social no ensino

superior, por meio da visão de gestores e educadores que ali atuam, o cenário mostrou-se mais complexo.

Destas visões, ficou destacado que inclusão social ultrapassa os limites da acessibilidade ao ensino superior. Corroborando com visões discutidas no capítulo 1, destacou-se o fato de que muitas vezes garantir apenas o acesso, é tão somente um retardamento da exclusão, pois estar dentro não significa estar incluído. Isto porque, grande massa de alunos que chega ao ensino superior adentra este novo nível, despreparada em termos de conteúdo e de integração social.

A chamada exclusão branda, originada principalmente pelos processos de progressão continuada, foi apontada no capítulo 1 pela fala de Freitas (2002)⁶⁸. Essa situação apóia-se em intenções políticas de diversos matizes, indo desde a legítima intenção de possibilitar o avanço dos níveis de escolaridade do País, até à simples subserviência ao cumprimento de metas impostas pelos organismos internacionais.

Acorde com os resultados da pesquisa, notou-se a importância da sociedade estar atenta ao imperativo de, não só possibilitar o acesso aos níveis mais altos do ensino, mas também, de estabelecer políticas comprometidas com a transformação do cenário excludente do País, em detrimento do simples cumprimento de metas que permitam a manutenção, de uma tenra estabilidade econômica no cenário global.

Tais políticas, para realmente promover a inclusão, visariam à real formação de jovens capazes de se tornarem sujeitos do próprio processo de ensino aprendizagem, aproveitando com tal capacidade, as oportunidades de acesso que adviessem de políticas de acessibilidade e de inclusão.

Trata-se, dessa forma, de um mecanismo mais amplo, com interconexões entre os diversos atores formadores de opinião da sociedade, de forma a estabelecer ações sinérgicas que visem à transformação social pela crescente capacitação das massas, por meio da formação cultural e do desenvolvimento

⁶⁸ FREITAS, Luiz Carlos. **A Internalização da Exclusão**. In. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade – Vol. 23 – Número Especial – Campinas, SP, Cedes – 2002.

de uma consciência cidadã. Nesse sentido, a universidade, exercendo o papel formador e transformador do meio em que está inserida, atuaria como pilar de sustentação da criação de uma nova ordem social.

Por outro lado, ficou evidente na visão dos gestores e educadores a importância da manutenção e do desenvolvimento das políticas atuais, de forma a acreditarem que esquecê-las diante da impossibilidade de serem bastantes para solucionar a questão da inclusão, seria retroceder ao contrário de avançar.

Este ponto de vista é também respaldado por Franco (1998), ao afirmar que “Em Educação não há a pedagogia mágica e o relâmpago não funciona [...]. O que se fizer hoje terá repercussão muito mais adiante [...]. Nada faz efeito repentinamente.”⁶⁹

Por outro lado, ressaltou-se a importância do ensino superior na condição de agente transformador da sociedade, atuando com responsabilidade social e criando uma cultura de inclusão.

Não menos importante, apresenta-se a questão do ensino superior particular desenvolver ações criativas que possibilitem a melhoria da qualidade do ensino, bem como sejam acessíveis à massa da população que ainda pode adentrar o ensino superior. Entretanto, tais ações não devem estar totalmente curvadas às exigências imediatistas do mercado, visando não distanciar da função de transformação da sociedade. Há que se atender o presente, mas sem abrir mão de contribuir para a construção de um novo futuro.

Face ao exposto, diante do objetivo proposto atingido, percebe-se que a questão da inclusão social deve ser tratada com uma visão multidisciplinar.

Talvez esta visão só tenha sido percebida na pesquisa, devido ao caráter interdisciplinar que inclinou o pesquisador a buscar o alcance do objetivo e a compreensão do problema, de forma tridimensional, pelos aspectos da educação, da administração e da comunicação.

A educação tem a consciência do problema social, vive este problema. Diante da necessidade de promover a inclusão, não pode prescindir de políticas de gestão, sejam públicas ou particulares visando à sustentabilidade do

⁶⁹ FRANCO, E. **Utopia e Realidade: a Construção do Projeto Institucional no Ensino Superior**. Brasília : Universa - UCB, 1998, p-50.

desenvolvimento institucional e a própria inclusão de minorias, que por sua vez são identificadas pela comunicação, na atualidade, como público-alvo do ensino superior particular.

Ao elaborar os projetos institucionais e as organizações curriculares, a educação deve contemplar também a visão da gestão e da comunicação. Da gestão indicando caminhos que garantam a liquidez patrimonial e financeira, bem como opinando pela factibilidade dos objetivos. Da comunicação por auscultar a sociedade por meio das ferramentas de marketing, indicando parâmetros para a criação de produtos, identificando potencialidades a serem aproveitadas, públicos que têm interesse pela instituição, além de compostos de preços e formas de comunicar com este público.

O apoio da gestão e da comunicação em nada desmerece a grandeza da visão de educação, muito pelo contrário, a fortalece, de forma a fazer com que a educação possa alcançar, ao longo do tempo, os grandes objetivos de transformação social pela criação de uma sociedade justa e, por conseqüência, inclusiva.

Embora conscientes das limitações deste trabalho, principalmente pela delimitação escolhida, espera-se que os resultados possam de alguma forma contribuir para nortear novos estudos envolvendo o tema da inclusão social no ensino superior.

A real transformação da sociedade só acontecerá se as pessoas, poder público e privado, passarem a repudiar o preconceito em todas as suas formas de manifestação. Esses saberão o valor da inclusão e da importância de conviver com a diversidade.

Os desafios são grandes, porém, maiores são as expectativas de realizações.

FONTES

ANSOFF, H. I.; McDONNELL, E. J. **Implantando a administração estratégica**. Tradução de Antonio Zoratto, Guilherme Ary Plonky. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1993.

AMORIM, A. **Avaliação Institucional da Universidade**. São Paulo : Cortez, 1992.

ANAIS DO SEMINÁRIO GESTÃO DE IES: da teoria à prática / Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. Brasília : Funadesp, 2000.

BALZAN, N. C. **O conceito de planejamento e suas implicações aos sistemas educacionais e às atividades de ensino – Alcances e limites no limiar do século XXI**. Educação brasileira. Brasília, v. 18, n.º. 37, pág. 151-173, jul./dez., 1996.

BATISTA JR., P. N. *Mitos da Globalização. Estudos avançados XII*. São Paulo: USP, 1998.

BOYETT, J. H.; BOYETT, J. T. **O Guia dos Gurus : os melhores conceitos e práticas de negócios**. Tradução de Ana Beatriz Rodrigues, Priscilla Martins Celeste. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CALDAS, M. et all. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo : Atlas, 1998.

CHAMPY, J. **Reengineering Management**. The Mandate for New Leadership. Nova York HarperBusines, 1995. Edição Brasileira: *Reengenharia da Gerência*. Rio de Janeiro : Campus, 1996.

DALBÉRIO, O. **Metodologia científica II : o projeto de pesquisa passo a passo**. Uberaba : Ed. Universidade de Uberaba : São Paulo : Cone Sul, 2000.

DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. São Paulo : Cortez, 1988.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis. Vozes, 2000.

DIAS SOBRINHO, J.; BALZAN, N.C. **Avaliação Institucional Teoria E Experiências**. São Paulo : Cortez, 1995.

DRESSEL, P. L. **Handbook of academic evaluation**. San Francisco : Jossey-Mass, 1985.

DURHAM, E.R. **A institucionalização da avaliação**. In: DURHAM, E. R., SCHARTZMAN, S. (org.) **A avaliação no ensino superior**. São Paulo : EDUSP, 1992.

EASTERBY-SMITH, M.; LOWE, R.; THORPE, A. **Pesquisa Gerencial em Administração**. São Paulo : Pioneira, 1999.

FERREIRA, A. A. **Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas**. São Paulo : Pioneira, 1997.

FLEURY, M.T.L. **O ambiente para aprendizagem organizacional**. São Paulo : EDUC, 1997.

FRANCO, M.L.P.B. **Qualidade de ensino: critérios e avaliação de seus indicadores**. *Idéias*, nº 22, pág. 81-89, São Paulo, FDE, 1994.

FREITAS, M. E. **Cultura Organizacional: formação, tipologias e impacto**. São Paulo : Makron Books, 1991.

GARCIA, R. L. **Um currículo a favor dos alunos das classes populares**. Cadernos CEDES 13. São Paulo : Cortez, 1984.

GARRET, A. M. **A entrevista, seus princípios e métodos**; tradução de Maria de Mesquita Sampaio...[et al.]. 10.ed. Rio de Janeiro : Agir, 1991.

GIL, A. C. **Técnicas de Pesquisa em economia e elaboração de monografias**. São Paulo : Atlas, 2000.

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

_____. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e sua utilização em administração de empresas**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, jul./ago. 1995.

_____. **Introdução à Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GOLDBERG, M. A. A. (1973) **Avaliação e planejamento educacional; problemas conceituais e metodologias**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (7): 63-72

JACOBSEN, A. L. **Avaliação institucional em universidades: desafios e perspectivas.** Florianópolis : Papa-Livro, 1996.

JANNE, HENRI. **A Universidade e as Necessidades da Sociedade Contemporânea.** Traduzido por Ivanova dos Santos Dias Soares. Fortaleza : Edições UFC, 1981.

JULIATO, I. V. **Avaliação de desempenho das instituições universitárias.** Brasília: Dois Pontos, 1983.

LOMBARDI, J. C. (org.) **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais.**Campinas : Autores associados, 2001.

LUDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino).

MACEDO, A.R. **Estratégia para Elaboração, Implantação e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional.** 1º Fórum Nacional sobre Avaliação Institucional, São Paulo : 1999.

MAGER, R.F. **Medindo os Objetivos Educacionais.** Porto Alegre : Globo, 1977.

MAXIMIANO, A. C. A. **Introdução à Administração.** – São Paulo: Atlas, 2000.

MENDES, S.F.M. **Anais do Seminário Gestão de IES: da teoria à prática – Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular.** Brasília : Funadesp, 2000.

PENNA FIRME, T. **Avaliação: tendências e tendenciosidades.** Ensaio, vol. 1, nº 2, 1994.

PETTIGREW, A.M. **The Management of Strategic Change.** Oxford: UK Basil Blackwell Ltd, 1987.

POCHMANN, M. **Desigualdades Sociais no Capitalismo Contemporâneo.** In: Congresso da la Asociacion Latinoamericana de Sociologia, 1997. Congresso de la Sociacion Latioamericana de Sociologia. Sao Paulo, 1997.

_____. **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade.** São Paulo: Cortez, 2002.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a Técnica do Gravador no Registro da Informação Viva.** São Paulo : T. A. Queiroz, 1991.

RAPHAEL, H. S. Avaliação: questão técnica ou política? **Estudos em Avaliação Educacional,** São Paulo, nº 12, jul./dez., pág. 33-43, FCC, 1995.

SEMINÁRIO Gestão de IES: da teoria à prática (1999 : Brasília) Anais do Seminário Gestão de IES: da teoria à prática / Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. Brasília : Funadesp, 2000.

TAVARES, M. C. Planejamento Estratégico: A opção entre sucesso e fracasso empresarial. São Paulo : Harbra, 1991.

TOFFLER, A. A terceira onda. Rio de Janeiro : Record, 2001.

VASCONCELOS, M. A. S. e GARCIA, E. G. Fundamentos de Economia. – São Paulo : Saraiva, 1998.

BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, M. **Um olhar sobre a avaliação institucional: O Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas**. 2003. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2003.

AFRÂNIO M. **Acesso e permanência no ensino superior : capacidades, competição e exclusão social**. Campinas : Papirus, 2003.

Anderson, D. R. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. Tradução da 2. ed. Norte-americana Luiz Sérgio de castro Paiva. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2002.

BETHLEM, A. S. **Estratégia empresarial : conceitos, processo e administração estratégica**. São Paulo : Atlas, 2004.

BRASIL. **Lobby nos EUA quer fazer da matemática uma prioridade nacional**. Agência Estado, 30/01/06 – São Paulo – SP. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2006.

CARDOSO, F. H. **Reforma do Estado**. In: Bresser Pereira, L. C. *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.15-20.

CASTANHO, S. Globalização, redefinição do Estado Nacional e seus impactos. In: LOMBARDI, J. C. (org.) *Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC - Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_ecp001.htm>. Acesso em: 10 abr. 2005.

CAPRA, F., **O Ponto de Mutação**, Cultrix, S. Paulo, 1982.

CORBUCCI, Paulo Roberto. **Avanços, limites e desafios das políticas do MEC para a educação superior na década de 1990: ensino de graduação**. Texto para discussão do IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0869.pdf>. Acesso em 29 jan. 2005.

CUNHA, L. A. O Ensino Superior na Era Vargas. In: Cunha L. A. *A universidade temporã. O ensino superior da colônia à era Vargas*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAVIES, Nicholas. **O financiamento da educação superior no governo Lula: uma loteria?** In: Caderno 3 – Reforma Universitária, Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco – Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional. Disponível em: <<http://www.andes.org.br/imprensa/ultimas/contatoview.asp?key=2983>>. Acesso em: 20 jan. 2005.

DELORS, J. et alli. **Educação : um tesouro a descobrir**. São Paulo : Cortez; Brasília, DF : MEC : UNESCO, 1998.

DIÁRIO CATARINENSE. **Nosso Brasil Desigual**. Joinville : Santa Catarina, 02/06/05.

DOURADO, L. F. **Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90**. Educ. Soc. , Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Campinas, UNICAMP, v. 24, n. 84, set 2003.

FAZENDA. I. **Interdisciplinaridade : história, teoria e pesquisa**. São Paulo: Ed. Papirus, 1995.

FRANCO, E. **Utopia e Realidade: a Construção do Projeto Institucional no Ensino Superior**. Brasília : Universa - UCB, 1998.

FREITAS, L. C. **A Internalização da Exclusão**. In. Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação/ Centro de Estudos Educação e Sociedade – Vol. 23 – Número Especial – Campinas, SP, Cedes – 2002.

GAMBOA, Silvio Sánchez. In: **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais/** José Claudinei Lombardi (organizador). – Campinas, SP: Autores Associados: HISTDBR; Caçador, SC: UnC, 2001. – (Coleção educação contemporânea)

GENTILI, P. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora**. In: FRIGOTTO, G. (org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

----- . **Neoliberalismo e Educação: Manual do Usuário**. In: SILVA, T. T. e GENTILI, P. (org.). Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GOERGEN, P. Prefácio. In: Kuleza, W. Comenius: **a persistência da utopia em educação**. Campinas Ed. da Unicamp.

GUIMARÃES, J. A., RIBEIRO, R. J. **Reforma da educação superior**. Diário da Tarde, 26/04/2005 - Belo Horizonte MG.

KOTLER, Philip. **Marketing estratégico para instituições educacionais**. São Paulo : Atlas, 1994.

KRUGMAN, P. **Globalização e globobagens**. Rio de Janeiro : Campus, 1996.

MAGNANI, Ivetti. **Ensino superior nos anos 90 : ensino, pesquisa e extensão no cenário neoliberal**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação. São Paulo, 2000.

Nery, F. **Lula pede colaboração do congresso para aprovar Fundeb**. Portal MEC, 14/06/2005. Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2006.

NOE, A. **Globalização, revolução científico-técnica e a universidade**. Avaliação, Campinas, vol. 2, n. 2.

PAULA FILHO, O. G. **A Administração Pública, a Publicização e as Organizações Sociais**. Disponível em: <http://www.ibrap.org.br/info_14.htm> Acesso em 17 jul. 2005.

POCHMANN, Márcio. .et. alii. Atlas da exclusão social – Agenda não liberal da inclusão social no Brasil. **In: Inclusão Social custará R\$7,2 trilhões**. O Estado de Minas, Belo Horizonte, 21/01/2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo : Atlas, 1999.

SANTOS, J. S. Inclusão e Ensino Superior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jun. 2005.

SOUZA, P. N. P. **Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro**. São Paulo. Pioneira, 1991.

TEIXEIRA, A. **Falsa Elite**. Boletim informativo CAPES. Rio de Janeiro, n. 60, nov. 1957, p.1-2. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisioiteixeira/artigos/falsaelite.html>>. Acesso em 10 abr. 2005.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre o Ensino Superior. O ensino superior no século XXI: visões e ações**. Paris, 1998.

UNIVERSIDADE DO CONTESTADO. Disponível em: <<http://www.cdr.unc.br/cursos/EngenhariaMecatronica/arquivos%20downloads/UNIVERSIDADE%20e%20SOCIEDADE-%20MECATRONICA-Valentini.doc>>. Acesso em: 10 abr. 2005.

UNIVERSIA BRASIL. **O futuro da educação superior particular no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?materia=978>>. Acesso em: 18 jul. 2005.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. – São Paulo : Atlas, 2005.

VIEIRA, SÔNIA. **Bioestatística – Tópicos avançados**. Campus – São Paulo, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário da 1ª rodada da Técnica Delphi, enviado aos gestores e educadores do Triângulo Mineiro

Uberaba, MG, 22 de Agosto de 2005.

Prezado Professor,

Sou professor universitário e aluno do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação da Universidade São Marcos-São Paulo. Resido em Uberaba - MG e leciono na UNIUBE (Universidade de Uberaba).

Minha dissertação de mestrado é sobre Políticas Privadas de Inclusão Social no Ensino Superior, com foco na inclusão de alunos provenientes das classes menos favorecidas financeiramente.

Para enriquecer meu trabalho de pesquisa, com previsão de defesa para o 2º semestre de 2005, selecionei junto a meu orientador – Prof. Dr. Eduardo Camargo Oliva – o perfil de docentes e profissionais do setor educacional que atuam na região delimitada em minha pesquisa. Além de gestores educacionais de instituições particulares de ensino superior, responderão à pesquisa consultores e profissionais de governo que atuam no ensino no Triângulo Mineiro.

A coleta de dados será feita por meio da Técnica Delphi, que consiste em uma técnica qualitativa de previsão de cenários, a partir da busca de um consenso entre especialistas de uma determinada área ou setor. Este consenso será buscado por um mínimo de duas rodadas de perguntas, de forma que na primeira (esta rodada), estabecerei as tendências apresentadas pelas respostas e reenviarei para uma nova rodada de questões e possíveis comentários. Ao final, irei compor um relatório com as convergências e divergências apontadas pelos especialistas. Vale ressaltar que manterei confidenciais as origens das informações, sendo divulgadas tão somente as análises qualitativas e estatísticas dos resultados.

A partir destas contribuições, pretendo delinear tendências com relação à inclusão social de minorias no ensino superior particular, notadamente daqueles com restrições financeiras para custear seus estudos.

Embora de minha parte preferisse entrevistá-lo pessoalmente, dada a exigüidade de tempo disponível - certamente, de ambas as partes - tomo a liberdade de solicitar sua atenção quanto às questões abaixo e, contando com sua colaboração peço-lhe que as responda por e-mail ou carta, da forma que melhor lhe convier. É importante que as respostas cheguem até a mim no máximo até 06/09/05, para que eu possa tabular a primeira rodada e reenviá-las a Vossas Senhorias para fazer a etapa seguinte, de forma que até o final do próximo mês de Setembro, pretendo encerrar toda a pesquisa.

Cabe-me esclarecer que a mim interessam muito suas respostas, bem como suas experiências e perspectivas quanto ao futuro das políticas privadas de inclusão na área de abrangência do estudo.

QUESTÕES PROPOSTAS:

1. Nome da Instituição de Ensino: _____
2. Número de alunos em Jun/2005: _____
3. Possui algum tipo de política particular de inclusão social? Se sim, quais e qual o número de alunos beneficiados?
4. A sua instituição integra o PROUNI? Por quê?
5. O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro? Justifique.
6. A sua instituição tem alunos no FIES?
7. O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?
8. Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?

Despeço-me na certeza de poder contar com sua colaboração.
Antecipadamente agradeço,
Cordialmente,

Fernando César Marra e Silva

P.S.

e-mail para resposta: fernando.marra@uniube.br e para marraesilva@terra.com.br

Dados para correspondência:

Fernando César Marra e Silva
R. Presidente Artur Bernardes 60
São Benedito
38020-350
Uberaba – MG

Telefone para contato a cobrar: 9-0XX-34-9972-6811

APÊNDICE B – Questionário da 1ª rodada da Técnica Delphi, enviado a especialistas em educação na região do Triângulo Mineiro

Uberaba, MG, 22 de Agosto de 2005.

Prezado Professor,

Sou professor universitário e aluno do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação da Universidade São Marcos-São Paulo. Resido em Uberaba - MG e leciono na UNIUBE (Universidade de Uberaba).

Minha dissertação de mestrado é sobre Políticas Privadas de Inclusão Social no Ensino Superior, com foco na inclusão de alunos provenientes das classes menos favorecidas financeiramente.

Para enriquecer meu trabalho de pesquisa, com previsão de defesa para o 2º semestre de 2005, selecionei junto a meu orientador – Prof. Dr. Eduardo Camargo Oliva – o perfil de docentes e profissionais do setor educacional que atuam na região delimitada em minha pesquisa. Além de gestores educacionais de instituições particulares de ensino superior, responderão à pesquisa consultores e profissionais de governo que atuam no ensino no Triângulo Mineiro.

A coleta de dados será feita por meio da Técnica Delphi, que consiste em uma técnica qualitativa de previsão de cenários, a partir da busca de um consenso entre especialistas de uma determinada área ou setor. Este consenso será buscado por um mínimo de duas rodadas de perguntas, de forma que na primeira (esta rodada), estabelecerei as tendências apresentadas pelas respostas e reenviarei para uma nova rodada de questões e possíveis comentários. Ao final, irei compor um relatório com as convergências e divergências apontadas pelos especialistas. Vale ressaltar que mantereis confidenciais as origens das informações, sendo divulgadas tão somente as análises qualitativas e estatísticas dos resultados.

A partir destas contribuições, pretendo delinear tendências com relação à inclusão social de minorias no ensino superior particular, notadamente daqueles com restrições financeiras para custear seus estudos.

Embora de minha parte preferisse entrevistá-lo pessoalmente, dada a exigüidade de tempo disponível - certamente, de ambas as partes - tomo a liberdade de solicitar sua atenção quanto às questões abaixo e, contando com sua colaboração peço-lhe que as responda por e-mail ou carta, da forma que melhor lhe convier. É importante que as respostas cheguem até a mim no máximo até 06/09/05, para que eu possa tabular a primeira rodada e reenviá-las a Vossas Senhorias para fazer a etapa seguinte, de forma que até o final do próximo mês de Setembro, pretendo encerrar toda a pesquisa.

Cabe-me esclarecer que a mim interessam muito suas respostas, bem como suas experiências e perspectivas quanto ao futuro das políticas privadas de inclusão na área de abrangência do estudo.

QUESTÕES PROPOSTAS:

1. O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro? Justifique.
2. O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?
3. Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?

Despeço-me na certeza de poder contar com sua colaboração.
Antecipadamente agradeço,
Cordialmente,

Fernando César Marra e Silva

P.S.

e-mail para resposta: fernando.marra@uniube.br e para marraesilva@terra.com.br

Dados para correspondência:

Fernando César Marra e Silva
R. Presidente Artur Bernardes 60
São Benedito
38020-350
Uberaba – MG

Telefone para contato a cobrar: 9-0XX-34-9972-6811

APÊNDICE C – Questionário da 2ª rodada da Técnica Delphi, enviado a gestores, educadores e especialistas em educação na região do Triângulo Mineiro

Uberaba, MG, 02 de novembro de 2005.

Prezado Professor

Inicialmente, agradeço pela sua valiosa contribuição ao responder o questionário por mim enviado em agosto próximo passado, constituindo a primeira etapa da pesquisa de meu mestrado, fundamentada na Técnica Delphi.

Com base nesta metodologia, envio abaixo a segunda rodada, que é constituída pelas respostas apresentadas pelos entrevistados na primeira rodada, agrupadas em padrões, de acordo com a semelhança das proposições.

Ao lado de cada afirmação, você deverá marcar uma das cinco opções: concordo totalmente; concordo parcialmente (desde que sua opinião esteja mais próxima de concordar que de discordar); não concordo, nem discordo; discordo parcialmente (desde que sua opinião esteja mais próxima de discordar que de concordar); e discordo totalmente. Este gradiente permitirá uma análise quantitativa dos aspectos estabelecidos de forma qualitativa na primeira rodada.

Abaixo das afirmativas, há também um espaço para comentários, caso julgue pertinente. Os pressupostos apresentados no primeiro contato, com relação ao sigilo das autorias dos comentários permanecem nesta rodada, de forma que as respostas receberão tratamento estatístico sem a identificação da origem de cada uma delas.

Ressalto mais uma vez, a importância das suas respostas, o mais breve possível, para a consecução de meu trabalho e reafirmo o meu compromisso de enviar o resultado da pesquisa.

Atenciosamente

Fernando César Marra e Silva

P.S.

e-mail para resposta: fernando.marra@uniube.br e para marraesilva@terra.com.br

Dados para correspondência:

Fernando César Marra e Silva

R. Presidente Artur Bernardes 60

São Benedito

38020-350

Uberaba – MG

Telefone para contato a cobrar: 9-0XX-34-9972-6811

QUESTÕES PROPOSTAS:

Respostas à pergunta 1: O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?

	AFIRMATIVAS	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
01	O PROUNI é apenas um paliativo. É uma forma de financiamento das instituições privadas de ensino, que conseguem viabilizar suas vagas ociosas por meio da pseudo-inclusão social.					
02	O PROUNI é apenas um programa de acesso ao ensino superior. A inclusão social abrange muitas outras questões além da educação. “ESTAR DENTRO” nem sempre é o mesmo que “ESTAR INCLUÍDO”.					
03	Os desafios da inclusão social somente serão vencidos com ensino de base de qualidade e para todos.					
04	É indispensável que se pense no ensino fundamental em todos os seus aspectos; sem ele não teremos Universidades e profissionais competentes, somente medidas "populistas" e demagógicas.					
05	É importante primeiro a valorização do profissional-técnico e só aí a inclusão no ensino superior deve ter seu espaço pensado.					
06	O problema de inclusão social do Brasil está longe de ser solucionado devido, principalmente, fatores culturais, pois nem todos estão preparados para a universidade.					
07	O PROUNI resolve apenas em parte, sendo uma situação em que o privado se apodera das funções do público e ações de políticas sociais passam a ser mercantilizadas.					
08	O PROUNI é destacadamente um programa de inclusão, uma ação objetiva para o desenvolvimento social, porém, ainda é um pequeno passo, diante da grande massa de excluídos.					
09	Há múltiplos processos de inclusão/exclusão em nossa sociedade. Nenhum “programa”, por mais amplo que seja, conseguirá resolver os desafios da inclusão.					
10	Não, não são apenas as questões financeiras para pagar as mensalidades que pesam na balança das dificuldades do “aluno carente”. Há outros custos que dificultam a inclusão, tais como outros gastos (transporte, aquisição de livros, alimentação, digitação de trabalhos, outros).					

Respostas à pergunta 2: O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?

	AFIRMATIVAS	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
01	A Universidade como agente de transformação social. A ênfase no conhecimento e na ação coletivos deve imprimir os rumos dos programas de inclusão social.					
02	Agente de inclusão, porque o governo não tem verba suficiente para ampliar as vagas na quantidade requerida, em escolas públicas.					
03	Papel de atuação em áreas não cobertas pelas públicas, embora não haja políticas governamentais que privilegiem, simultaneamente, qualidade e acesso.					
04	As IES, particulares ou não, têm uma responsabilidade social grande na busca da permanência do “aluno carente” em seu interior, além da melhoria da qualidade da educação que oferece.					
05	Sistêmico e transformador. Indo além de estudos fragmentados e setorizados, propondo uma abordagem sistêmica, mediante equipes multidisciplinares e o diálogo com os profissionais de outras áreas, mobilizando e motivando a população a assumir suas responsabilidades, resgatando sua cidadania e possibilitando ascensão social.					
06	As IES têm uma contribuição significativa e importante na expansão das oportunidades sociais. O papel desenvolvido por estas instituições diminuiu as barreiras sociais, facilita a inclusão, mas a um preço alto para a qualidade da educação, para a população e para o governo.					
07	Acessibilidade ao ensino superior. Por meio de programas próprios ou pelo financiamento de vagas em escolas particulares, através de renúncia fiscal, o que é muito mais barato e rápido.					
08	Papel de inclusão, pois o governo não possui estrutura suficiente para oferecer ensino superior gratuito a toda população carente.					

Respostas à pergunta 3: Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?

	AFIRMATIVAS	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem discordo, nem concordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
01	Desenvolvimento das estratégias atuais. Estimular a acessibilidade por meio do desenvolvimento dos atuais programas de bolsa.					
02	Qualidade, criatividade e preço. A instituição que pretenda continuar no mercado deve se primar pela qualidade e ter preço compatível.					
03	Cursos de baixo investimento inicial e que possibilitem uma melhor qualificação do egresso para inserção no “mercado de trabalho”.					
04	Promover a cultura da inclusão. Toda a sociedade deve estar voltada para a construção da mentalidade da inclusão, pois são muitas as situações de exclusão que ainda vivemos.					
05	Qualificação dos gestores para a responsabilidade social. Os gestores ainda não estão atentos às ações de responsabilidade social. Além de bolsas, diversas ações de responsabilidade social, diretamente relacionadas ao ensino superior podem ser desenvolvidas sem custos significativos e com grande resultado social.					
06	Educação para a transformação. Pensar políticas que possam se afirmarem como fator de “real” inclusão social, de desenvolvimento econômico, de melhora de padrão-de-vida, com geração de trabalho e distribuição de renda, baseada na concepção de qualificação entendida como uma construção social.					
07	A educação continuada e o ensino a distância são possibilidades inclusivas e que garantem sustentabilidade ao setor privado que é muito mais flexível e sensível às mudanças do ambiente e às leituras de cenários.					
08	Promover a inclusão por toda a sociedade, desde a participação cidadã longe de concepções elitistas e fechadas, como elemento propulsor dos direitos humanos e, conseqüentemente, como fator de inclusão e de justiça social.					
09	Não formar somente para o mercado, de maneira a se opor à aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho.					
10	Acessibilidade e serviços de apoio. As instituições devem criar programas que dêem condições de ingresso e manutenção dos estudantes economicamente menos favorecidos, oferecendo não só condições especiais de pagamento, mas também assistência psicológica e material de apoio acadêmico.					

APÊNDICE D – Resumo das respostas à primeira pergunta: O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?

Tabela 16 – Resumo das respostas à primeira pergunta: O PROUNI pode resolver os desafios de inclusão social no ensino superior brasileiro?

	Part. 01	Part. 02	Part. 03	Part. 04	Part. 05	Part. 06	Part. 07	Part. 08	Part. 09	Part. 10	Part. 11	Part. 12	Part. 13	Part. 14	Part. 15	Part. 16	Média	Coef. Vari.	Moda
1	O PROUNI é apenas um paliativo. É uma forma de financiamento das instituições privadas de ensino, que conseguem viabilizar suas vagas ociosas por meio da pseudo-inclusão social.	5	1	1	5	4	4	4	1	2	4	4	4	4	4	4	3,5	40,4%	4
2	O PROUNI é apenas um programa de acesso ao ensino superior. A inclusão social abrange muitas outras questões além da educação. “ESTAR DENTRO” nem sempre é o mesmo que “ESTAR INCLUÍDO”.	4	4	5	5	5	5	5	5	4	5	4	5	5	5	4	4,6	10,8%	5
3	Os desafios da inclusão social somente serão vencidos com ensino de base de qualidade e para todos.	5	5	4	4	4	5	5	5	5	4	5	5	5	5	4	4,7	10,2%	5
4	É indispensável que se pense no ensino fundamental em todos os seus aspectos; sem ele não teremos Universidades e profissionais competentes, somente medidas "populistas" e demagógicas.	4	5	4	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4,9	7,0%	5
5	É importante primeiro a valorização do profissional-técnico e só aí a inclusão no ensino superior deve ter seu espaço pensado.	1	4	2	2	4	4	4	3	4	4	4	5	5	4	2	3,5	33,0%	4
6	O problema de inclusão social do Brasil está longe de ser solucionado devido, principalmente, fatores culturais, pois nem todos estão preparados para a universidade.	2	3	4	4	4	4	2	2	4	4	5	5	5	2	4	3,6	30,0%	4
7	O PROUNI resolve apenas em parte, sendo uma situação em que o privado se apodera das funções do público e ações de políticas sociais passam a ser mercantilizadas.	4	4	1	5	3	5	4	2	4	5	4	5	4	5	5	4	28,9%	4
8	PROUNI é destacadamente um programa de inclusão, uma ação objetiva para o desenvolvimento social, porém, ainda é um pequeno passo, diante da grande massa de excluídos.	4	4	4	2	5	2	4	5	5	4	4	5	4	5	5	4,1	23,2%	4
9	Há múltiplos processos de inclusão/exclusão em nossa sociedade. Nenhum “programa”, por mais amplo que seja, conseguirá resolver os desafios da inclusão.	1	5	4	5	4	5	2	4	5	5	4	5	4	2	2	3,9	35,1%	5
10	Não, não são apenas as questões financeiras para pagar as mensalidades que pesam na balança das dificuldades do “aluno carente”. Há outros custos que dificultam a inclusão, tais como outros gastos (transporte, aquisição de livros, alimentação, digitação de trabalhos, outros).	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	4	5	5	5	4	4,8	9,4%	5

Fonte: Elaborada pelo autor

APÊNDICE E – Resumo das respostas à segunda pergunta: O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?

Tabela 17 – Resumo das respostas à primeira pergunta: O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?

	Part. 01	Part. 02	Part. 03	Part. 04	Part. 05	Part. 06	Part. 07	Part. 08	Part. 09	Part. 10	Part. 11	Part. 12	Part. 13	Part. 14	Part. 15	Part. 16	Média	Coef. Vari.	Moda	
1 Pergunta 02: O papel do ensino superior privado no Brasil era inicialmente elitista, mas após a expansão das vagas nos últimos anos, tem nas propostas de inclusão, um sustentáculo ao seu crescimento. Como vê o papel das IES particulares neste cenário?																				
1 A Universidade como agente de transformação social . A ênfase no conhecimento e na ação coletivos deve imprimir os rumos dos programas de inclusão social.	5	5	4	4	4	5	4	5	5	4	5	5	5	5	4	5	4,6	10,8%	5	
2 Agente de inclusão , porque o governo não tem verba suficiente para ampliar as vagas na quantidade requerida, em escolas públicas.	2	5	2	4	4	5	4	5	4	5	4	2	3	2	1	2	3,4	40,3%	2	
3 Papel de atuação em áreas não cobertas pelas públicas , embora não haja políticas governamentais que privilegiem, simultaneamente, qualidade e acesso.	2	5	2	5	4	4	4	4	4	4	4	4	3	5	3	4	3,8	23,9%	4	
4 As IES, particulares ou não, têm uma responsabilidade social grande na busca da permanência do “aluno carente” em seu interior, além da melhoria da qualidade da educação que oferece.	5	5	5	3	3	5	5	5	5	5	2	4	4	4	5	5	4,4	21,9%	5	
5 Sistêmico e transformador . Indo além de estudos fragmentados e setorializados, propondo uma abordagem sistêmica, mediante equipes multidisciplinares e o diálogo com os profissionais de outras áreas, mobilizando e motivando a população a assumir suas responsabilidades, resgatando sua cidadania e possibilitando ascensão social.	5	5	4	3	4	5	5	5	5	5	4	1	4	4	4	5	4,3	25,0%	5	
6 As IES têm uma contribuição significativa e importante na expansão das oportunidades sociais . O papel desenvolvido por estas instituições diminui as barreiras sociais, facilita a inclusão, mas a um preço alto para a qualidade da educação, para a população e para o governo .	4	4	4	4	4	5	2	5	4	4	4	4	4	4	4	4	4,0	15,8%	4	
7 Acessibilidade ao ensino superior . Por meio de programas próprios ou pelo financiamento de vagas em escolas particulares, através de renúncia fiscal, o que é muito mais barato e rápido.	2	5	5	4	4	5	4	5	4	4	2	2	4	5	2	4	3,8	30,6%	4	
8 Papel de inclusão , pois o governo não possui estrutura suficiente para oferecer ensino superior gratuito a toda população carente.	4	5	4	4	5	5	4	5	4	4	4	4	3	5	1	2	3,9	28,5%	4	

Fonte: Elaborada pelo autor

APÊNDICE F – Resumo das respostas à terceira pergunta: Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?

Tabela 18 – Resumo das respostas à primeira pergunta: Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?

	Part. 01	Part. 02	Part. 03	Part. 04	Part. 05	Part. 06	Part. 07	Part. 08	Part. 09	Part. 10	Part. 11	Part. 12	Part. 13	Part. 14	Part. 15	Part. 16	Média	Coef. Vari.	Moda
1	Pergunta 03: Quais caminhos deve seguir o ensino superior particular, que contemplem a inclusão social de minorias e a própria sustentabilidade econômica e financeira?																		
1	Desenvolvimento das estratégias atuais. Estimular a acessibilidade por meio do desenvolvimento dos atuais programas de bolsa.																4,2	13,0%	4
2	Qualidade, criatividade e preço. A instituição que pretenda continuar no mercado deve se primar pela qualidade e ter preço compatível.																4,8	8,4%	5
3	Cursos de baixo investimento inicial e que possibilitem uma melhor qualificação do egresso para inserção no “mercado de trabalho”.																3,9	23,6%	4
4	Promover a cultura da inclusão. Toda a sociedade deve estar voltada para a construção da mentalidade da inclusão, pois são muitas as situações de exclusão que ainda vivemos.																4,3	21,9%	5
5	Qualificação dos gestores para a responsabilidade social. Os gestores ainda não estão atentos às ações de responsabilidade social. Além de bolsas, diversas ações de responsabilidade social, diretamente relacionadas ao ensino superior podem ser desenvolvidas sem custos significativos e com grande resultado social.																4,6	13,8%	5
6	Educação para a transformação. Pensar políticas que possam se afirmarem como fator de “real” inclusão social, de desenvolvimento econômico, de melhora de padrão-de-vida, com geração de trabalho e distribuição de renda, baseada na concepção de qualificação entendida como uma construção social.																4,5	16,2%	5
7	A educação continuada e o ensino a distância são possibilidades inclusivas e que garantem sustentabilidade ao setor privado que é muito mais flexível e sensível às mudanças do ambiente e às leituras de cenários.																4,1	19,0%	4
8	Promover a inclusão por toda a sociedade, desde a participação cidadã longe de concepções elitistas e fechadas, como elemento propulsor dos direitos humanos e, conseqüentemente, como fator de inclusão e de justiça social.																4,5	19,9%	5
9	Não formar somente para o mercado, de maneira a se opor à aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho.																4,7	10,2%	5
10	Acessibilidade e serviços de apoio. As instituições devem criar programas que dêem condições de ingresso e manutenção dos estudantes economicamente menos favorecidos, oferecendo não só condições especiais de pagamento, mas também assistência psicológica e material de apoio acadêmico.																4,5	19,9%	5

Fonte: Elaborada pelo autor

APÊNDICE G – A região do Triângulo Mineiro - Caracterização



Figura 2: Mapa Político do Triângulo Mineiro

Fonte: infotecne, acessado em 28/03/06 -

<http://www.lidercomp.com.br/infotecne.cgi?flagweb=cidadestm>

- | | |
|----------------------------------|----------------------------------|
| 1. <u>Carneirinho</u> | 21. <u>Ituiutaba</u> |
| 2. <u>Iturama</u> | 22. <u>Gurinhata</u> |
| 3. <u>Limeira do Oeste</u> | 23. <u>Ipiacu</u> |
| 4. <u>União de Minas</u> | 24. <u>Capinópolis</u> |
| 5. <u>Santa Vitória</u> | 25. <u>Canápolis</u> |
| 6. <u>Campina Verde</u> | 26. <u>Cachoeira Dourada</u> |
| 7. <u>São Francisco de Sales</u> | 27. <u>Monte Alegre de Minas</u> |
| 8. <u>Itapagipe</u> | 28. <u>Centralina</u> |
| 9. <u>Frutal</u> | 29. <u>Araporã</u> |
| 10. <u>Fronteira</u> | 30. <u>Tupaciguara</u> |
| 11. <u>Planura</u> | 31. <u>Araguari</u> |
| 12. <u>Pirajuba</u> | 32. <u>Uberlândia</u> |
| 13. <u>Conceição das Alagoas</u> | 33. <u>Indianópolis</u> |
| 14. <u>Água Comprida</u> | 34. <u>Conquista</u> |
| 15. <u>Uberaba</u> | 35. <u>Cascalho Rico</u> |
| 16. <u>Delta</u> | |
| 17. <u>Veríssimo</u> | |
| 18. <u>Campo Florido</u> | |
| 19. <u>Comendador Gomes</u> | |
| 20. <u>Prata</u> | |

Quadro 3 – Cidades do Triângulo Mineiro

Fonte: Infotecne, acessado em 28/03/06 -

<http://www.lidercomp.com.br/infotecne.cgi?flagweb=cidadestm> – adaptado pelo autor

Tabela 19 – Cidades do Triângulo Mineiro - Dados

Cidade	População	Extensão Territorial do Município	Arrecadação de ICMS em 2002
Araguari	104.223	2.741	22.392.947,00
Araporã	5.506	301	3.823.309,00
Araxá	80.000	1.283	31.185.000,00
Cachoeira Dourada	2.309	203	338.144,00
Campina Verde	18.894	3.670	3.534.456,00
Campo Florido	5.498	1.265	3.566.624,00
Canápolis	9.506	848	2.298.144,00
Capinópolis	14.265	623	2.187.765,00
Carneirinho	8.722	2.063	3.597.813,00
Cascalho Rico	2.262	369	390.000,00
Centralina	9.490	323	812.840,00
Comendador Gomes	2.816	1.046	3.608.742,00
Conceição das Alagoas	17.809	1.352	6.051.873,00
Conquista	5.902	618	1.926.551,00
Delta	5.188	105	3.001.821,00
Fronteira	9.727	199	1.842.000
Frutal	47.648	2.437	19.076.595,00
Gurinhata	6.724	1.837	523.185,00
Indianópolis	5.717	834	534.000,00
Ipiacu	4.006	469	262.816,00
Itapagipe	11.964	1.801	3.295.629,00
Ituiutaba	90.041	2.595	29.351.945,00
Iturama	29.679	1.405	9.064.952,00
Limeira d'Oeste	5.977	1.321	2.369.206,00
Monte Alegre de Minas	18.024	2.615	2.378.972,00
Pirajuba	2.663	333	1.424.888,00
Planura	8.505	319	1.871.597,00
Prata	23.353	4.883	5.295.546,00
Santa Vitória	16.319	3.022	2.316.578,00
São Francisco de Sales	5.344	1.132	1.114.414,00
Tupaciguara	23.319	1.837	3.864.605,00
Uberaba	261.457	4.530	201.200.962,00
Uberlândia	529.441	4.116	637.498.423,00
União de Minas	4.751	1.164	1.128.707,00
Veríssimo	2.835	1.032	485.406,00
	1.399.884	54.690	1.013.616.455,00

Fonte: Infotecne, acessado em 28/03/06

<http://www.lidercomp.com.br/infotecne.cgi?flagweb=cidadestm> – adaptada pelo autor

O Triângulo Mineiro é uma das principais regiões do Estado de Minas Gerais. Sua história começou no século XVII, quando a região era apenas um ponto de passagem de mineradores e tropeiros.

No início do século XVIII houve a abertura da estrada ligando São Paulo às minas de ouro de Goiás, pelo bandeirante Anhaguera. A partir dessa época, o Triângulo passou a ser importante região de abastecimento da região central do país, possibilitando o surgimento das cidades e lugarejos.

Ao longo do tempo, houve várias manifestações emancipacionistas no Triângulo Mineiro. Inicialmente, estava ligado ao Estado de São Paulo. Posteriormente a Goiás. Somente em 1816, passou a ser mineiro.

O clima da região é tropical, com duas estações características: uma chuva e uma seca. Com uma temperatura média anual de aproximadamente 26°C e uma farta bacia hidrográfica, predomina na região o agronegócio. Uberaba, por exemplo, é a primeira colocada em Minas Gerais no plantio de soja, milho e amendoim. Entretanto, nos últimos trinta anos o cenário econômico tem mudado substancialmente. O setor industrial e o de serviços tem desenvolvido acima da média nacional. Isso tem feito com que, tradicionais características da região, cedam lugar à tecnologia de ponta nos mais diversos setores.

Qualidade de vida também é marca do local. As principais cidades ostentam índices de desenvolvimento humano – IDH, bem acima da média do país.

Dois cidades, Uberaba e Uberlândia se destacam neste cenário de mudança. Uberaba, a tradicional capital do Zebu, não mais se caracteriza pelo vasto plantel zebuino, mas principalmente pela pecuária de elite, pelo pólo industrial de ponta, com destaque para o setor químico e de fertilizantes – o maior pólo de fertilizantes da América Latina está em Uberaba – e pelo setor educacional. Uberlândia por sua vez, se caracteriza por ser o principal pólo distribuidor da América Latina. Quanto ao desenvolvimento tecnológico, a região apresenta números de vanguarda, tendo sido a primeira do país a dispor de telefonia celular, além de ser a primeira região do interior do país a ser servida por internet por meio de fibra ótica, acessando o backbone da Embratel, transmissão de altíssima velocidade.

No Triângulo Mineiro, tradição e modernidade convivem harmoniosamente.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)